
Financiamento da Economia, e o sistema bancário: desempenho e regulação.



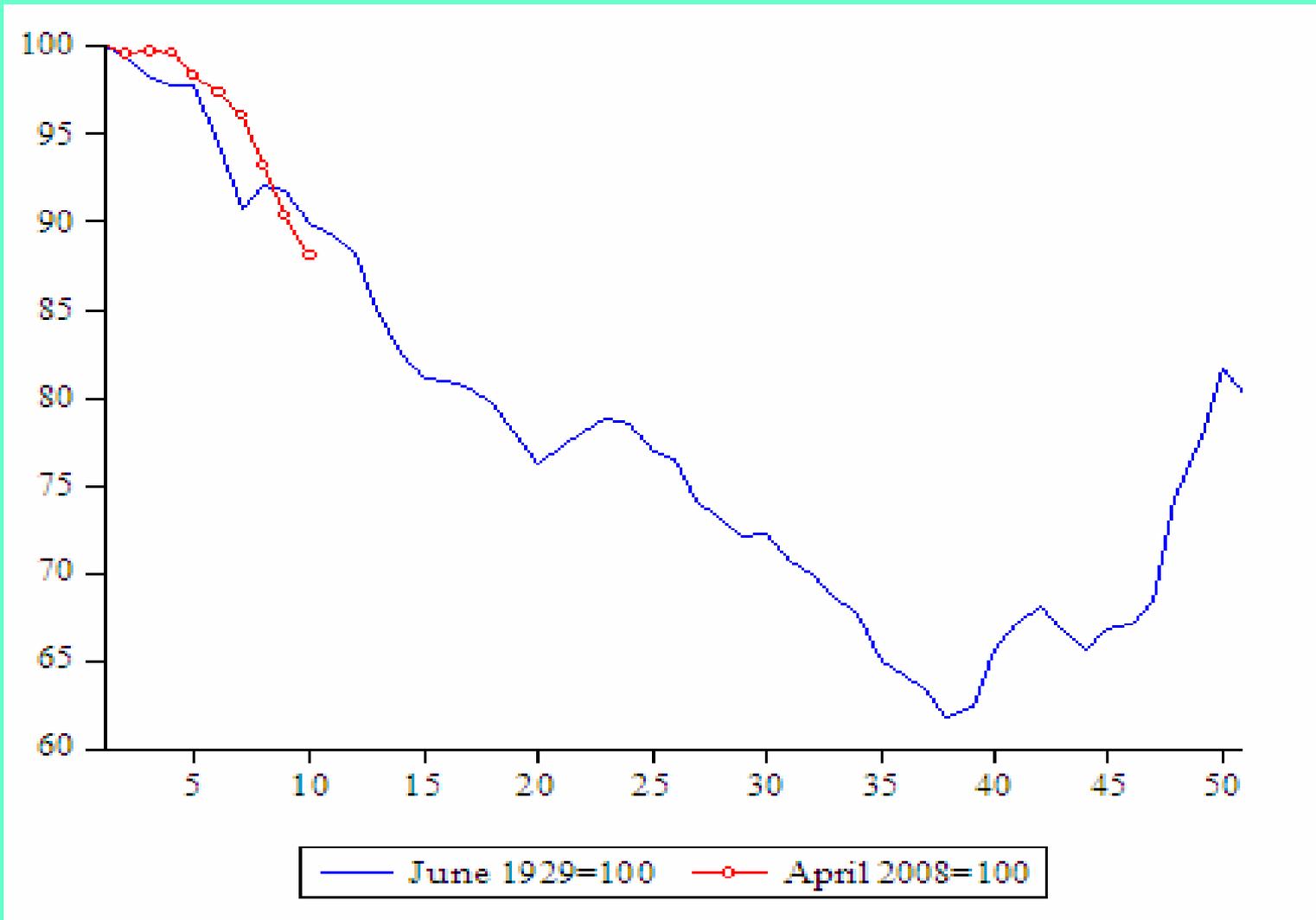
**Conferência da Associação Portuguesa de Bancos
em 2/6/2009
Vítor Constâncio**

Índice

Financiamento da Economia, e o sistema bancário: desempenho e regulação

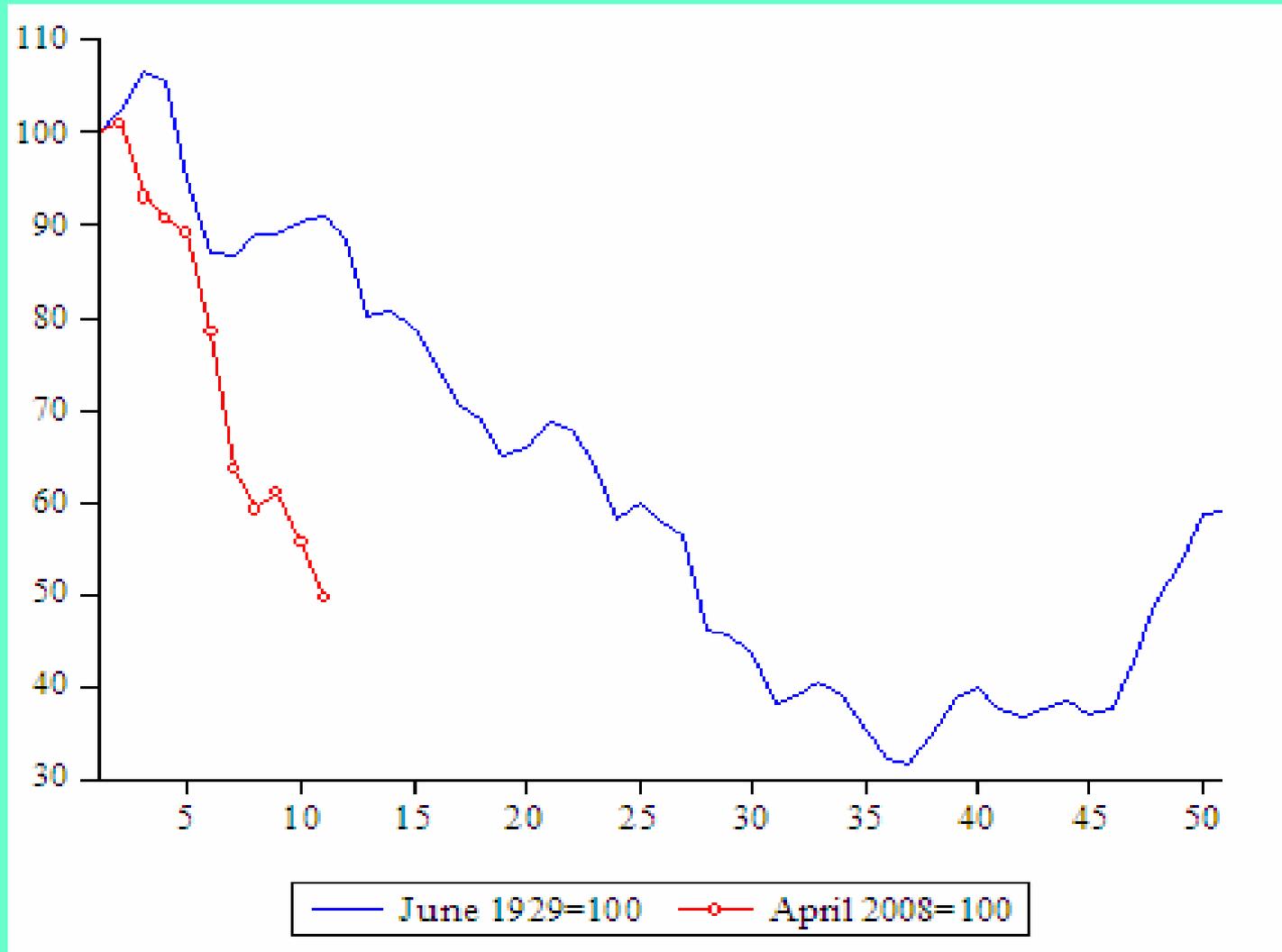
- 1. Crise internacional e implicações para o sistema financeiro**
- 2. Desempenho do sistema bancário nacional e o financiamento da economia**
- 3. Respostas da regulação**

Produção industrial mundial



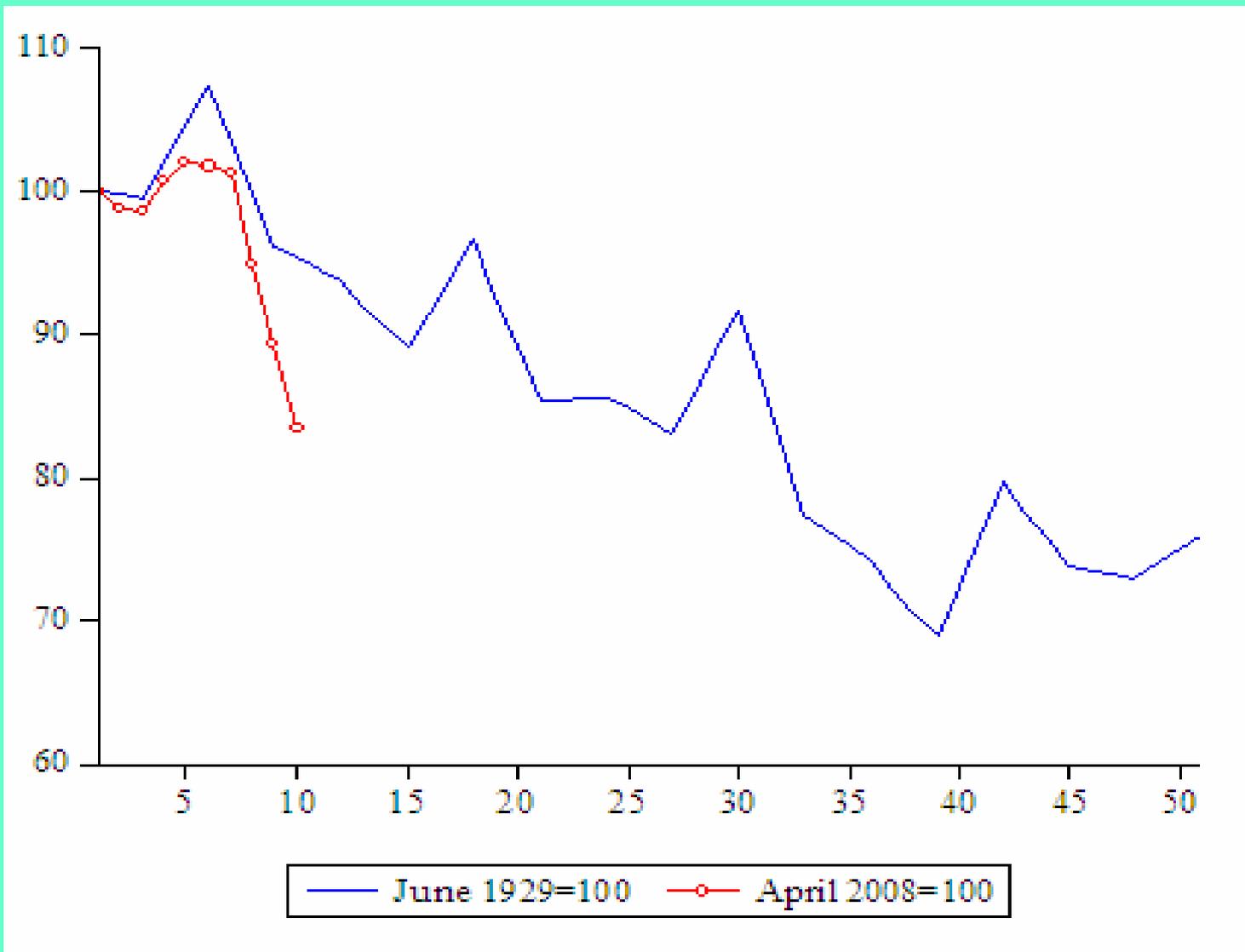
Desde há um ano que a produção industrial mundial desce mais rapidamente do que na Grande Depressão de 1929 durante os primeiros 12 meses após o crash

Média dos Índices de Acções das principais Bolsas



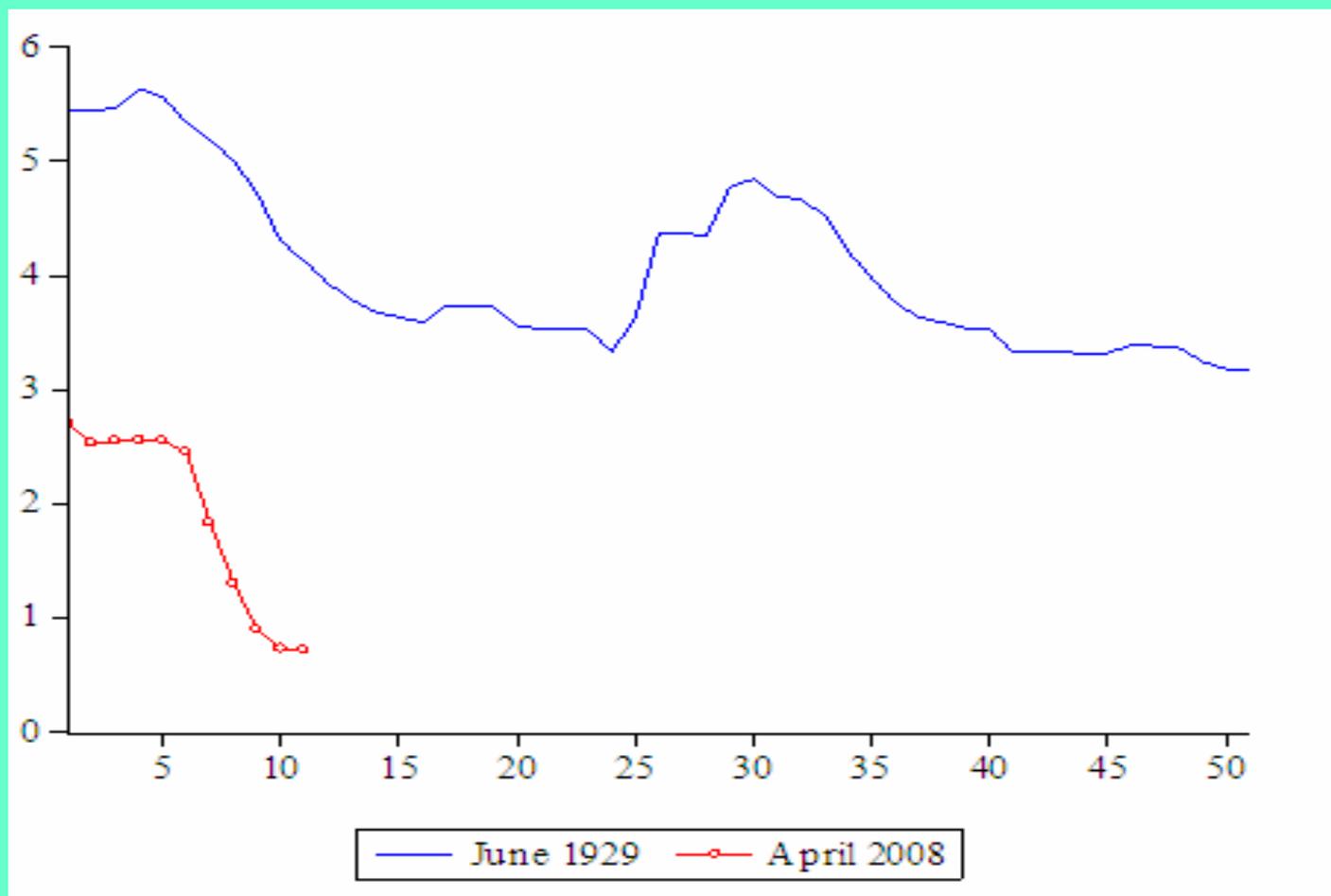
No caso do índice das principais bolsas a evolução (até Abril) parece ainda mais negativa desta vez

Comércio Mundial



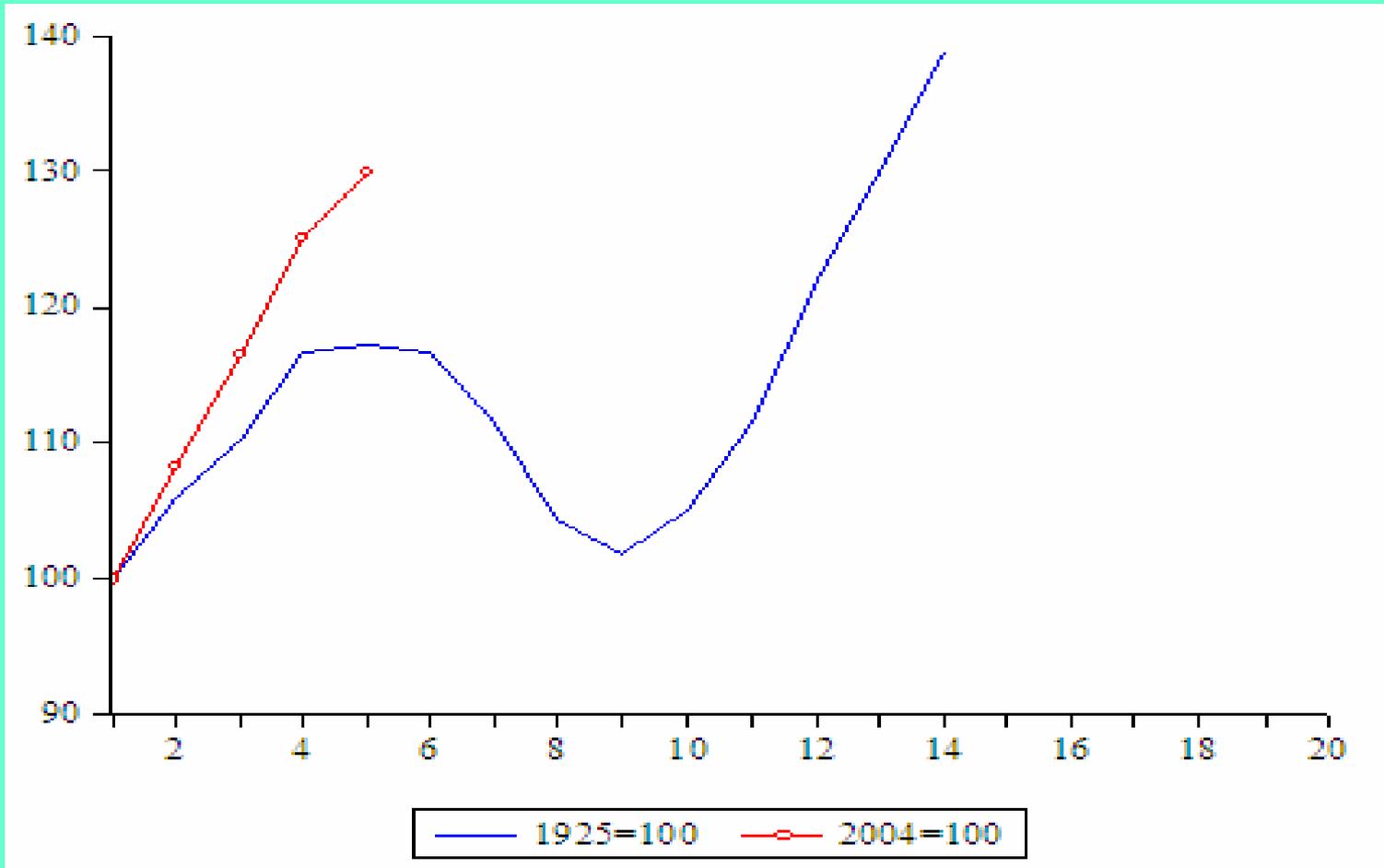
O comércio mundial caiu desde o ano passado mais abruptamente do que em igual número de meses no início da Grande Depressão.

Taxas de desconto dos Bancos Centrais principais (7 países)



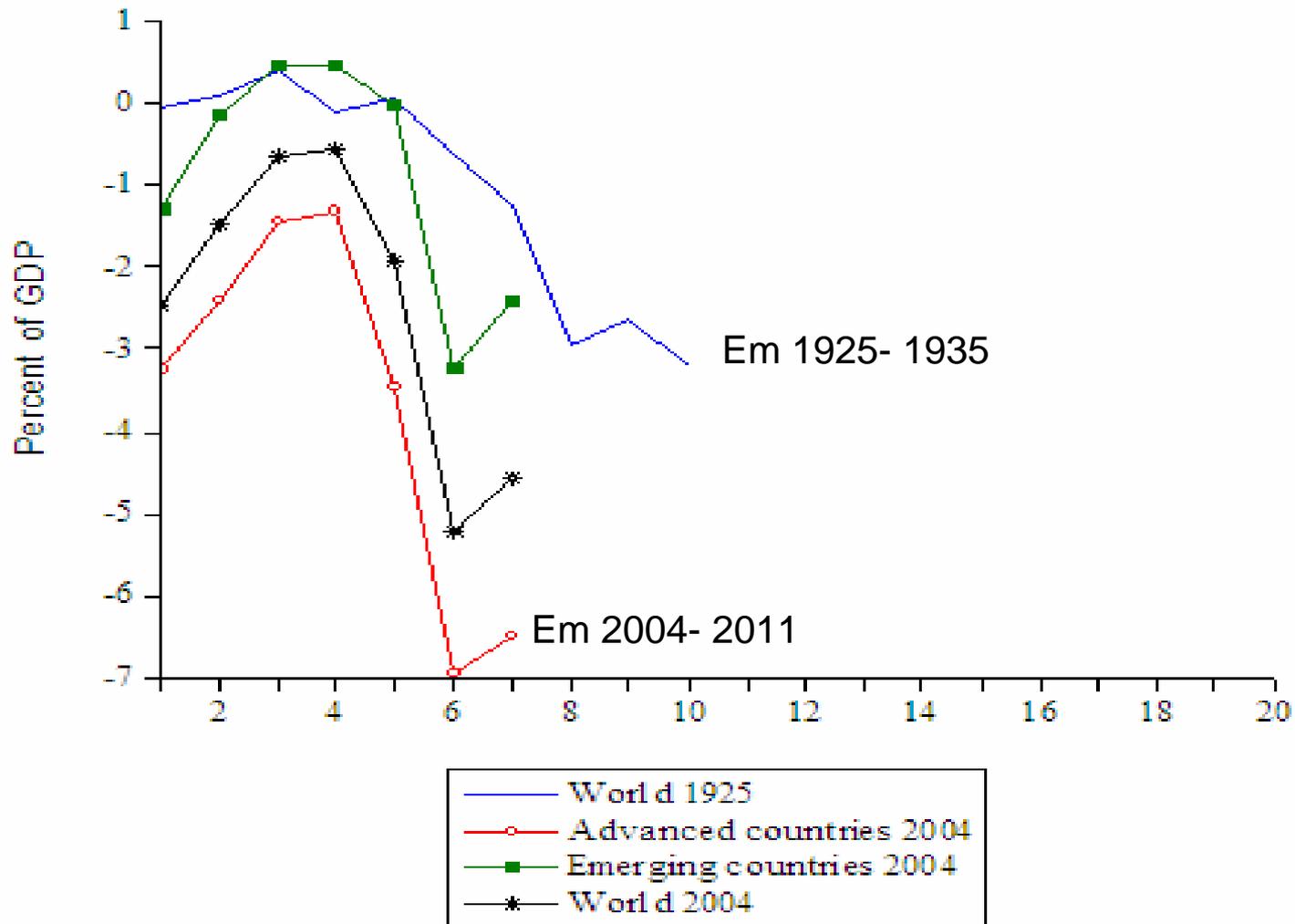
A grande diferença agora é que as políticas macroeconómicas responderam de forma muito mais agressiva para sustentar a recessão.

Evolução da Massa Monetária mundial (19 países)



Em particular a política monetária, quer quanto ao nível das taxas de juro, quer na expansão da oferta de moeda.

Défices Orçamentais



A resposta da política orçamental também tem sido significativa

PREVISÕES DA COMISSÃO EUROPEIA (Abril 09)

	Crescimento do PIB		Inflação		Desemprego		Saldo Orçamental		Rácio da Dívida	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Área do Euro	-4.0	-0.1	0.5	1.2	9.9	11.4	-5.3	-6.5	77.7	83.8
Alemanha	-5.4	0.3	0.5	0.7	8.6	10.4	-3.9	-5.9	73.4	78.7
França	-3.0	-0.2	0.3	1.0	9.6	10.7	-6.6	-6.7	79.7	86.0
Espanha	-3.2	-1.0	0.2	1.7	17.3	20.5	-8.6	-9.8	50.8	62.3
Portugal	-3.7	-0.8	-0.2	1.5	9.1	9.8	-6.5	-6.7	75.4	81.5
Grécia	-0.9	0.1	2.0	2.1	9.1	9.7	-5.1	-5.7	103	108.0
Itália	-4.4	0.1	0.8	1.8	8.8	9.4	-4.5	-4.8	113	116.1
Irlanda	-9.0	-2.6	-1.6	0.3	13.3	16.0	-12.0	-15.6	61.2	79.7
EUA	-4.0	-0.1	0.8	1.3	8.9	10.2	-12.1	-14.2	85.2	84.0
U.K.	-3.8	0.1	1.1	1.2	8.2	9.4	-11.5	-13.8	68.4	81.7
Japão	-5.3	0.1	-1.0	-0.5	5.8	6.3	-6.7	-8.7		

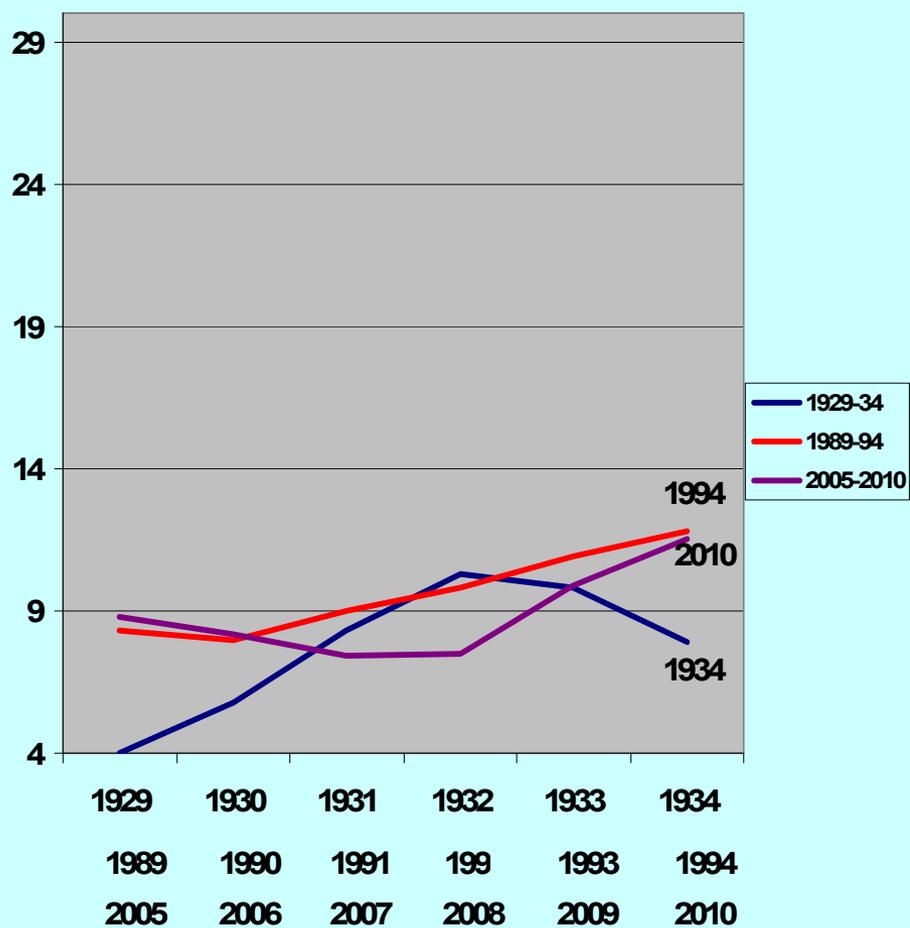
FMI:

217.2

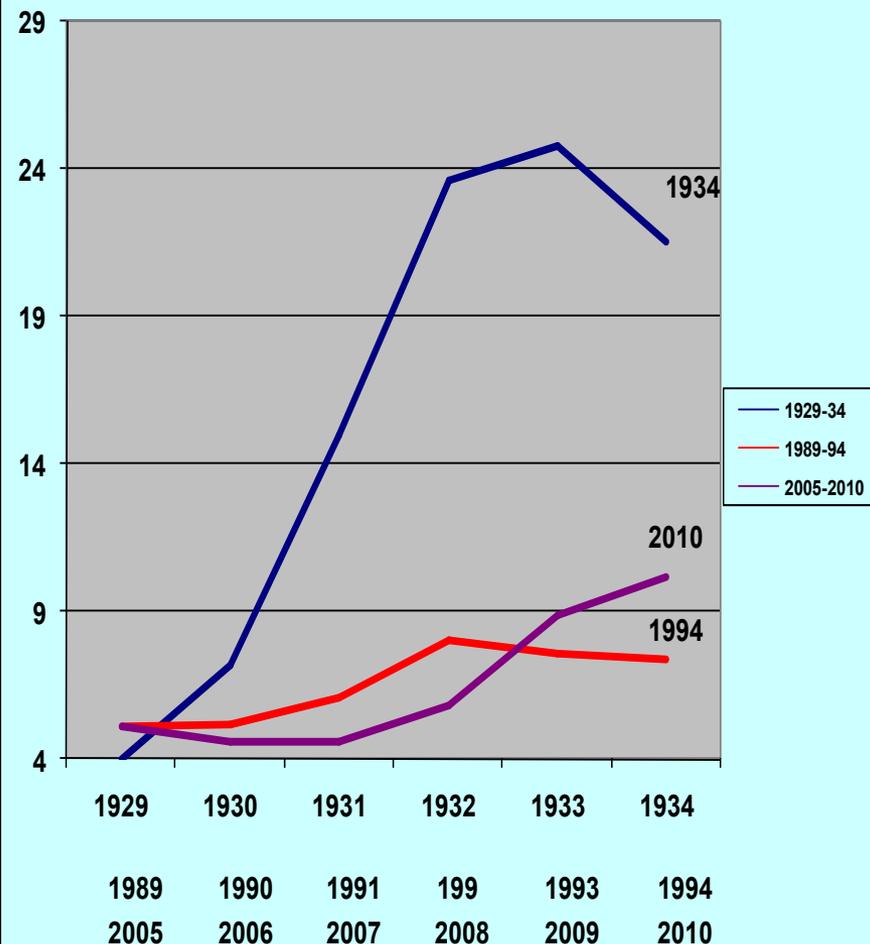
227.4

A taxa média de desemprego na Europa estará em 2010 acima da verificada no pico da Grande Depressão. A diferença é que agora existe o Estado-Providência

Taxa de Desemprego na Europa

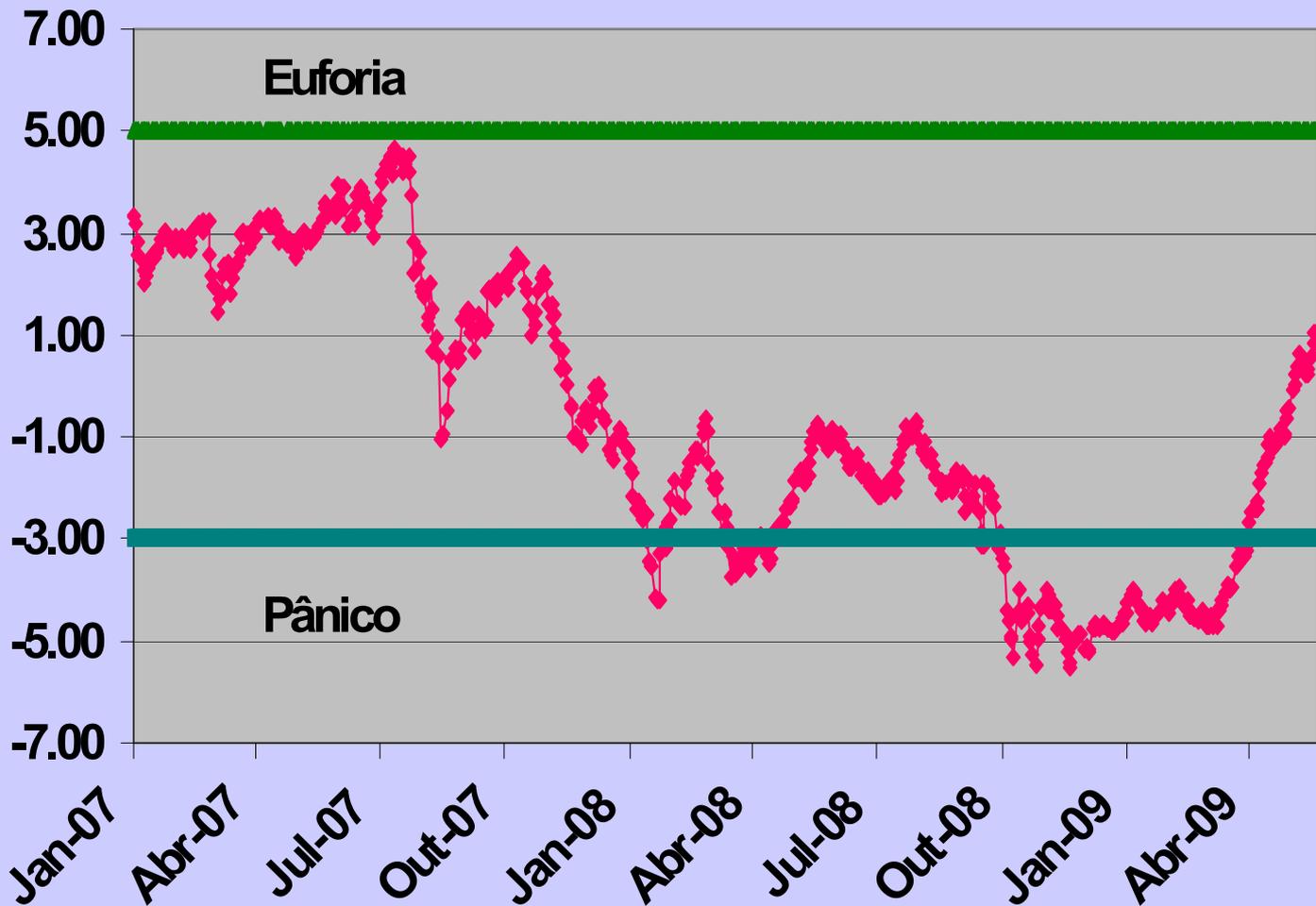


Taxa de Desemprego nos EUA



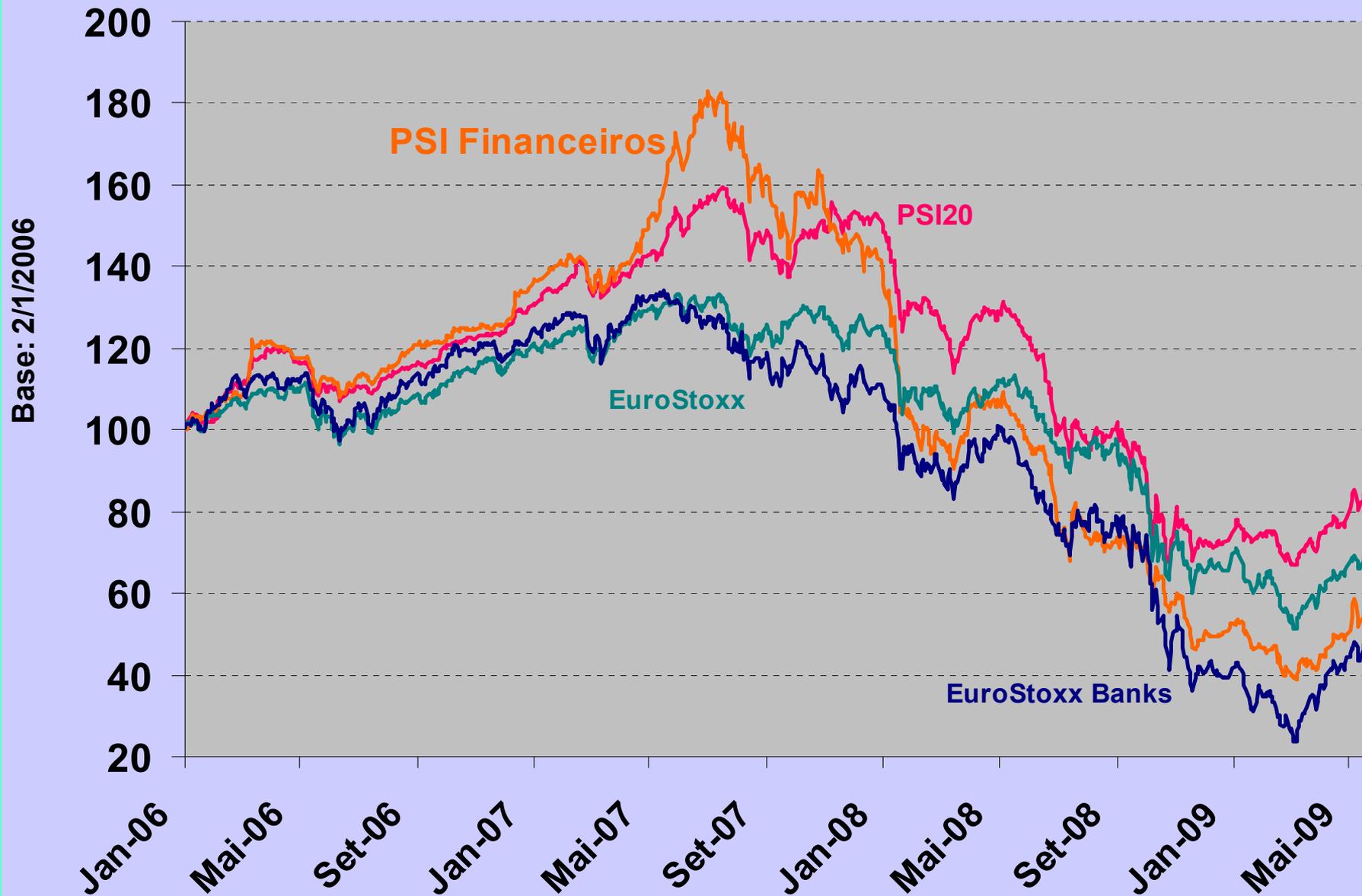
Fontes: para 1929-34, A. Boltho, Oxford Econometrics Forecasting : Para 1989-94 e 2005-2010, Comissão Europeia

Indicador de apetite ao risco - Global



Redução recente da aversão ao risco. Princípio do fim da queda livre recessiva ou o efeito de um ciclo curto de stocks e de um «bear rally» ?

Mercados accionistas - Globais e sector financeiro



- **Da crise financeira à crise económica**

1. **Processo endógeno de endividamento e fragilidade financeira:**

Papel da Política Monetária

Influência dos desequilíbrios macroeconómicos globais: défice externo americano e excesso de poupança nos países emergentes e produtores de petróleo.

2. **Ambiente de baixas taxas de juro, search for yield**

3. **Utilização abusiva do modelo de negócio «originate and distribute» e da titularização e inovação financeira com produtos opacos: relaxamento do controle do risco de crédito**

4. **Fracasso da regulação a nível internacional: desenvolvimento do «shadow banking system»; aumento inconsiderado do «leverage»; expansão de SPV's fora de balanço; desenvolvimento de complexos derivados de crédito (vg CDS's, CDO's) sem mercado organizado; ausência de supervisão das agências de rating; efeitos pró-cíclicos da contabilidade com «mark-to-market» e de Basileia II.**

5. **Fracasso da função de gestão do risco nas Instituições Financeiras e falência da teoria moderna de quantificação do risco (VAR etc...)**

- **Da crise financeira à crise económica: processos em curso na espiral recessiva**
- **Processo de deflação da dívida, liquidação de activos e aumento da poupança**
- **Processo de «desalavancagem», restrição do crédito, ciclo de liquidação de activos**
- **Efeitos riqueza negativos, fragilidade de balanços e redução de consumo e investimento**
- **Crise geral de confiança**
- **Crises cambiais e de balança de pagamentos em países emergentes**

- **Da crise financeira à crise económica: as mudanças de paradigma**
- 1. A actual crise é estrutural e de mudança de paradigma; não é uma simples crise cíclica usual ou uma crise de liquidez. Crise de sobreendividamento seguida de deflação da dívida, liquidação de activos. «Desalavancagem», ajustamento de balanço e reposição de rácios de capital.**
 - 2. A mudança de paradigma envolve novo tipo de funcionamento do sector financeiro; uma alteração do modelo de crescimento assente no endividamento e no aumento da desigualdade da distribuição; uma nova fronteira entre o mercado e o Estado. Superação do «Washington consensus» (Gordon Brown no fim do G20); revisão da interpretação estrita do modelo do «shareholder's value» (Jack Welch ao FT) ; o sector financeiro não é auto-regulável ou auto-equilibrador (Ackerman)**
 - 3. Riscos de um prolongado período de fraco crescimento. Necessidade de novos sectores de crescimento e de uma nova onda de inovação tecnológica. Necessidade de resolver (gradualmente...) o problema central do sistema monetário internacional: os desequilíbrios externos excessivos e a estabilidade financeira mundial**
 - 4. Consequências geopolíticas: alteração gradual do poder relativo entre a Ásia, a América e a Europa.. Possível recuo (temporário?...) da globalização e riscos de protecționismo.**

- **Da crise financeira à crise económica: as mudanças no sector financeiro**
 1. **Perda de peso do sector financeiro no conjunto da economia. Aumento da consolidação no sector. O problema das instituições «too big to fail»**
 2. **Redução dos níveis de alavancagem, em consequência do efeito das perdas registadas nas necessidades de capital; do maior rigor na gestão do risco de crédito e da futura regulação**
 3. **Redução do uso do modelo de «originar e distribuir»: a titularização voltará, mas com menor expressão e produtos mais simples. Desaparecimento de certos produtos e mercados (v.g. tipos de CDO's, ABS com plexos etc) Perda de importância da inovação dos bancos de investimento e um certo regresso ao modelo da banca tradicional, mas com os mercados de capitais a manter ou aumentar o peso que têm na intermediação financeira.**
 4. **Aumento da regulação do sector**
 5. **Redução dos níveis de rentabilidade do sector para valores mais normais.**
 6. **Com excepção do movimento de alguma consolidação, que é desejável, o modelo de funcionamento do sistema bancário português não deve sofrer grandes alterações.**

Índice

Financiamento da Economia, e o sistema bancário: desempenho e regulação

- 1. Crise internacional e implicações para o sistema financeiro**
- 2. Desempenho do sistema bancário nacional e o financiamento da economia**
- 3. Respostas da regulação**

Balanço consolidado do sistema bancário

(em milhares de milhões de euros)	2007	2008	Variação %
Rubricas do Activo:			
Crédito líquido a clientes	285.6	313.8	9.9
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	22.6	21.0	-6.8
Activos Financeiros disponíveis para venda	26.5	26.0	-1.9
Investimentos detidos até à maturidade	1.4	4.9	240.6
Activos titularizados e não desreconhecidos	19.2	27.3	42.0
Activo Total	428.2	463.3	8.2
Rubricas do Passivo:			
Recursos de clientes	188.5	210.6	11.7
Responsabilidades representadas por títulos	96.6	92.8	-4.0
Passivos Subordinados	11.2	11.3	1.0
Passivo Total	401.7	435.5	8.4
Capitais Próprios	26.5	27.8	4.9

Demonstração de Resultados consolidada

(em milhares de milhões de euros)	2007	2008	Variação %
Margem Financeira	7.9	8.7	9.9
Comissões	3.1	3.2	4.3
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor	-0.2	0.1	134.4
Resultados de activos disponíveis para venda	1.1	0.5	-50.6
Alienação de outros activos	0.2	0.3	101.0
Produto Bancário	13.4	14.0	4.5
Custos com o Pessoal	3.9	4.0	2.6
Gastos Gerais Administrativos	2.7	2.9	4.7
Amortizações	0.6	0.6	6.9
Imparidades e outras correcções de valores	1.7	3.6	115.1
Impostos sobre os lucros	0.8	0.6	-21.3
Resultado Líquido	3.2	1.8	-44.2

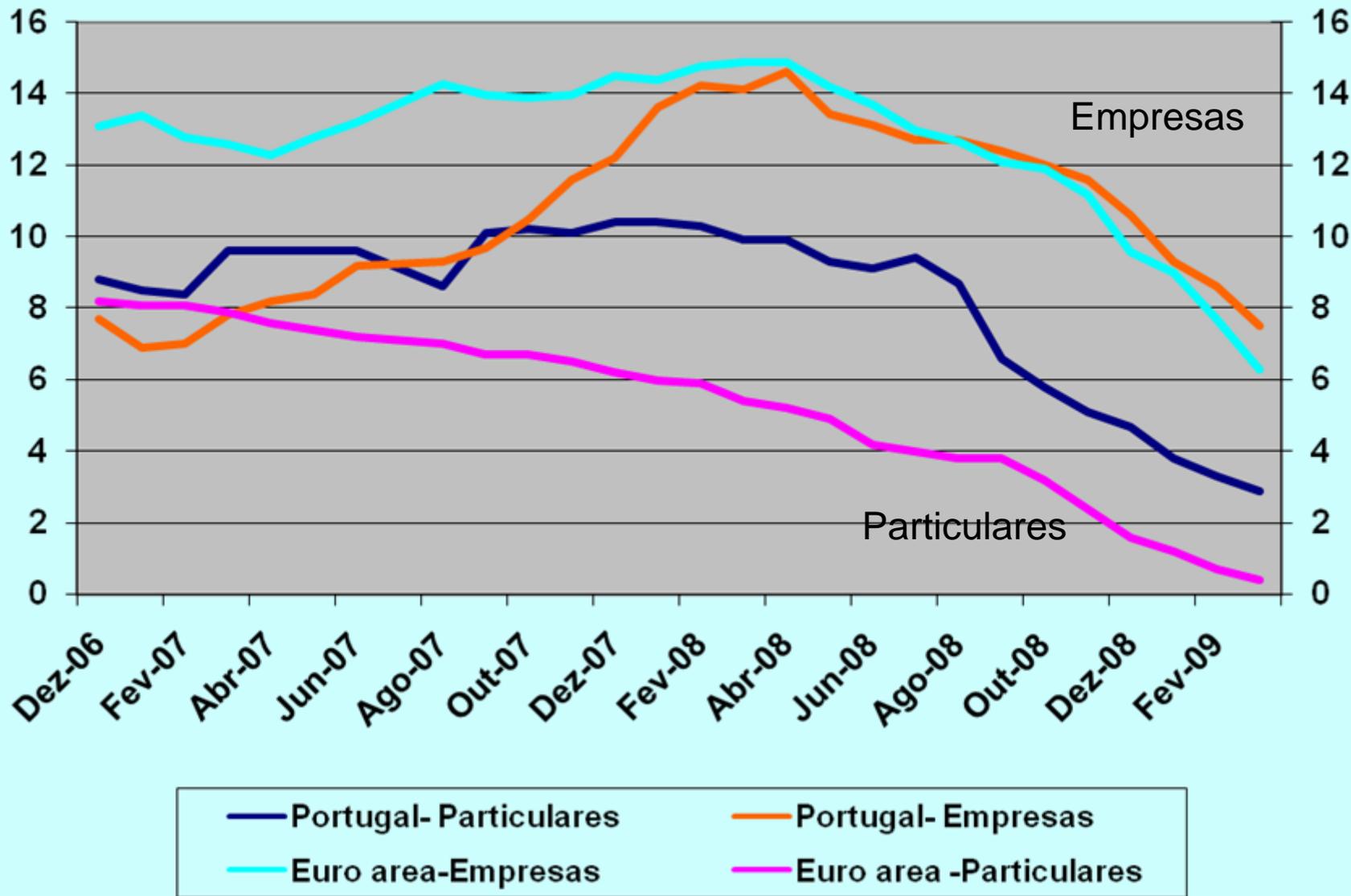
Actividade internacional e doméstica

	2007		2008		
Actividade e resultados gerados pelas filiais no estrangeiro:	Em milhões de euros	Peso em %	Em milhões de euros	Peso em %	tvh %
Total do Activo	37,862	8.8	51,046	11.0	34.8%
Produto da actividade bancária	1,923	14.4	2,568	18.4	33.5%
Resultados antes de impostos e interesses minoritários	864	19.2	1,139	42.0	31.8%
Actividade e resultados gerados na «actividade doméstica»:					
Total do Activo	390,343	91.2	412,277	89.0	5.6%
Produto da actividade bancária	11,433	85.6	11,388	81.6	-0.4%
Resultados antes de impostos e interesses minoritários	3,624	80.8	1,574	58.0	-56.6%
Total					
Total do Activo	428,205		463,323		8.2%
Produto da actividade bancária	13,356		13,956		4.5%
Resultados antes de impostos e interesses minoritários	4,487		2,713		-39.5%

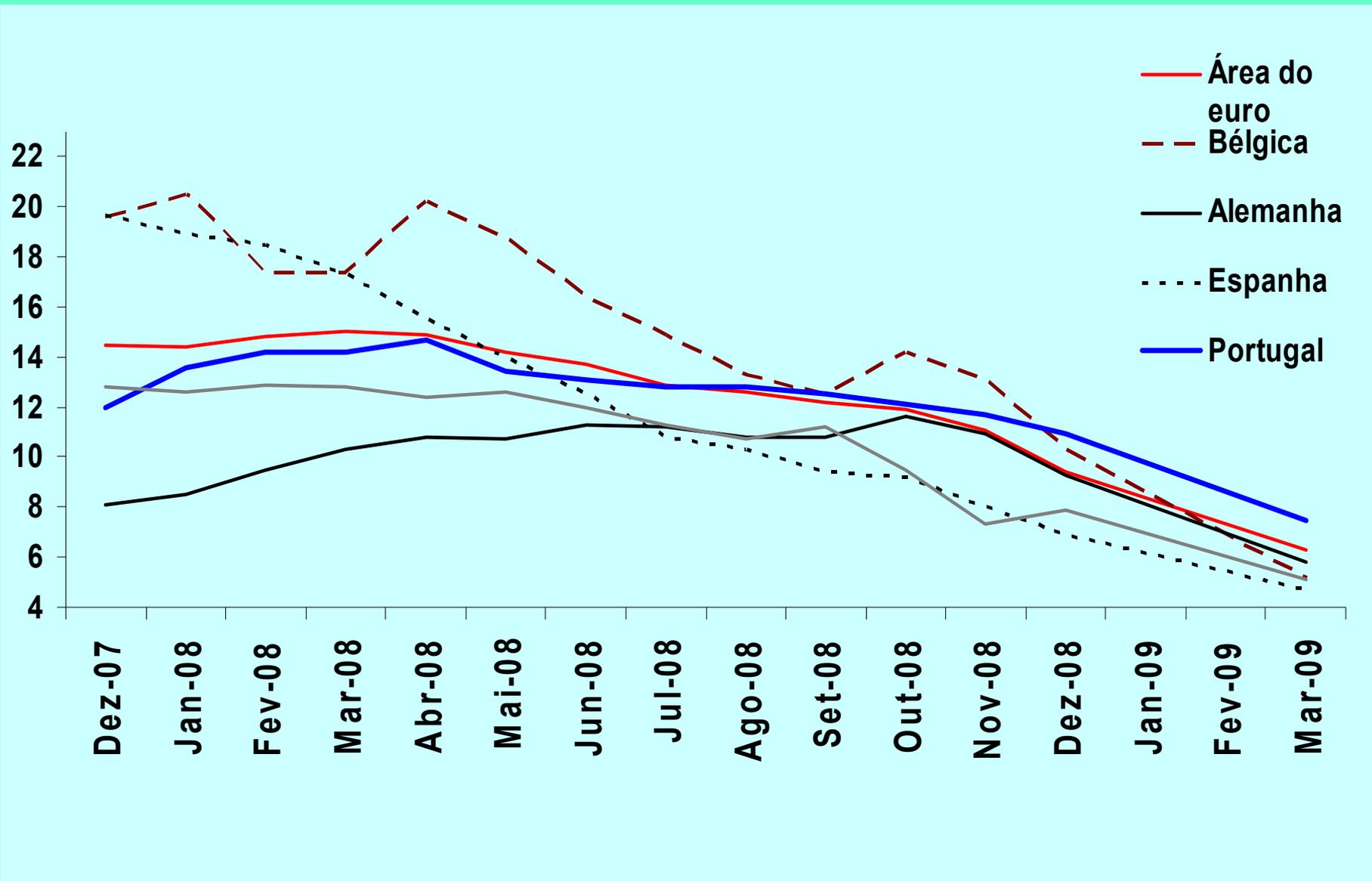
Indicadores do Sistema Bancário

(em percentagem)	2007	2008
	Dez	Dez
Rácio de Solvabilidade	10.3	10.3
Activos líquidos sobre passivos interbancários – Bancos domésticos	110.1	103.4
Crédito em incumprimento (% do crédito total)	1.41	1.69
Margem Financeira em % do Activo	1.96	1.95
Outros Proveitos (Comissões, LOF etc) em % do Activo	1.34	1.17
Rácio de eficiência (custos adminst. sobre o produto bancário)	54.1	53.7
Rendibilidade do Activo (ROA)	1.15	0.64
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	18.2	10.6
Resultados antes de impostos e interesses minoritários (tvh)	1.7	-38.3
Resultado líquido do exercício (tvh)	2.9	-44.2

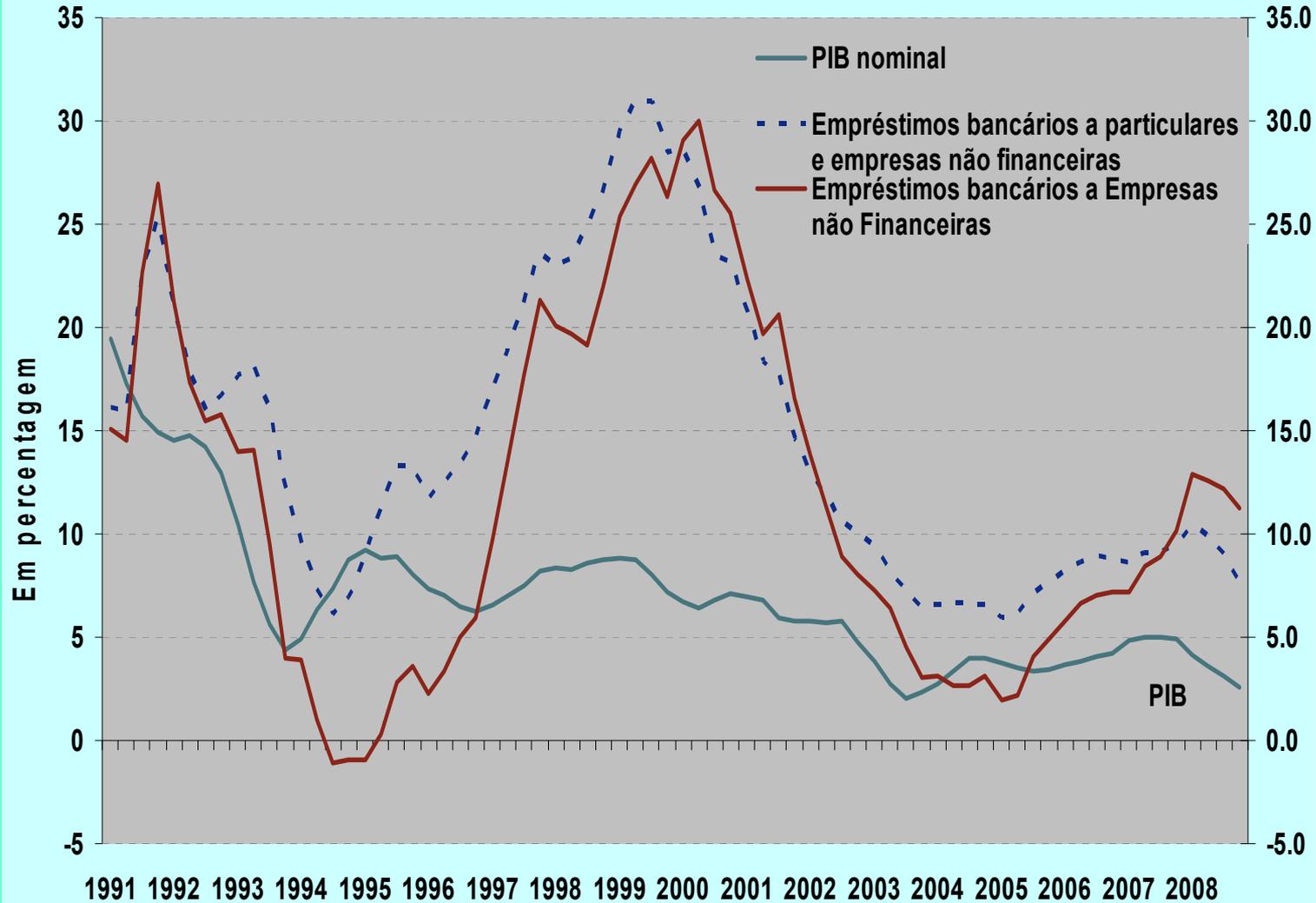
Crescimento do crédito a Particulares e Empresas



Crescimento do crédito a Empresas não financeiras



Portugal: PIB nominal e empréstimos bancários (taxas anuais de crescimento)



Desde 2005, crédito a crescer de novo muito acima do PIB nominal. O financiamento pelo crédito não criou nem acentuou a recessão

Crédito concedido a sociedades não financeiras



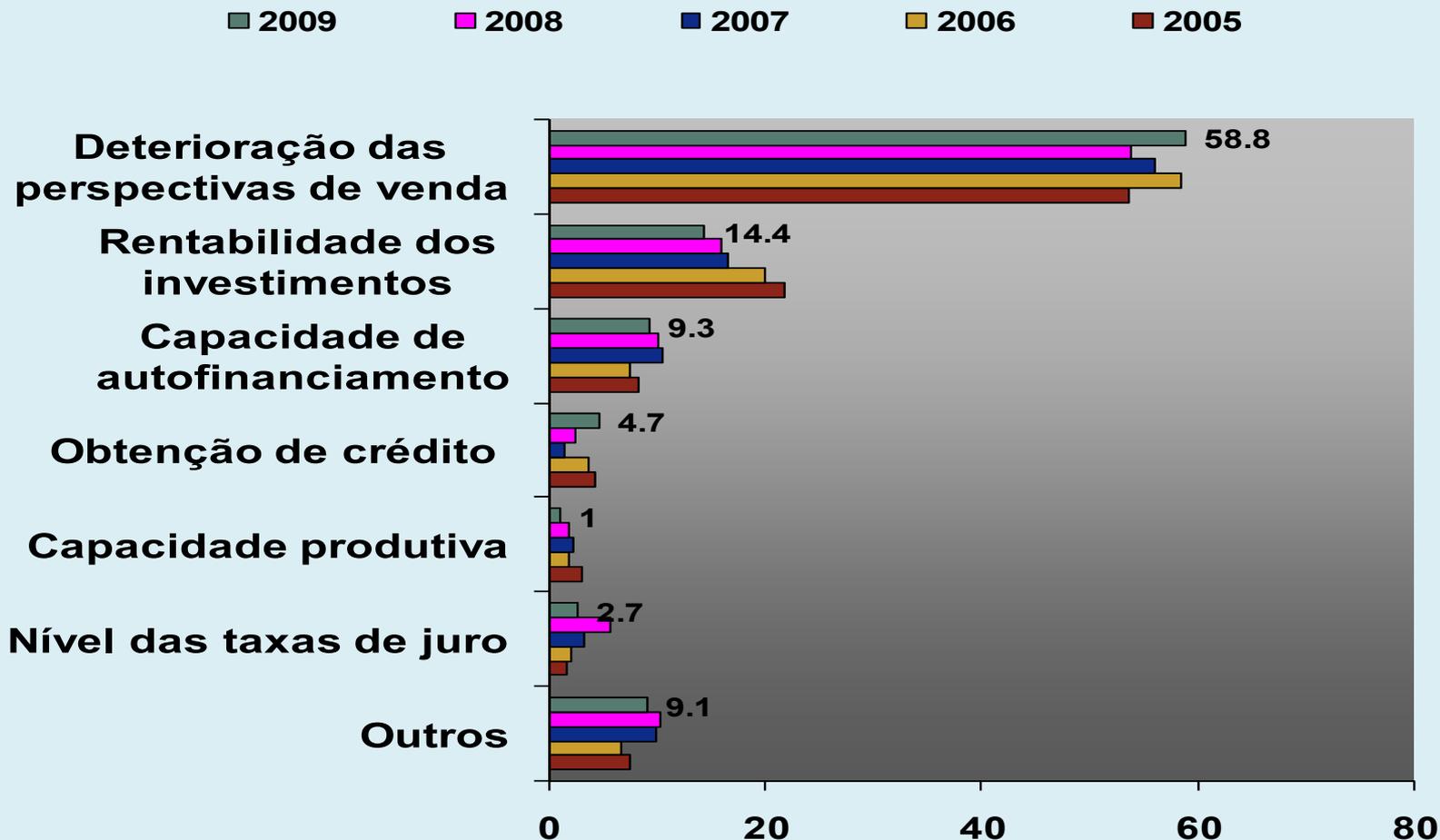
Crédito, incluindo papel comercial, a crescer a mais de 12% em 2008!

(a) A taxa de variação anual é calculada com base na relação entre saldos de empréstimos bancários (ou saldo de empréstimos bancários e papel comercial detido pelo sistema bancário) em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações e de abatimentos ao activo. (b) O papel comercial detido pelos bancos é medido pelos títulos de prazo inferior a uma ano emitidos pelas sociedades não financeiras e pertencentes às carteiras das instituições financeiras.

PRINCIPAL FACTOR LIMITATIVO AO INVESTIMENTO

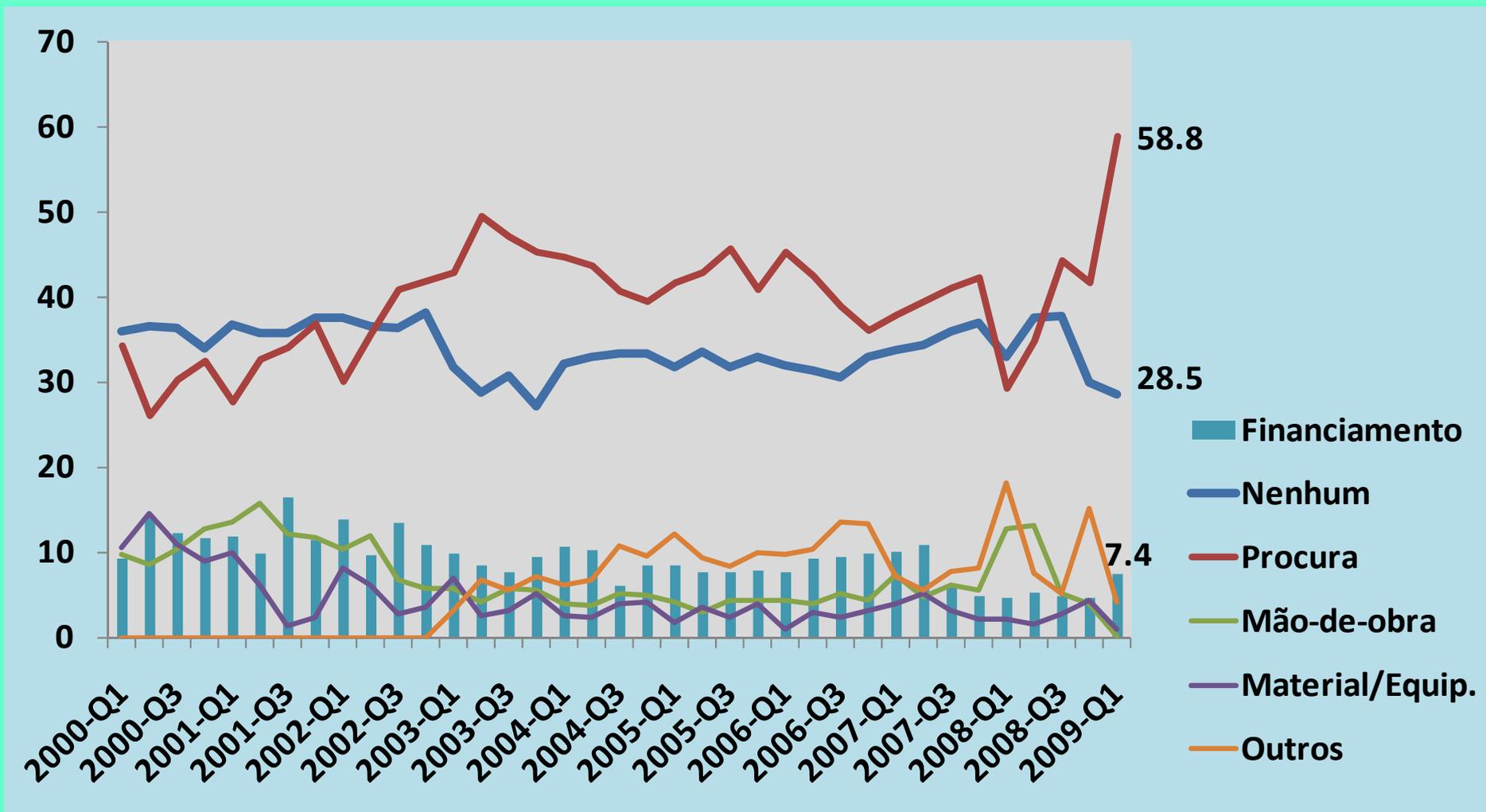
- avaliação prospectiva

Em percentagem do número total de empresas com limitações ao investimento



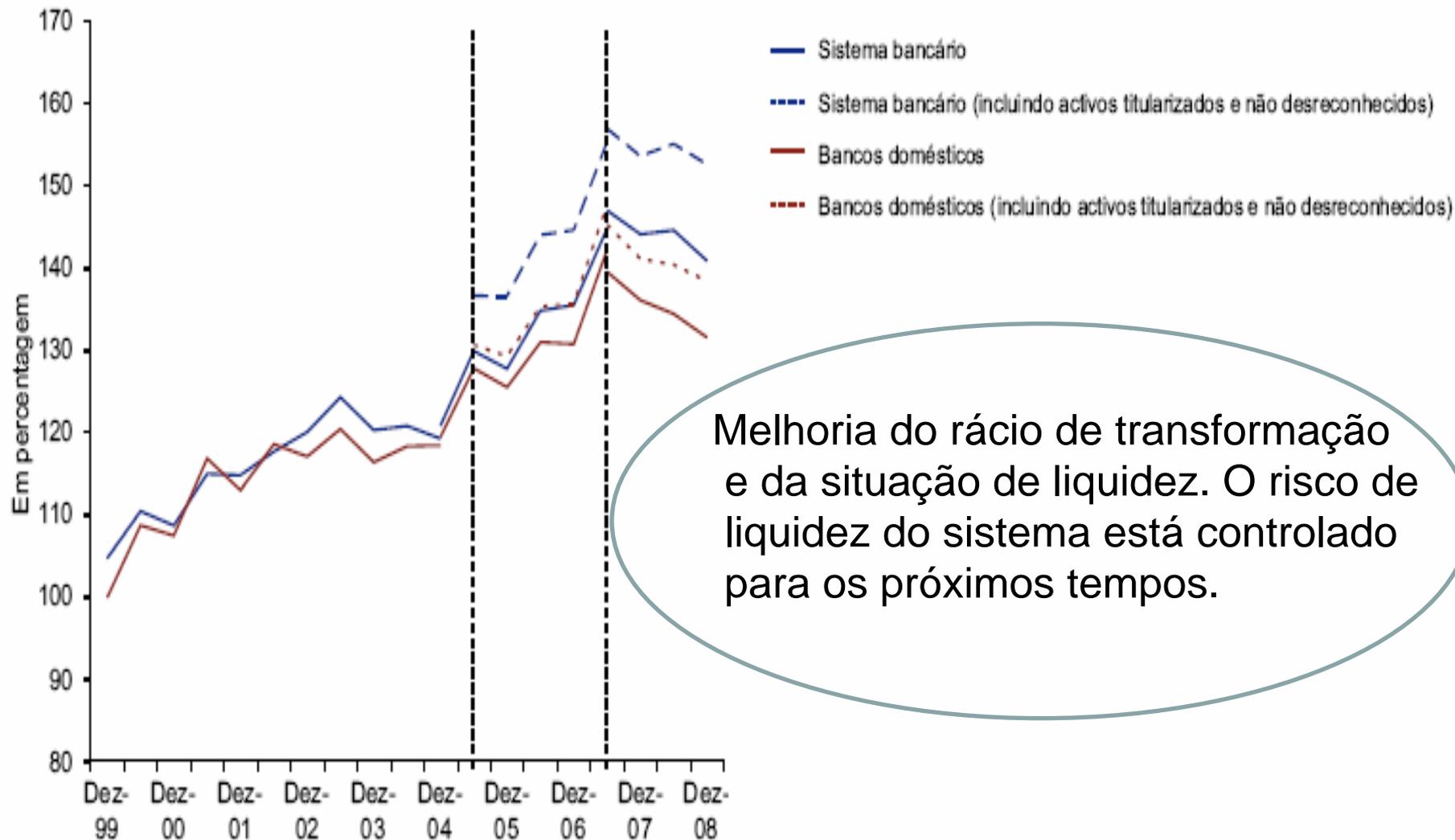
Fonte: INE (Inquérito ao Investimento). Os resultados apresentados para cada ano têm por base o primeiro Inquérito ao Investimento publicado no início desse ano.

Factores de restrição da produção na indústria transformadora



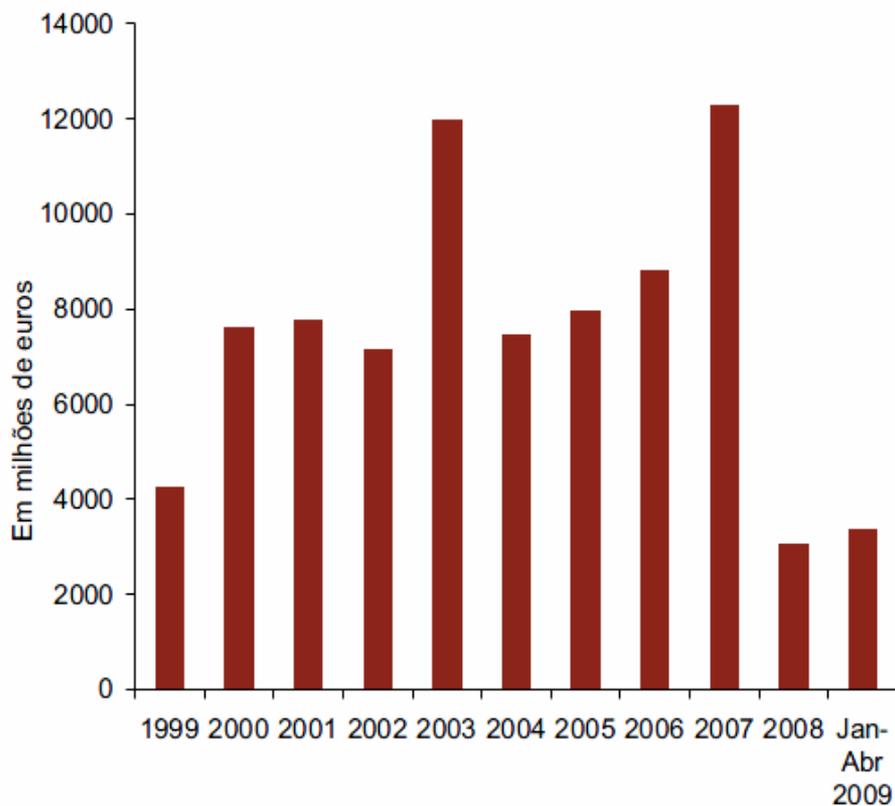
RÁCIO ENTRE CRÉDITO E RECURSOS DE CLIENTES

Incluindo títulos emitidos por bancos e colocados junto de clientes



ESTIMATIVA DE EMISSÕES LÍQUIDAS DE OBRIGAÇÕES DE BANCOS PORTUGUESES

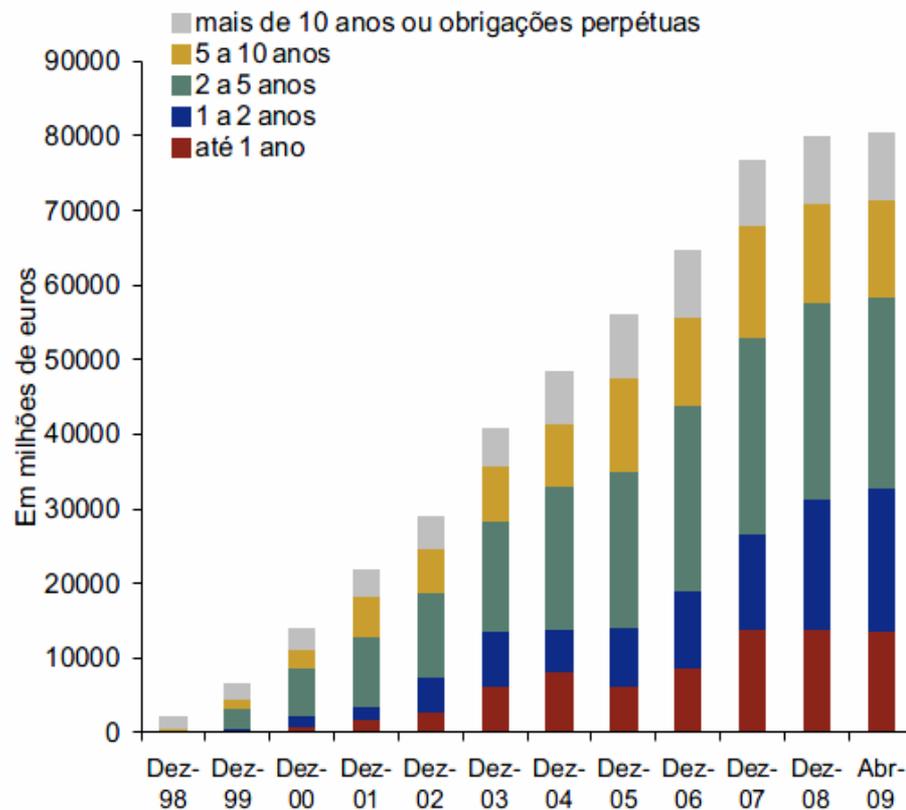
Em Portugal e no exterior



Fontes: Bloomberg, Dealogic Bondware e Thomson Reuters.

SALDO VIVO DAS OBRIGAÇÕES EMITIDAS POR BANCOS PORTUGUESES POR MATURIDADE RESIDUAL

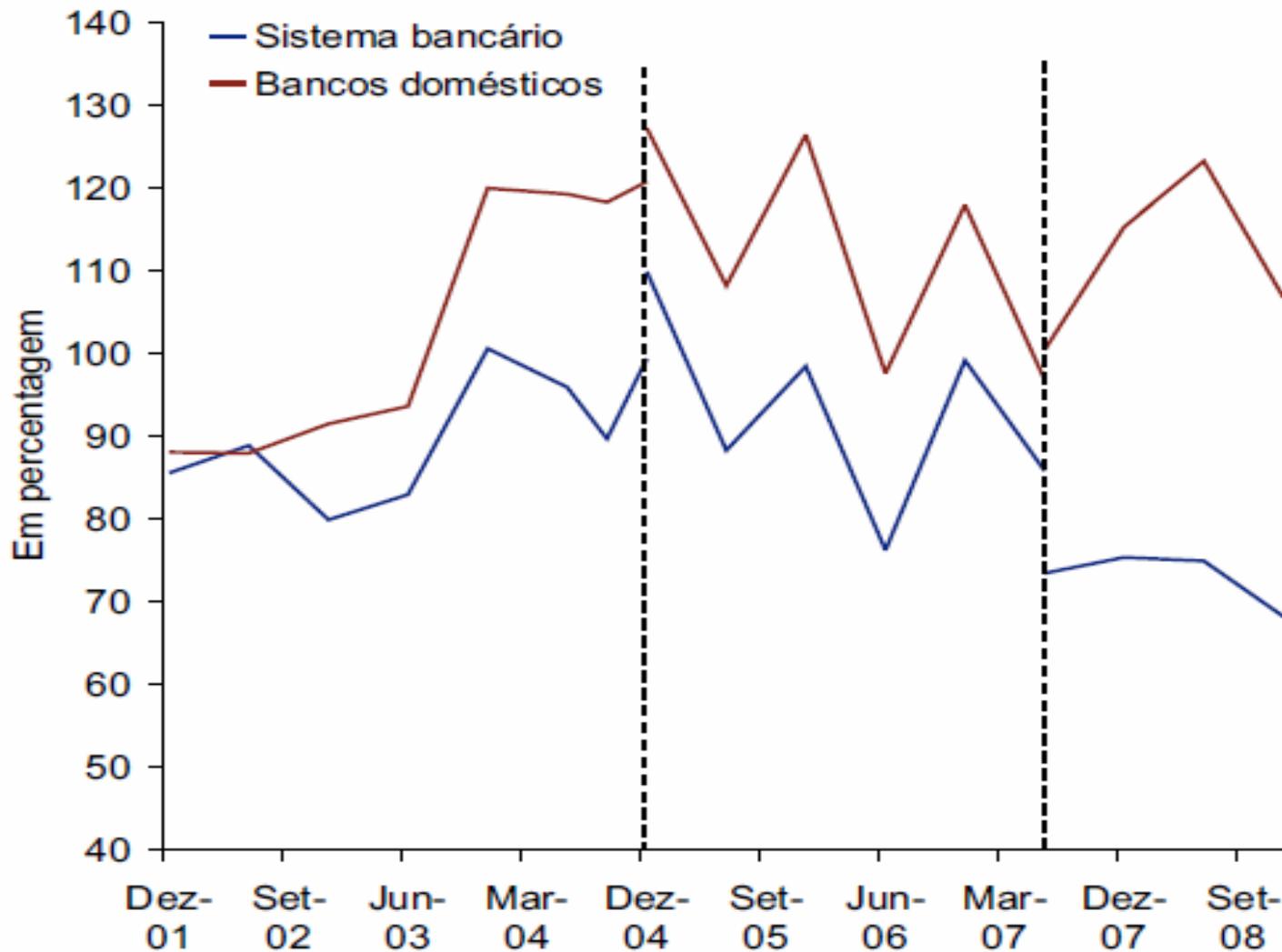
Em Portugal e no exterior



Fontes: Bloomberg, Dealogic Bondware e Thomson Reuters.

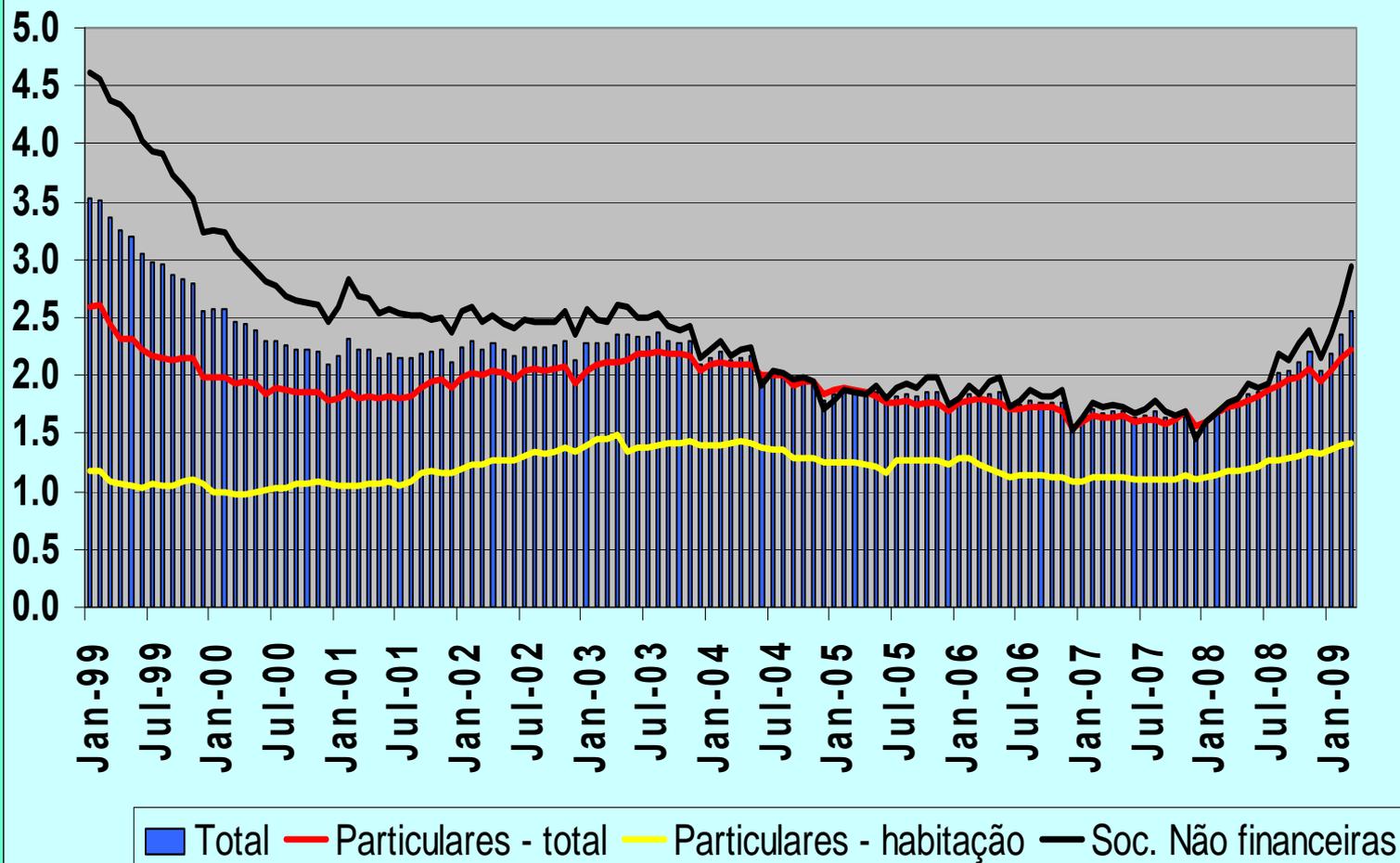
Os Bancos portugueses já emitiram obrigações este ano do que em todo o ano anterior e algumas sem garantia do Estado.

RÁCIO DE COBERTURA DOS PASSIVOS INTERBANCÁRIOS POR ACTIVOS DE ELEVADA LIQUIDEZ



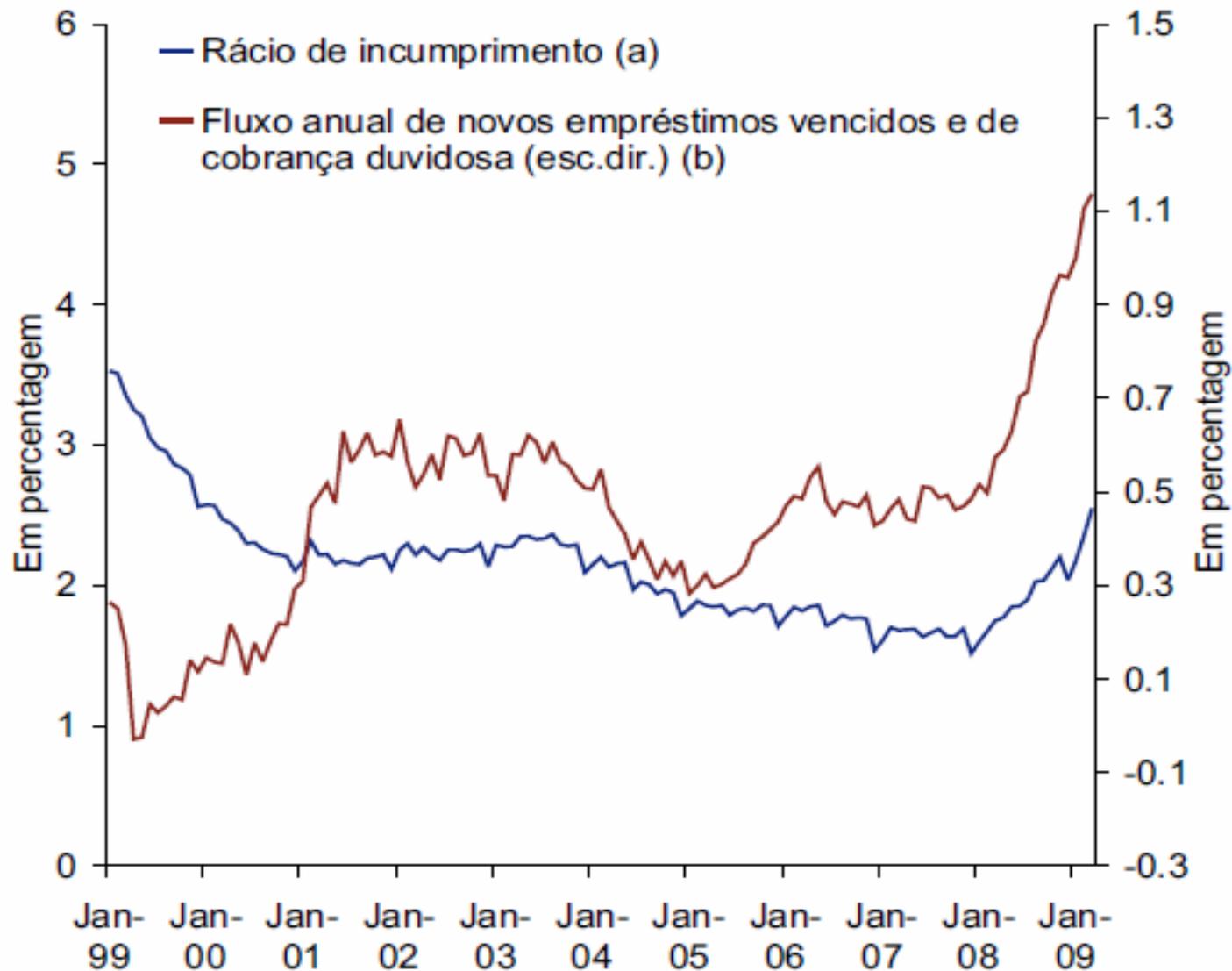
Acima de 100% nos Bancos Domésticos sujeitos a Supervisão Pelo BP

Rácios de incumprimento no crédito a clientes residentes (%)



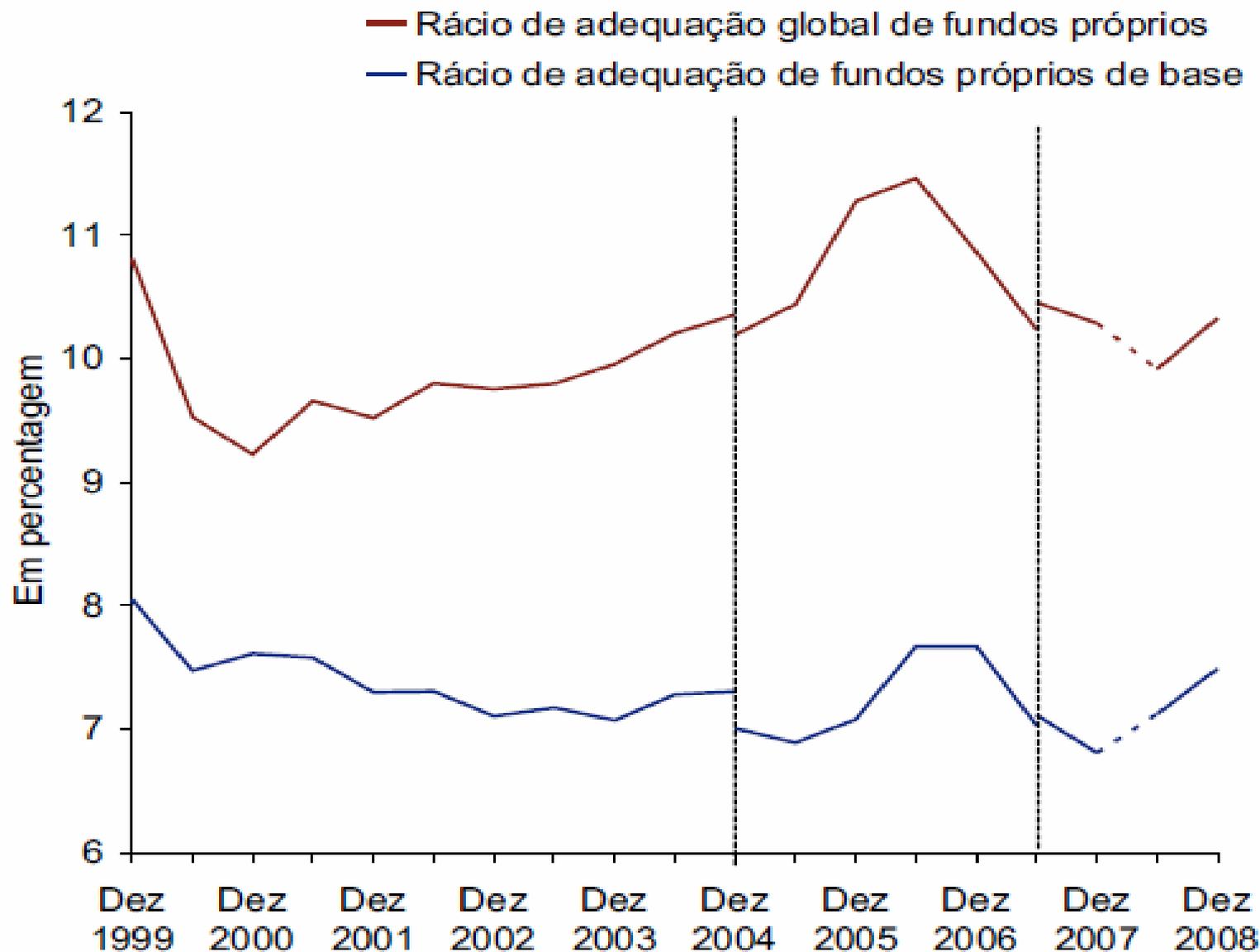
Aumento do incumprimento mas com níveis abaixo de 99, embora a crescer mais rapidamente que na recessão de 2003

INCUMPRIMENTO NO CRÉDITO AO SECTOR PRIVADO NÃO FINANCEIRO RESIDENTE



O aumento do custo do crédito mal-parado, reflecte-se na rapidez do aumento do fluxo anual de novos créditos em incumprimento.

RÁCIO DE ADEQUAÇÃO DE FUNDOS PRÓPRIOS

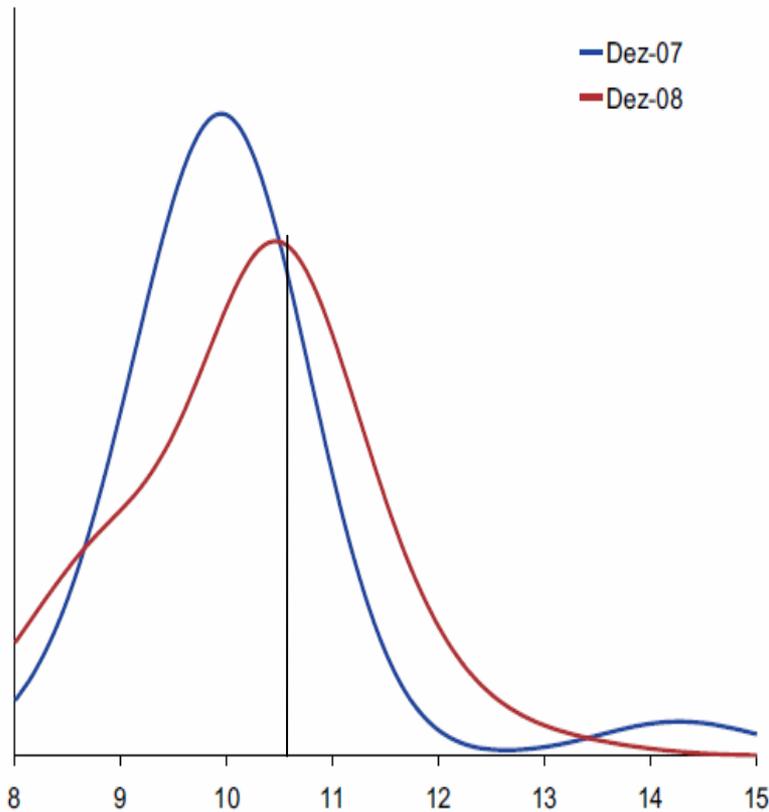


Manutenção do rácio de Capital e ligeira melhoria do rácio de Tier 1 com nível acima de 7%

RÁCIO DE ADEQUAÇÃO DE FUNDOS PRÓPRIOS

Fundos próprios / (Requisitos totais * 12.5)

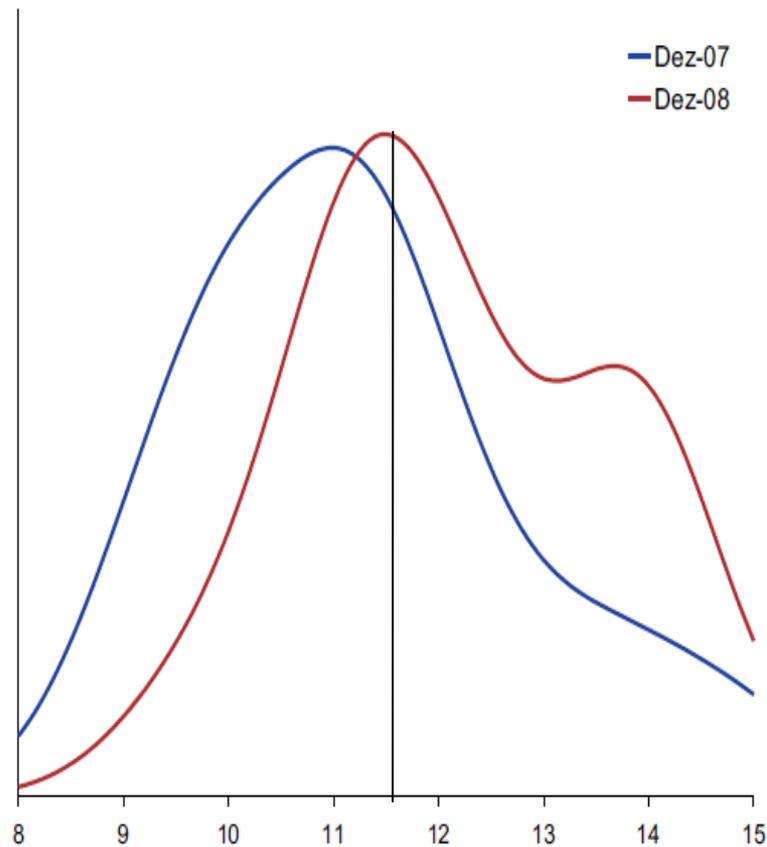
Distribuição empírica



Fonte: Banco de Portugal.

RÁCIO DE ADEQUAÇÃO DE FUNDOS PRÓPRIOS DE UM PAINEL DE BANCOS EUROPEUS

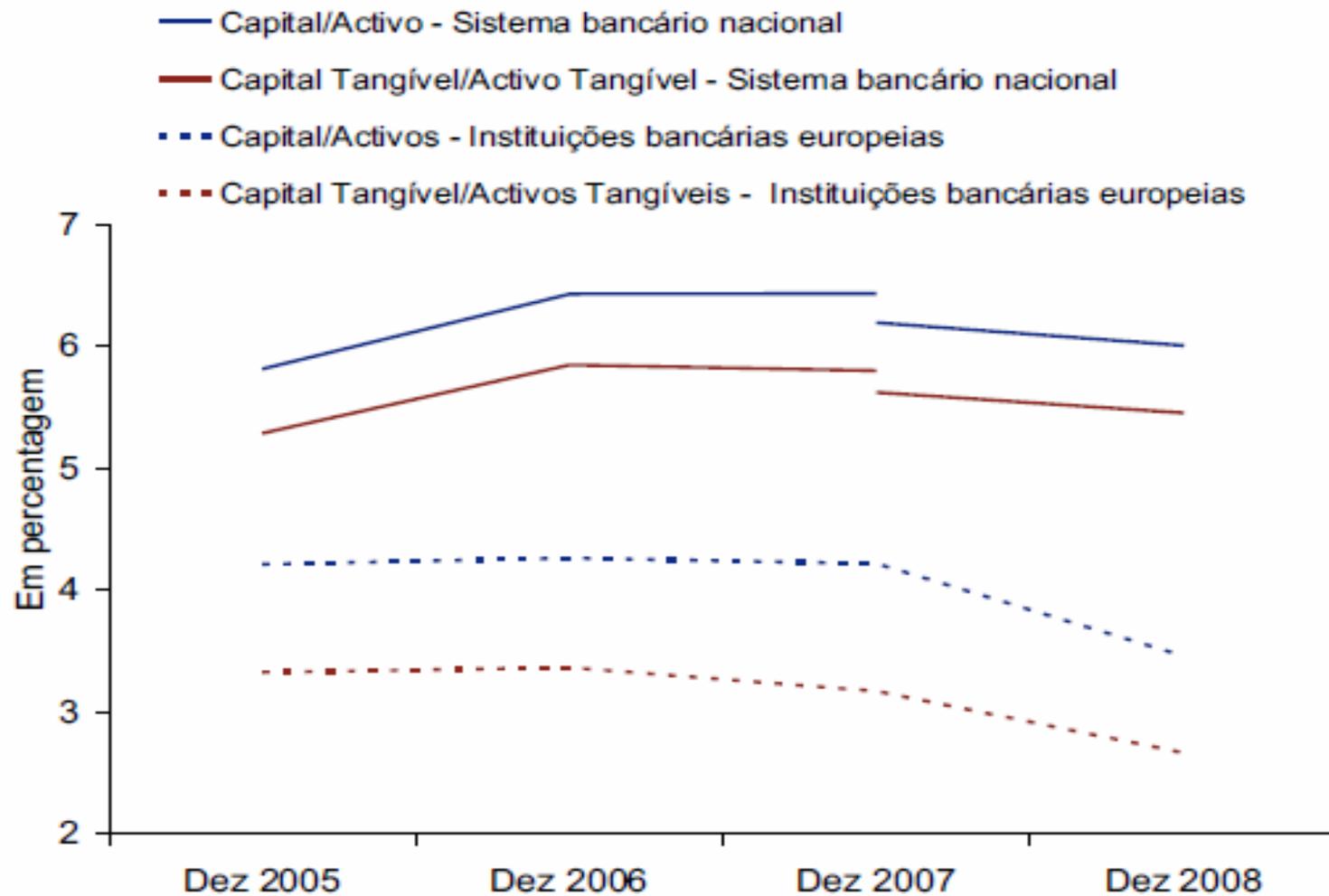
Distribuição empírica



Fonte: Bureau Van Dijk (Bankscope).

**Melhoria
em
2008, com
pico
pouco
inferior à
distribuiçã
o de
bancos
europeus
(55
Bancos de
14
Países)**

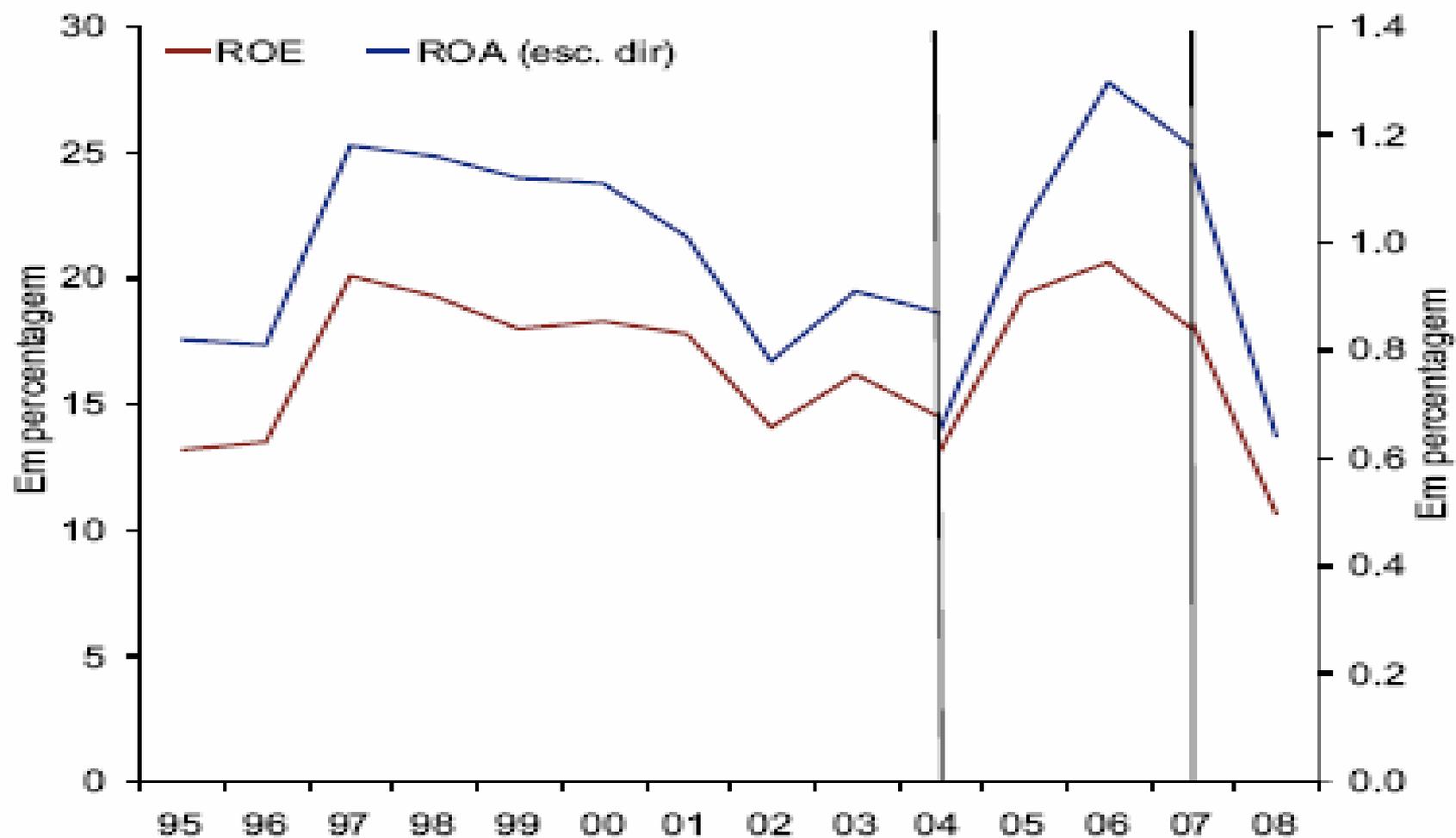
RÁCIO ENTRE CAPITAL E ACTIVO



Os bancos Portugueses têm muito melhor relação de alavancagem (leverage) do que a média Europeia

(média de 53 Bancos de 14 Países)

RENDIBILIDADE DO ACTIVO (ROA) E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS (ROE)

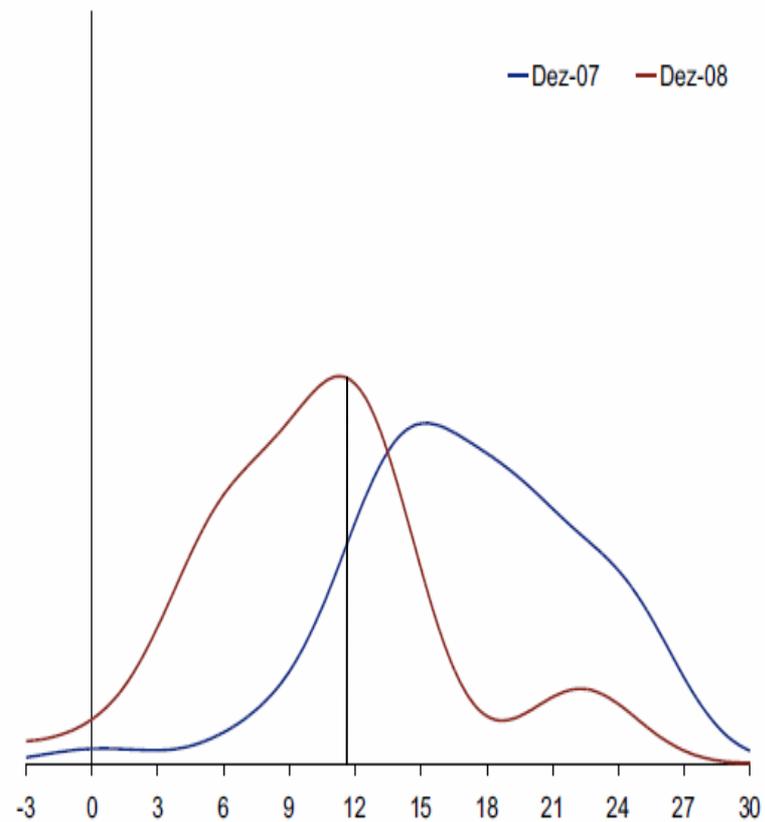


RENDIBILIDADE DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

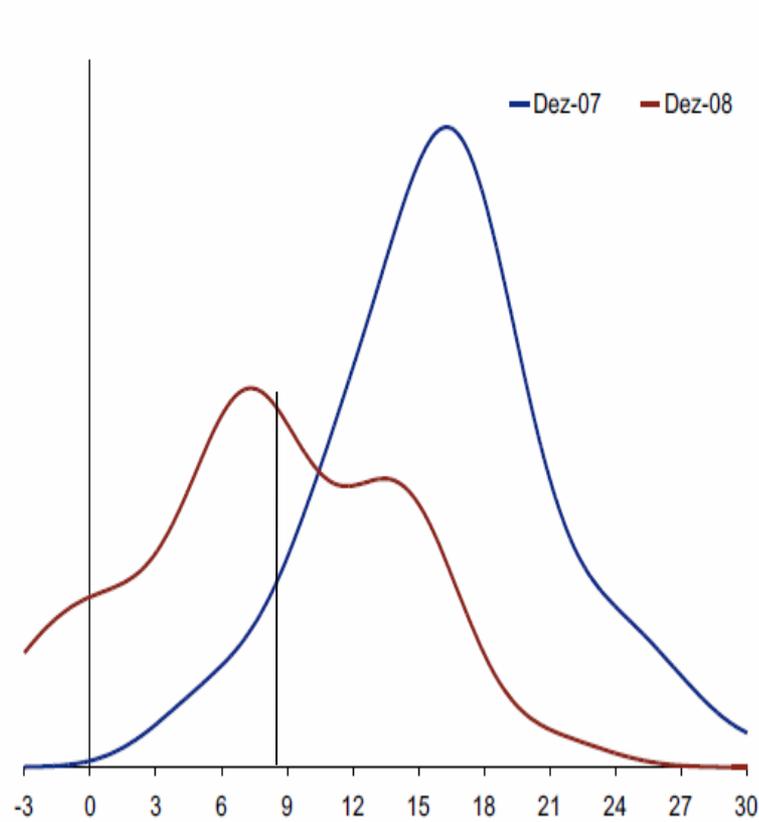
Distribuição empírica

RENDIBILIDADE DOS CAPITAIS PRÓPRIOS DE UM PAINEL DE BANCOS EUROPEUS

Distribuição empírica



Fonte: Banco de Portugal.

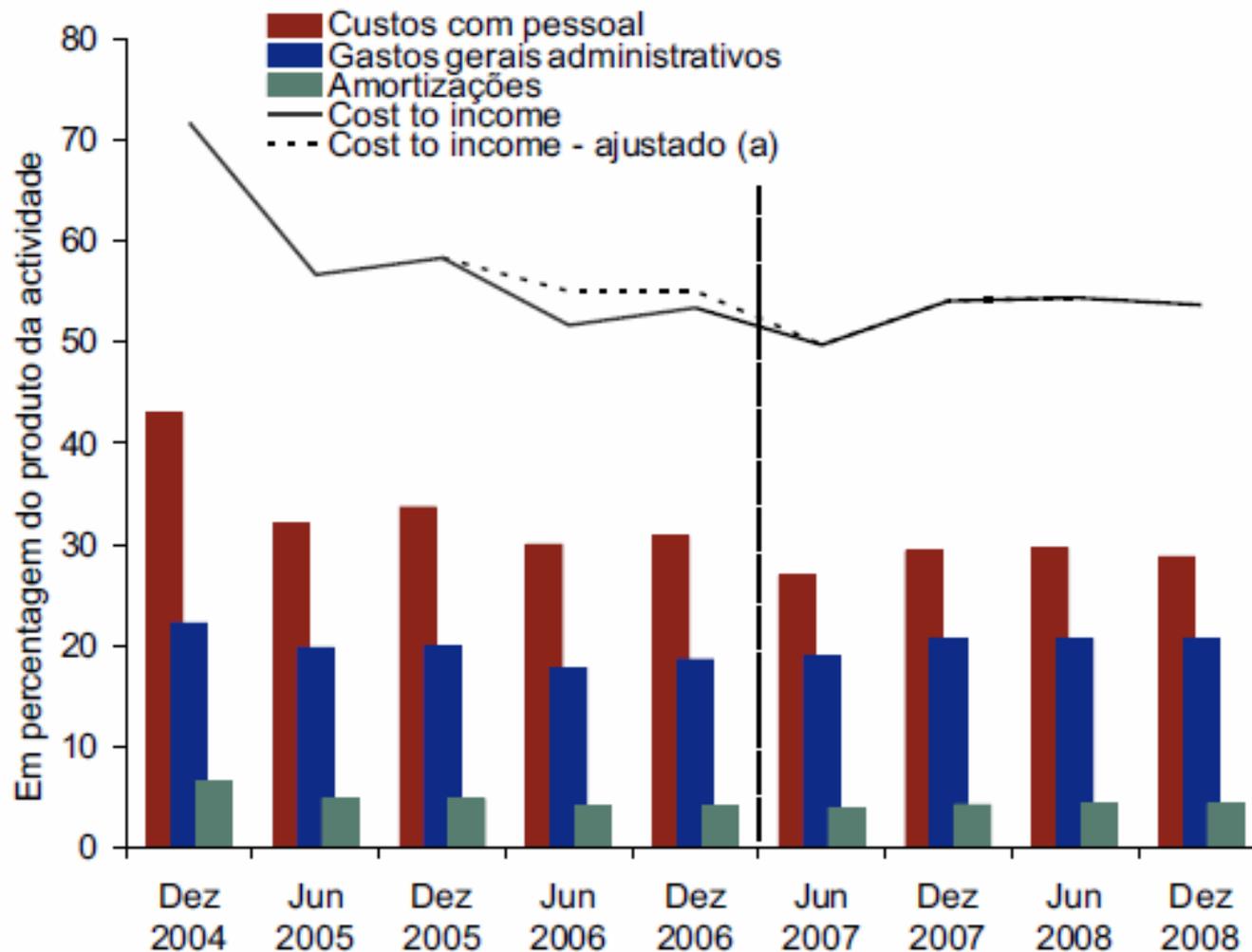


Fonte: Bureau Van Dijk (Bankscope).

Baixa do ROE de 2007 para 2008. Porém, com melhor distribuição que na banca Europeia (70 Bancos de 14 Países)

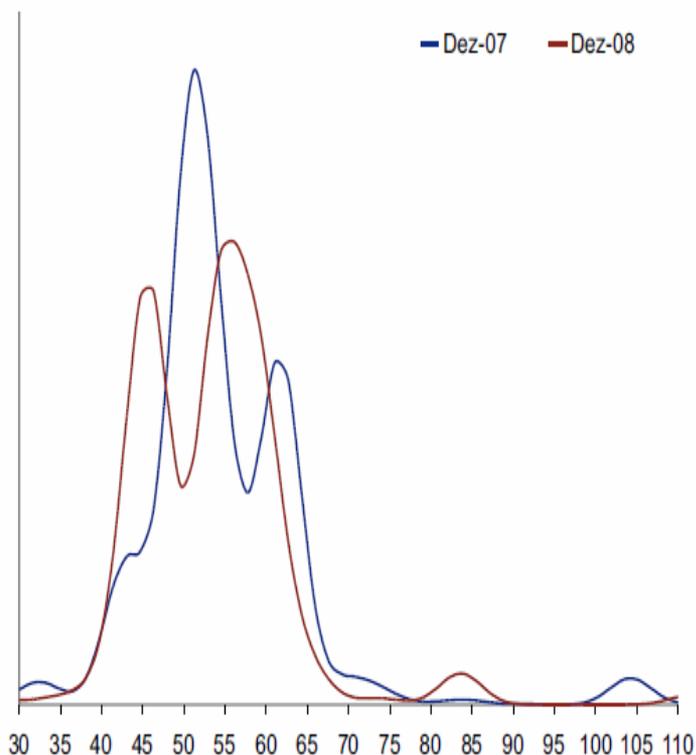
RÁCIO COST TO INCOME

Decomposição por tipo de custo



RÁCIO COST TO INCOME

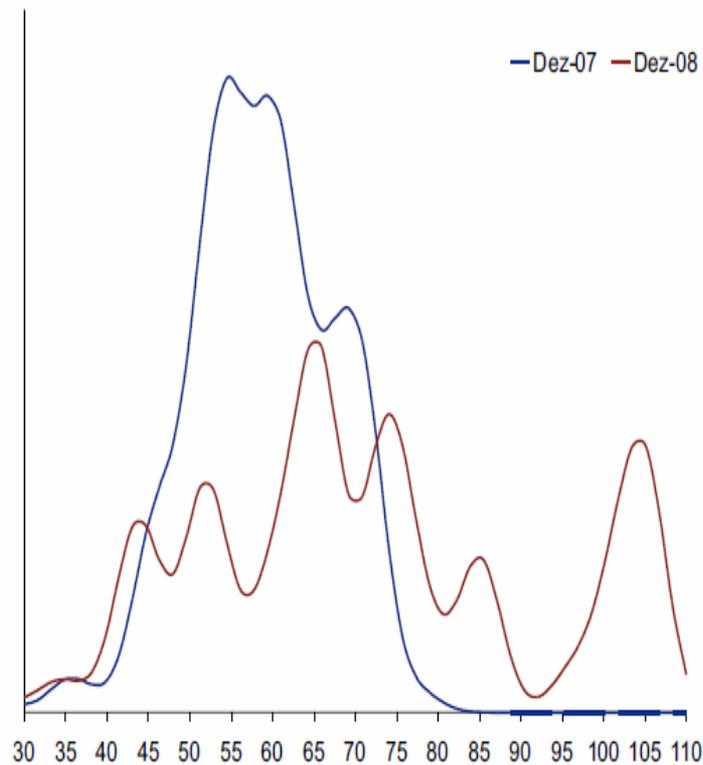
Distribuição empírica



Fonte: Banco de Portugal.

RÁCIO COST TO INCOME DE UM PAINEL DE BANCOS EUROPEUS

Distribuição empírica

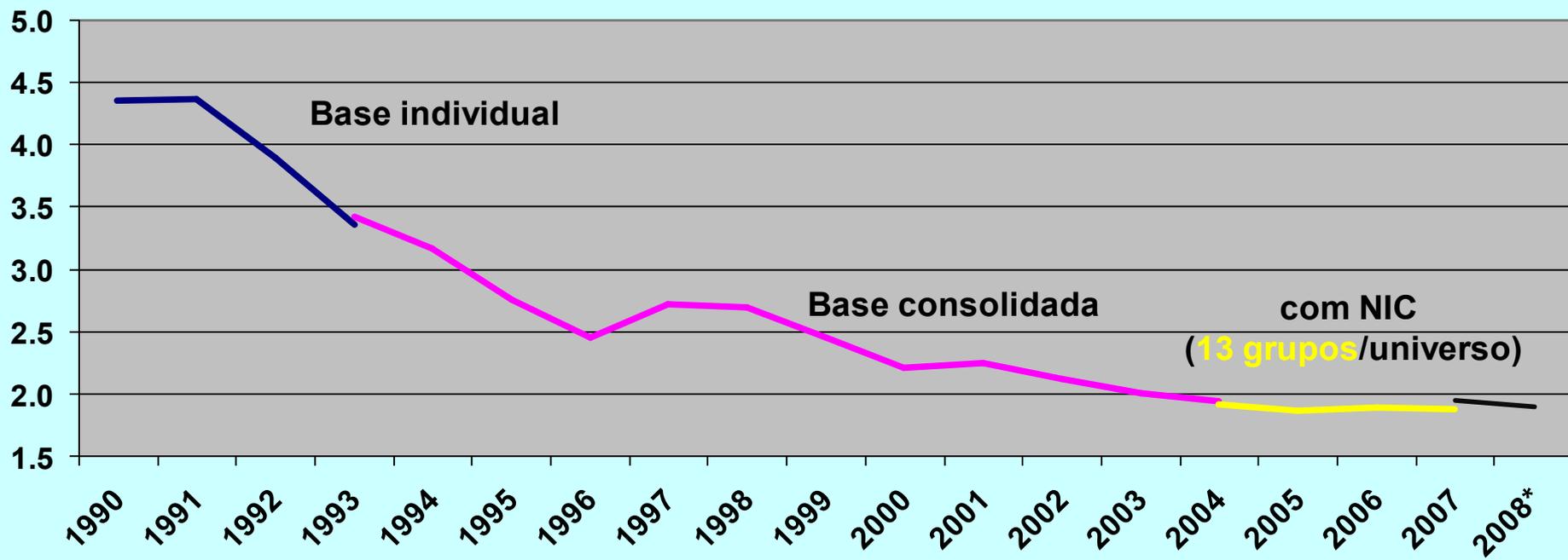


Fonte: Bureau Van Dijk (Bankscope).

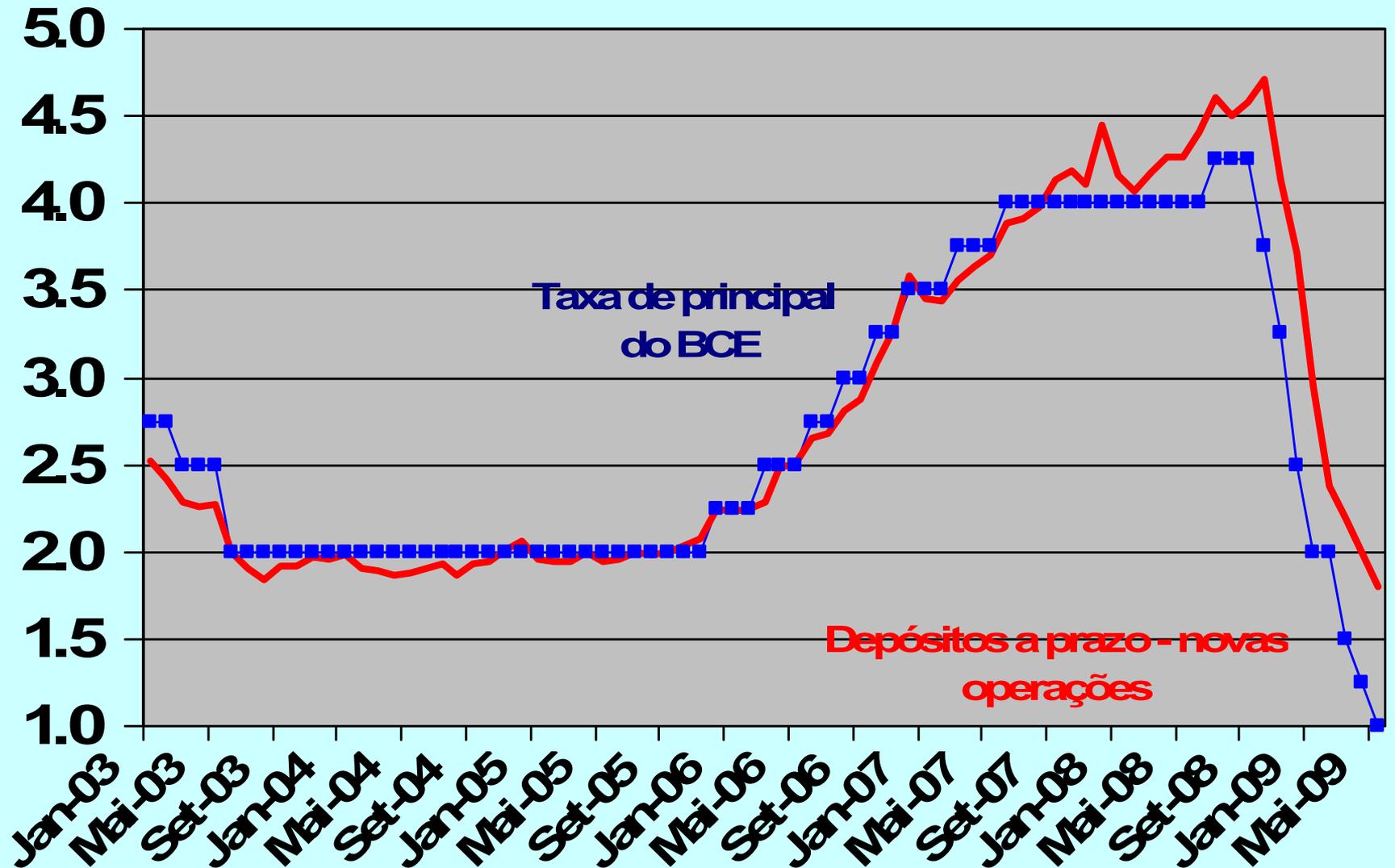
**Estabilização do
rácio de
eficiência
em 2008, com
melhor
distribuição do
que na banca
europeia**

**(67 bancos de 14
países)**

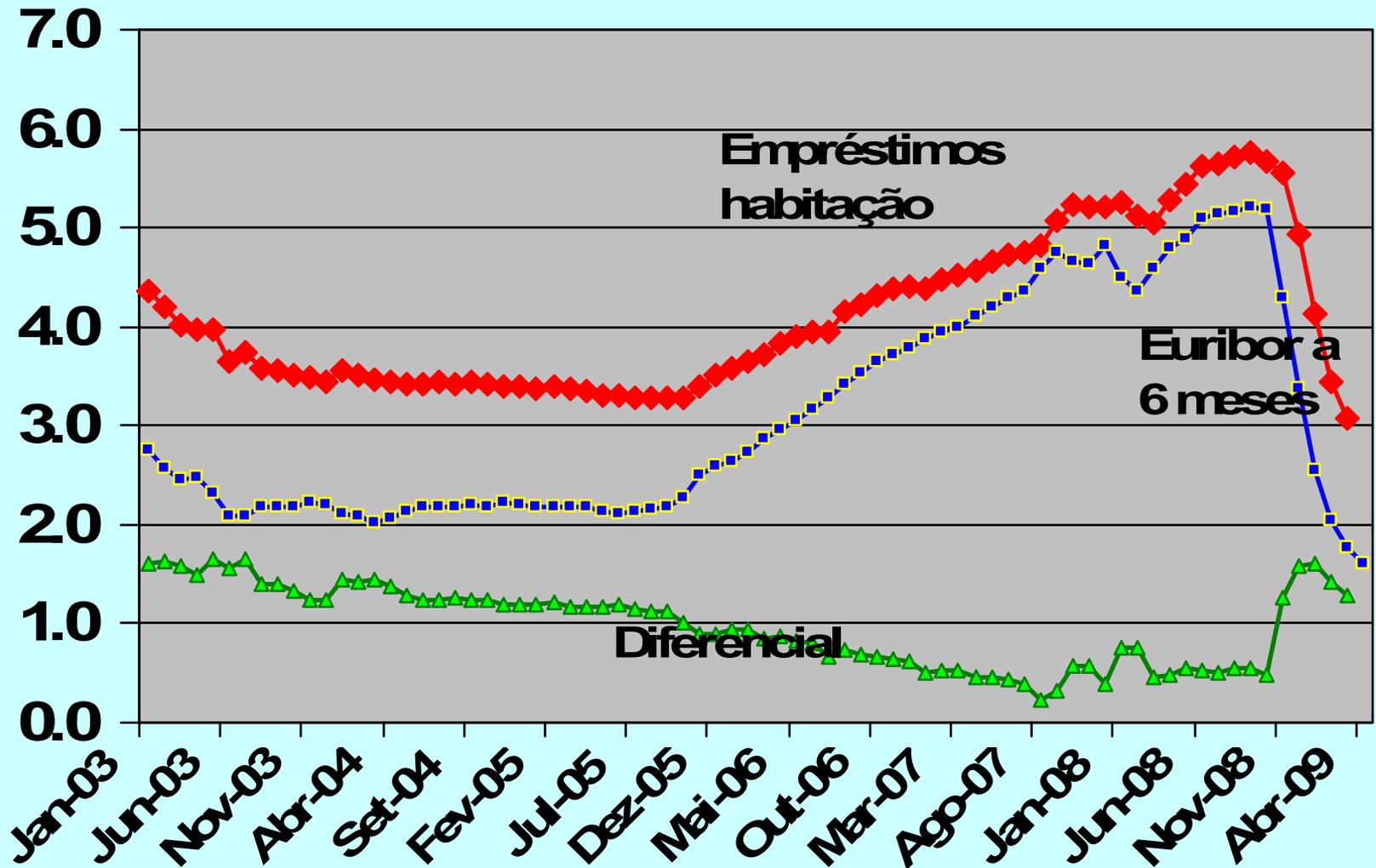
Margem financeira (em % do Activo)



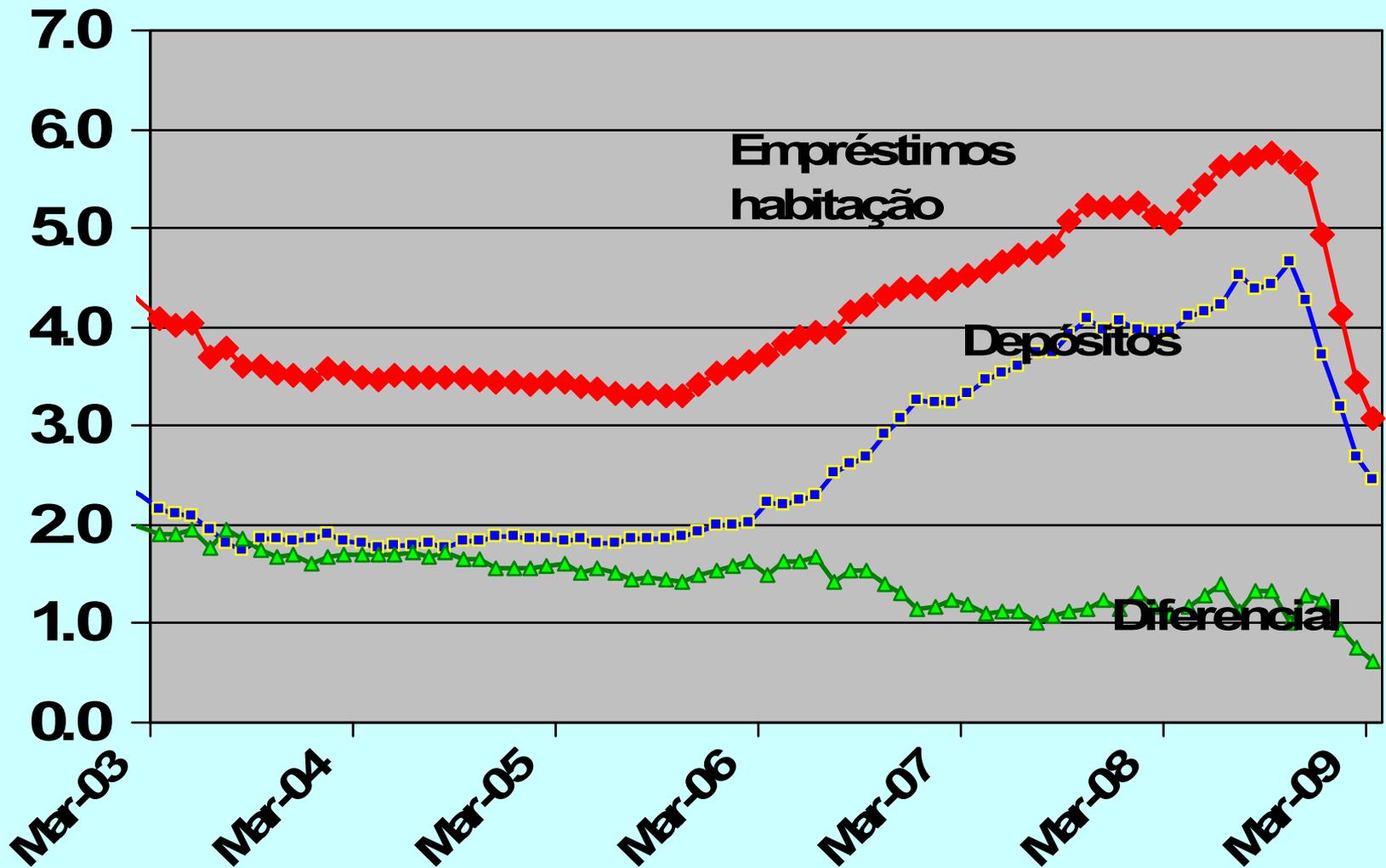
Taxas de juro de Depósitos e taxa principal do BCE



Taxas de juro de novas operações

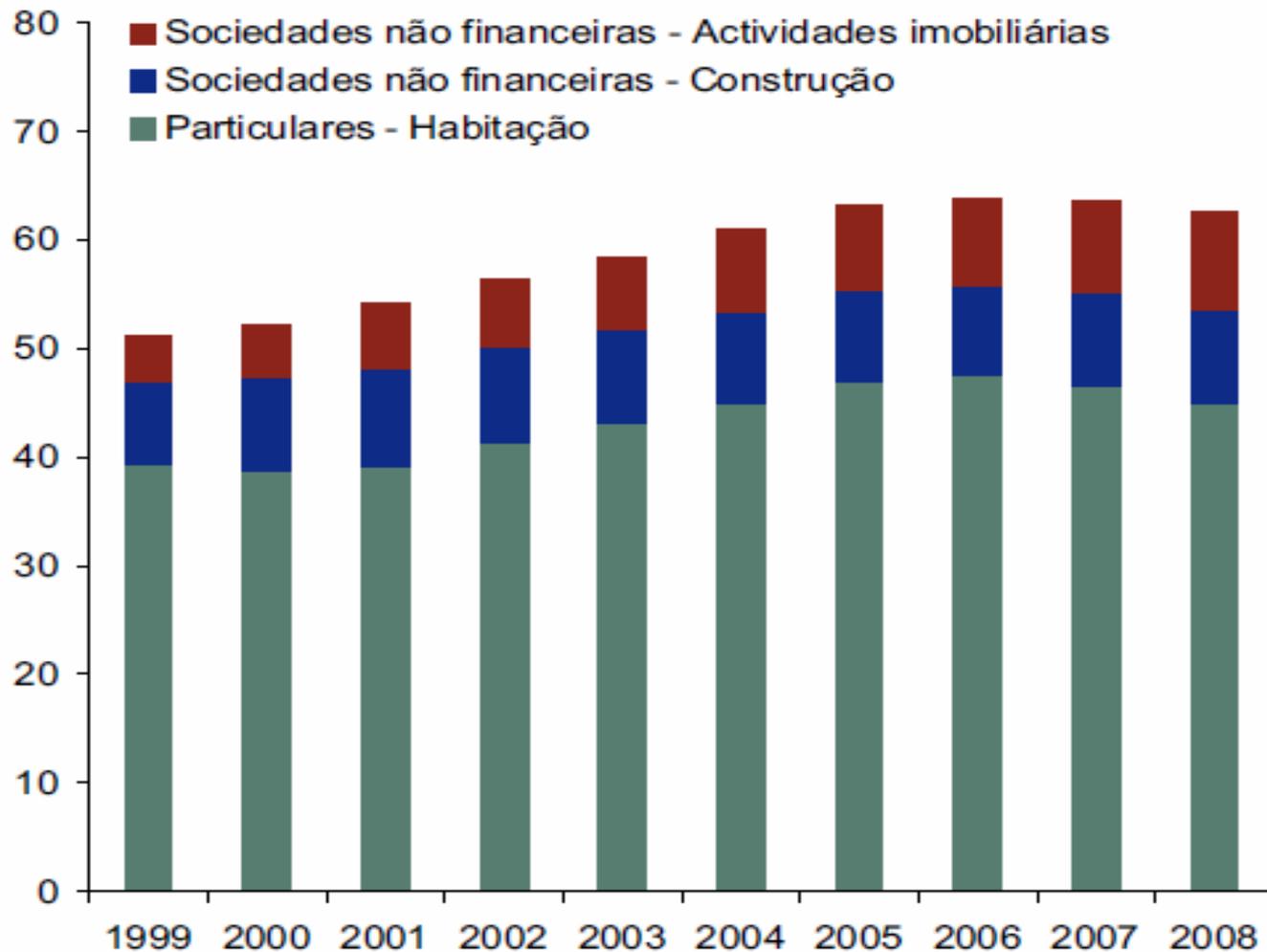


Taxas de juro de novas operações



EXPOSIÇÃO DO SECTOR BANCÁRIO AO SECTOR IMOBILIÁRIO

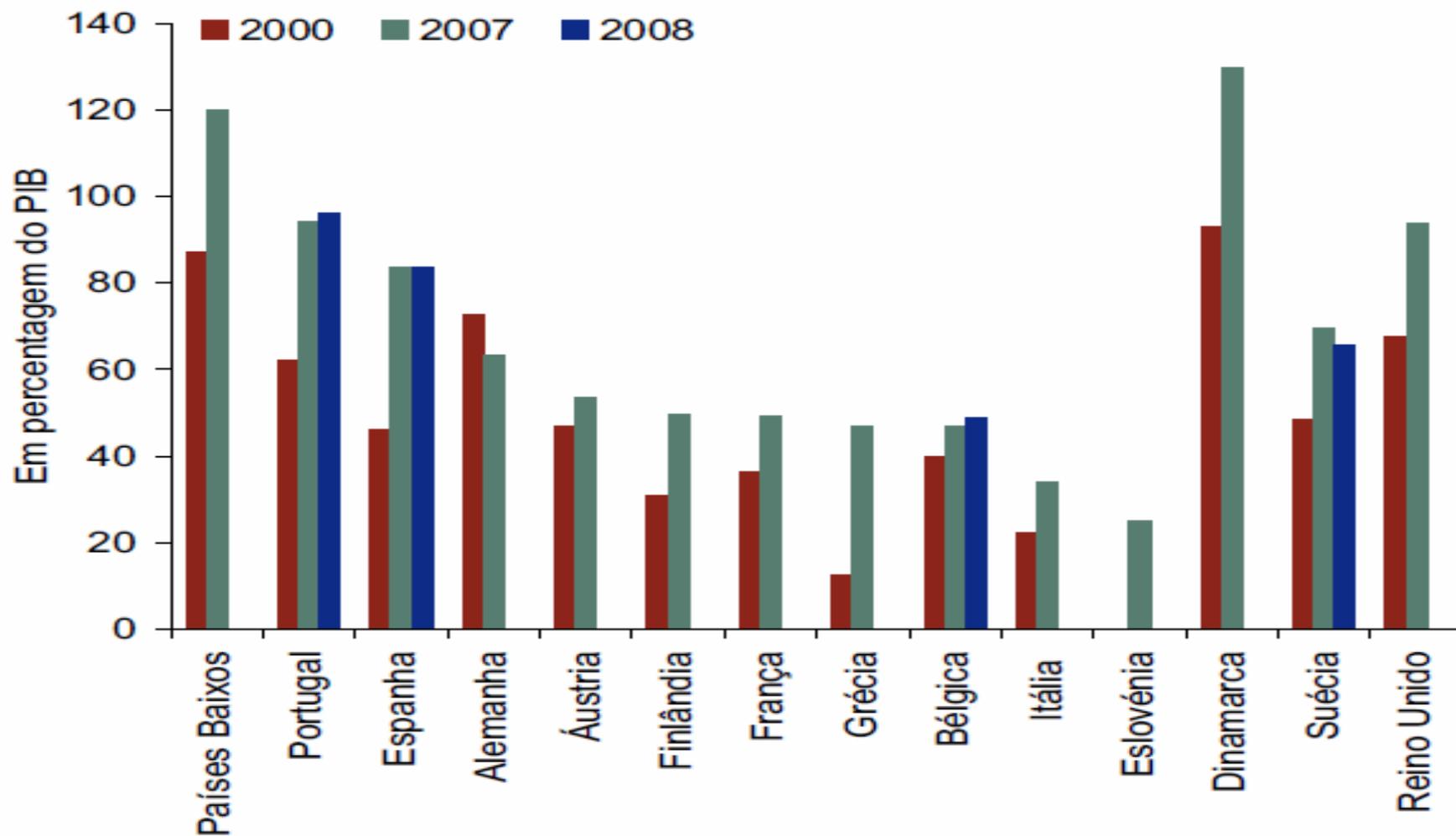
Em percentagem da carteira de empréstimos ao sector privado não financeiro



Factores de Risco:

A forte concentração do crédito no sector imobiliário e da construção

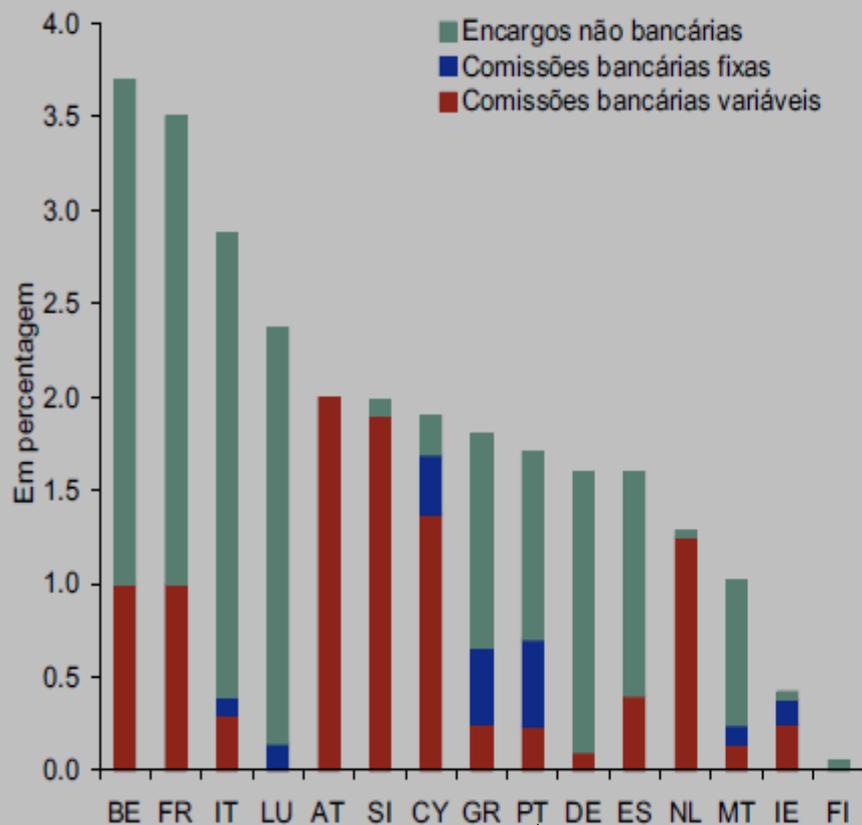
DÍVIDA FINANCEIRA DOS PARTICULARES



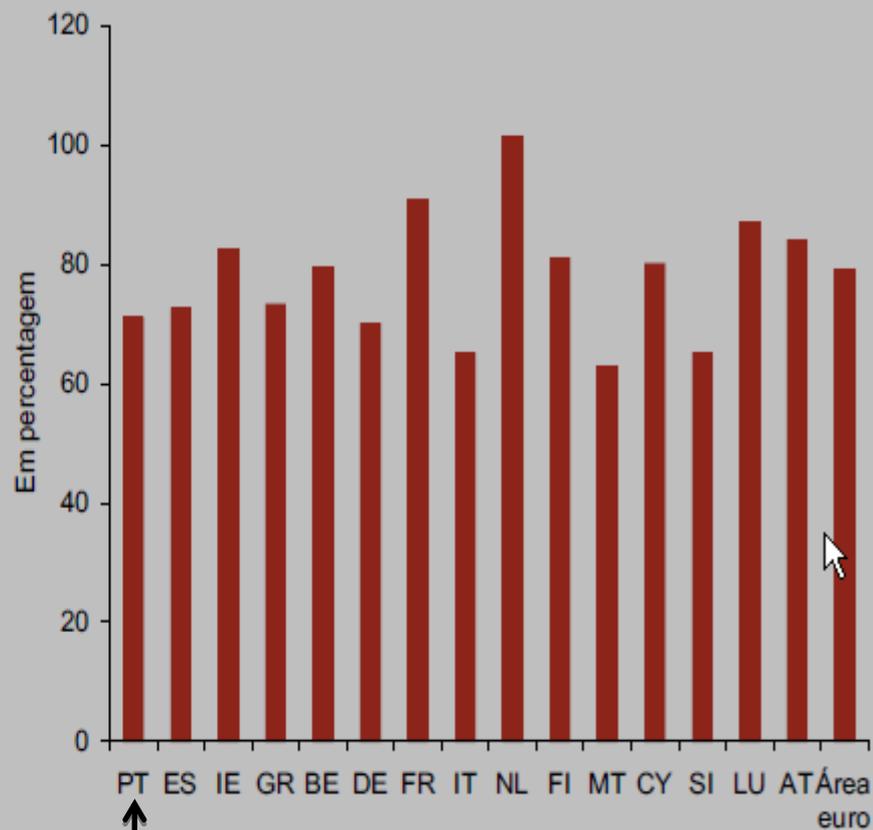
Fontes: Eurostat e Banco de Portugal.

ENCARGOS RELACIONADOS COM AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO

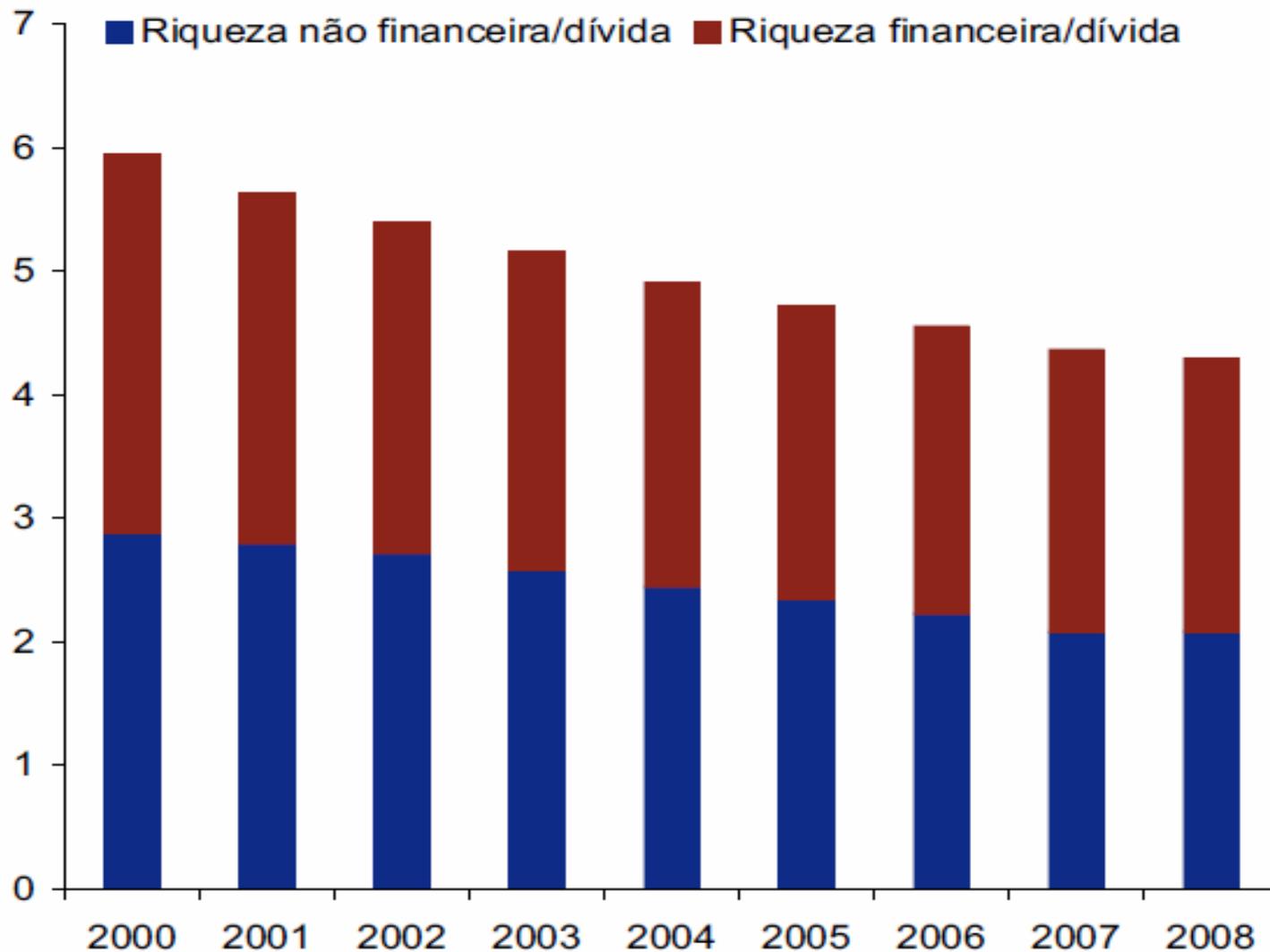
Em percentagem do montante típico de um empréstimo para aquisição de habitação



RÁCIO *LOAN-TO-VALUE* APLICADO A UM EMPRÉSTIMO TÍPICO PARA AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO CONCEDIDO EM 2007



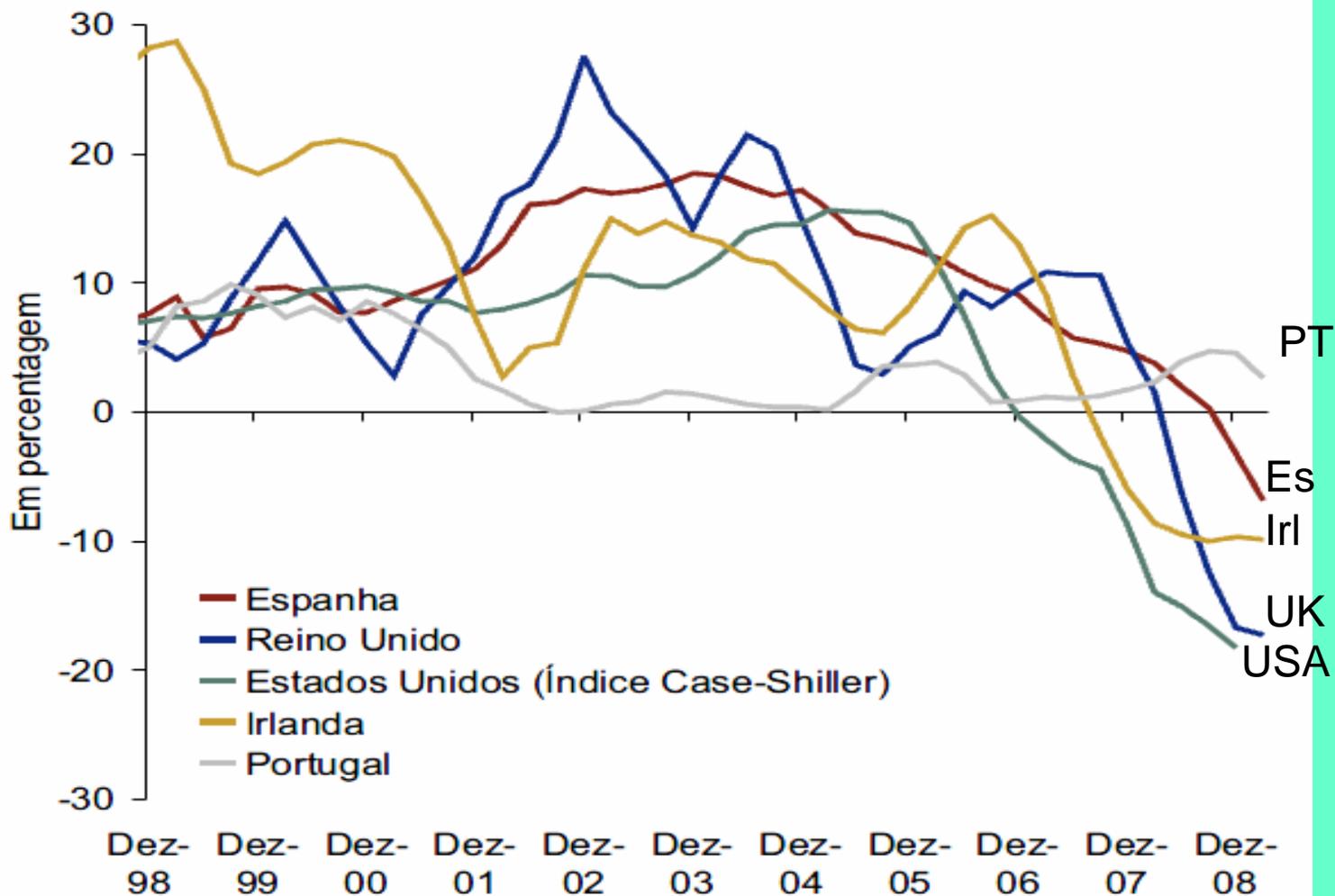
RÁCIO ENTRE RIQUEZA E DÍVIDA



Embora em diminuição, o rácio total da riqueza das famílias em relação à respectiva dívida continua superior a 4. Aliás, quer a riqueza financeira quer a riqueza não-financeira, são por si só mais de 200% da dívida total. A situação é, pois, de solvência significativa

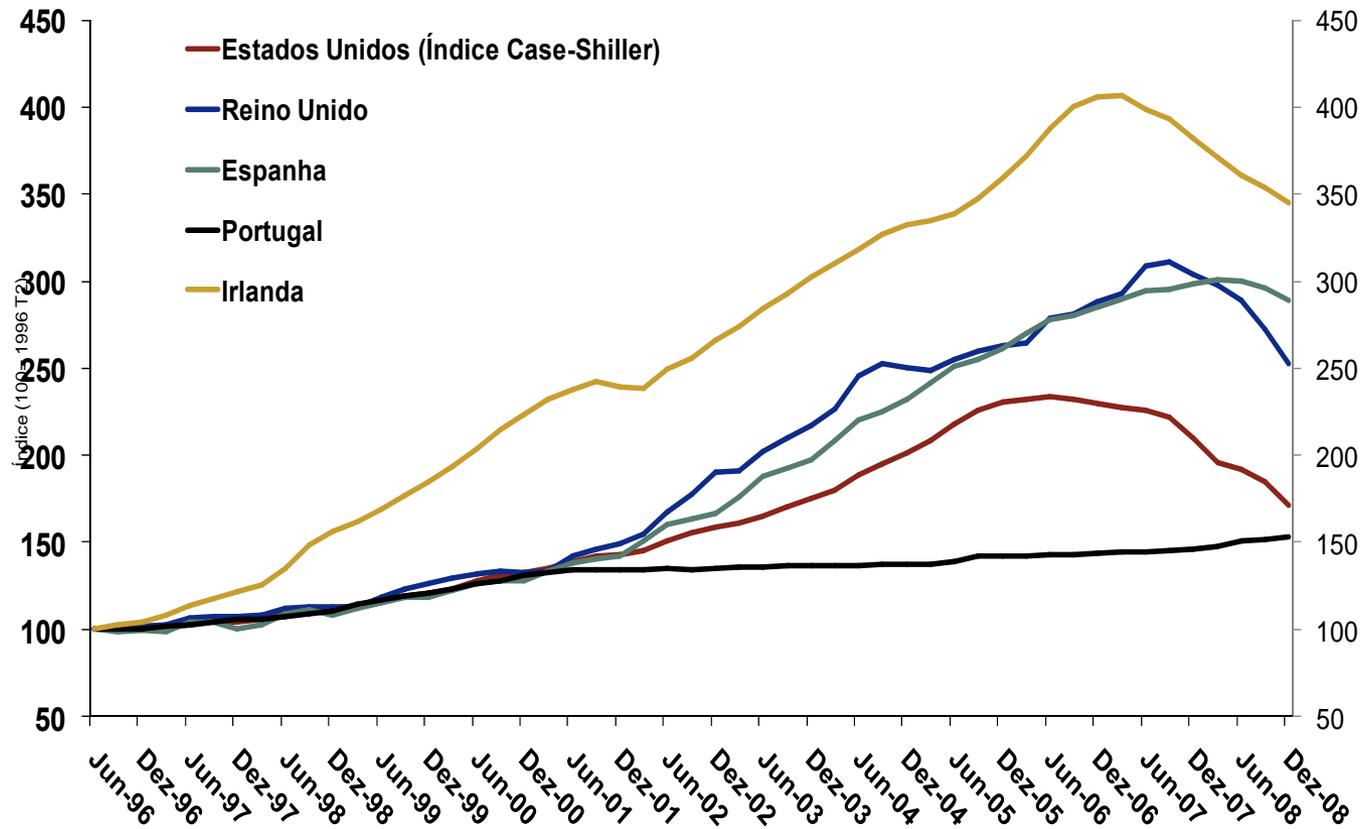
PREÇOS DE HABITAÇÃO

Taxa de variação homóloga



Portugal não teve boom de preços da habitação, nem descida posterior .

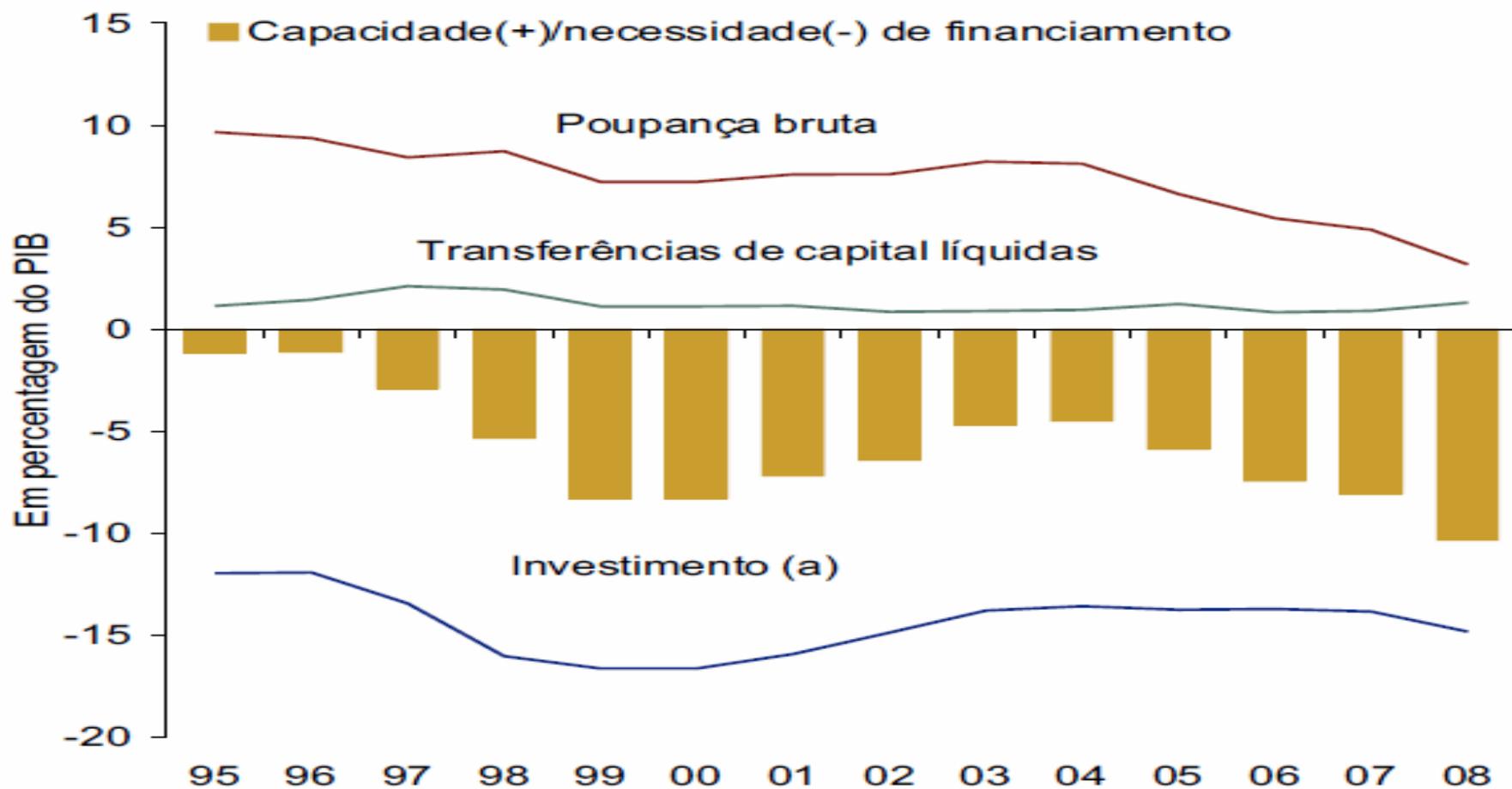
Índice de preços de habitação



Fontes: Thomson Reuters e Newsletter Confidencial Imobiliário.

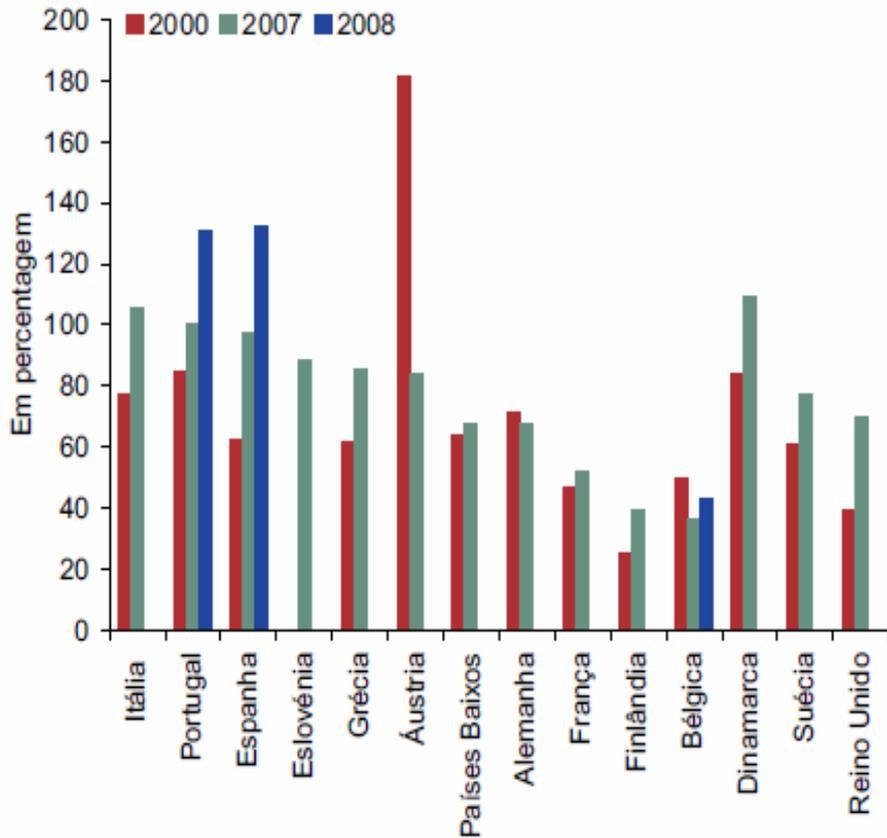
**Desde 96,
Portugal foi
dos países
com menor
subida dos
preços da
habitação**

NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DAS SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS

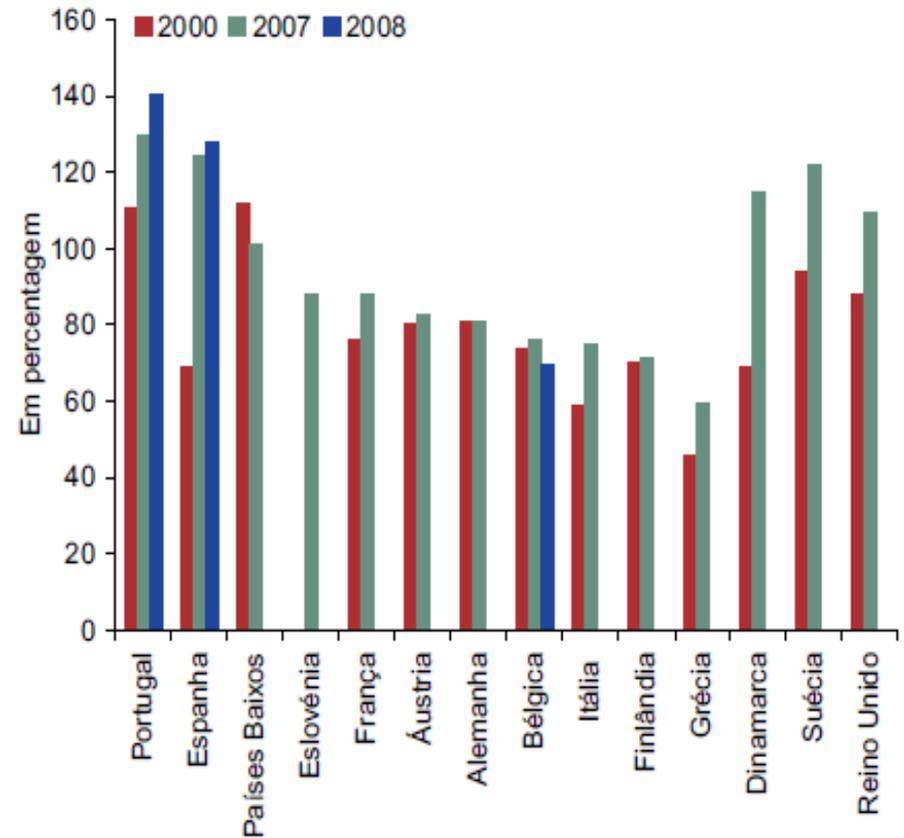


Fontes: INE e Banco de Portugal.

RÁCIO DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA DAS SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS ^(a)

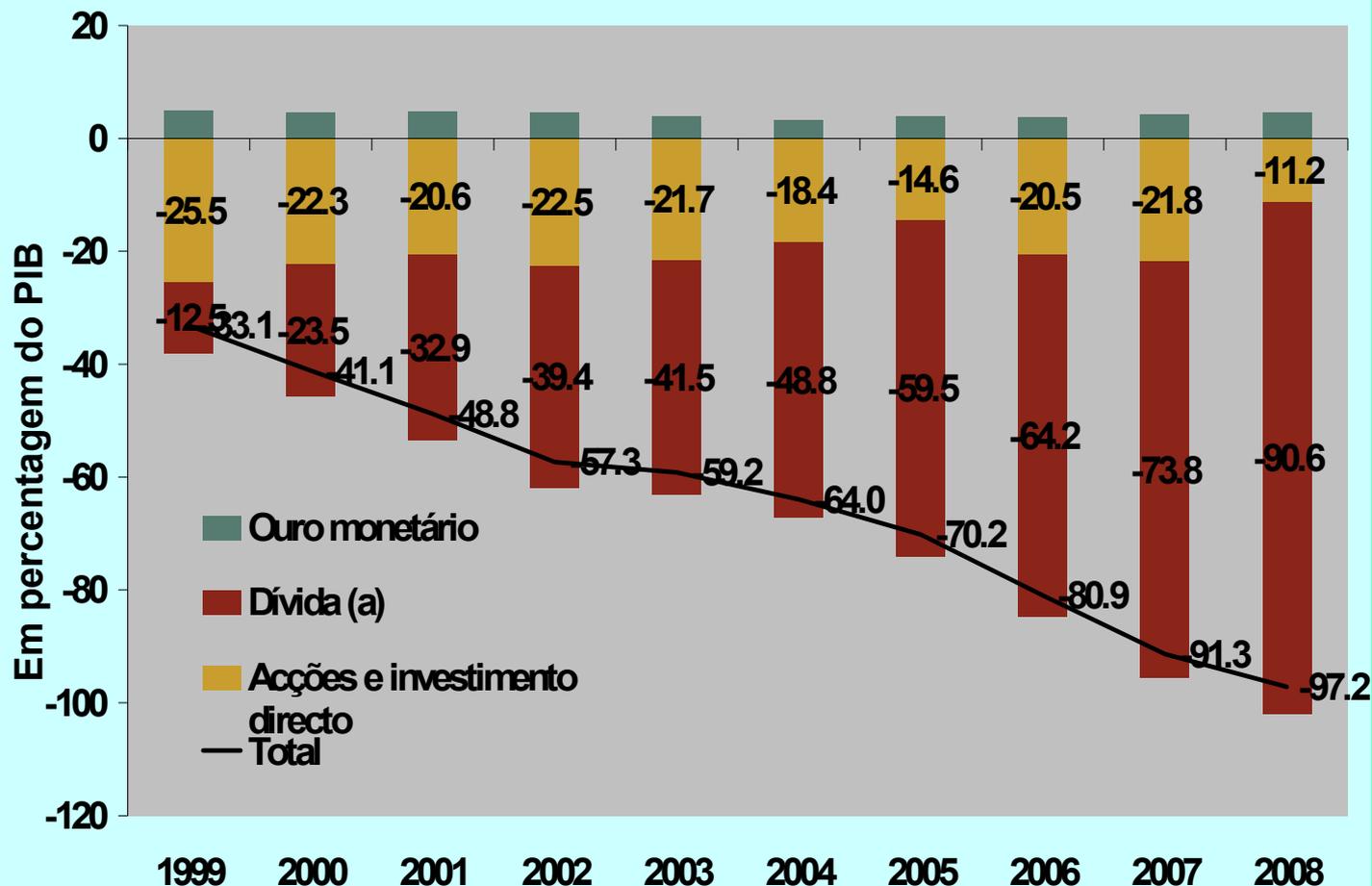


RÁCIO DA DÍVIDA TOTAL NO PIB ^(a)



Riscos do elevado endividamento das empresas não-financeiras

Posição de Investimento Internacional



Risco Macro:

Apesar do «endividamento» do conjunto da economia não poder continuar a aumentar sempre ao mesmo ritmo, é de sublinhar que o «endividamento» em termos monetários é «interno» (em euros) e avaliado na perspectiva da solvabilidade microeconómica dos agentes que o contraem.

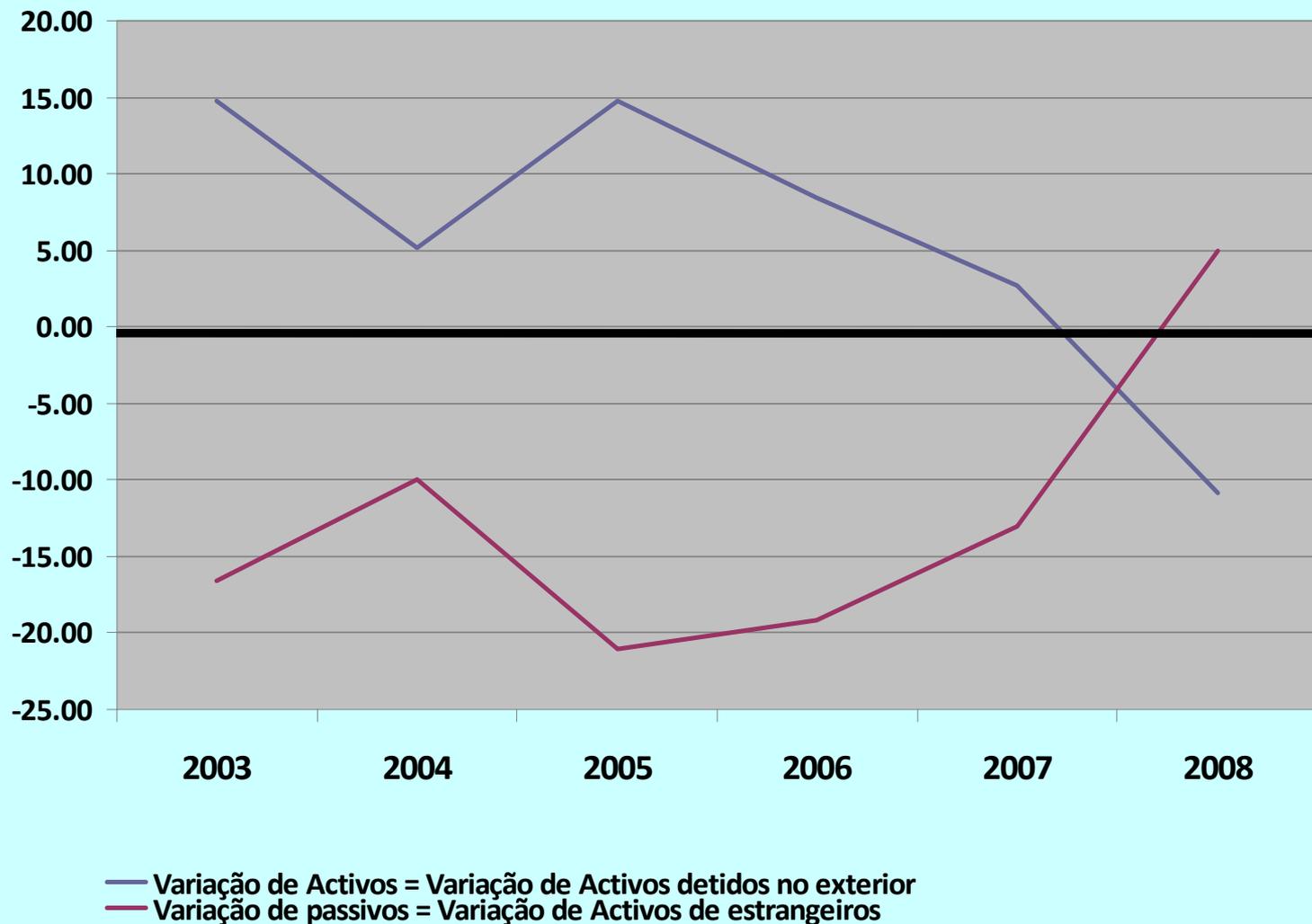
Nota: Nos 90.6% dos instrumentos de dívida estão incluídos 14.3 % de unidades de participação em diversos tipos de fundos mobiliários que nas estatísticas do FMI são tratadas como participações de capital. Nesse caso, a dívida passa a 76.3% e as partes de capital e IDE sobe a 25.5%.

Posição de Investimento Internacional por sectores (em % do PIB)

	2006	2007	2008
Autoridades monetárias	9.9	10.4	2.9
Administrações Públicas	-43.3	-44.3	-49.3
Outras Instituições Monetárias (IC's)	-50.7	-57.6	-47.6
Instituições Financeiras não Monetárias	19.7	17.0	5.4
Sociedades não Financeiras	-29.5	-30.4	-20.4
Particulares	13.0	13.7	11.8
Total	-80.95	-91.29	-97.2

O que é mais relevante é a manutenção da capacidade creditícia dos vários agentes económicos. A restrição orçamental e a situação de balanço de cada um, juntamente com o filtro da gestão do risco de crédito pelos mercados, conduzirá a prazo a uma contenção da progressão da parte de dívida da PII. Note-se que em 2008, só o Estado aumentou a PII negativa. Os outros agentes ou reduziram a sua posição negativa ou reduziram activos no exterior.

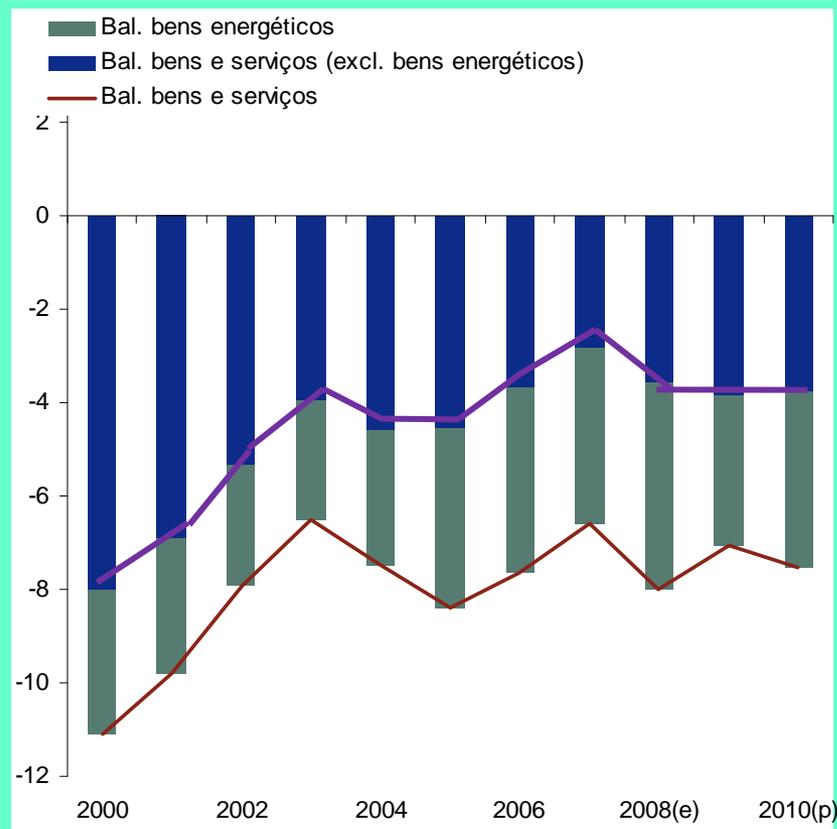
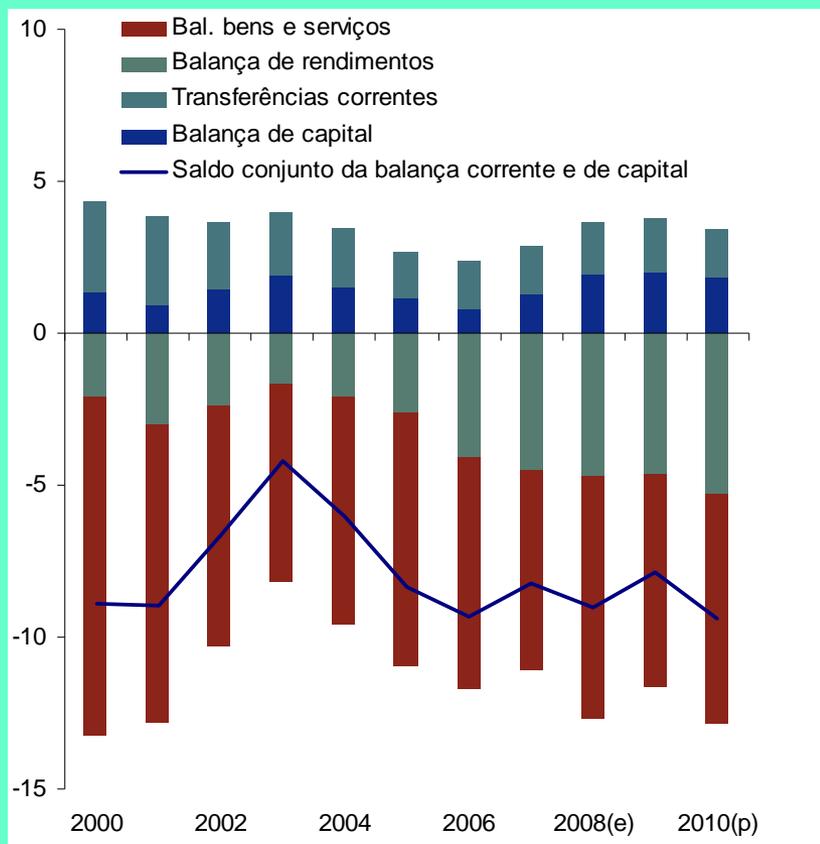
Varição de Activos e Passivos da Posição de Investimento Internacional (em % do PIB)



A inversão dos fluxos brutos da PII revela que o financiamento do défice externo em 2008 foi assegurado em boa parte por venda de activos no exterior, tendo mesmo sido reduzida a posição bruta negativa em instrumentos de dívida e de capital.

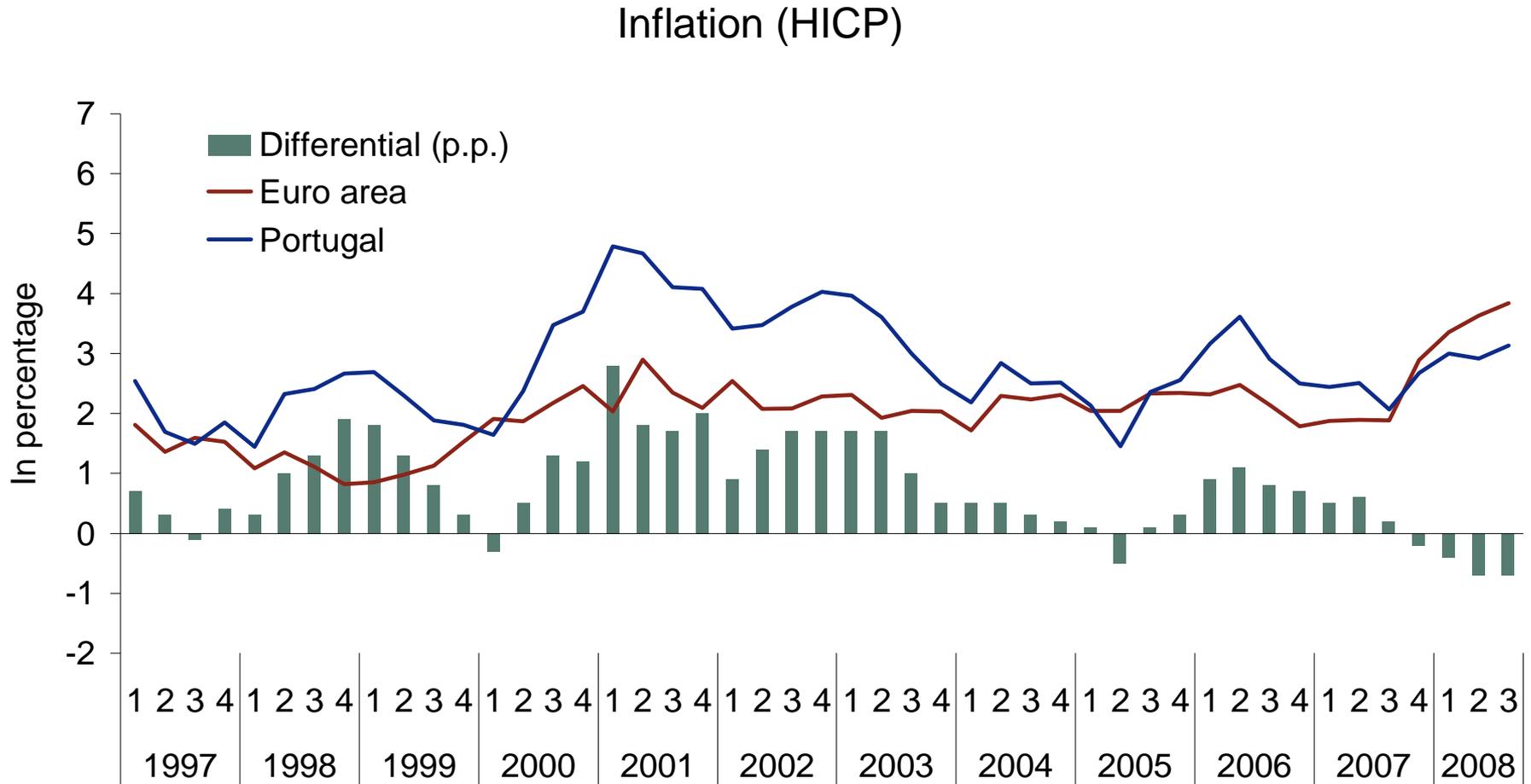
Balança corrente e de capital

- As necessidades de financiamento externo da economia portuguesa deverão flutuar em torno de 8% do PIB no período 2009-2010.
- O défice da balança comercial deverá reduzir-se em 2009 e aumentar em 2010, reflectindo essencialmente o impacto da evolução do preço do petróleo sobre os termos de troca.



COMPETITIVIDADE

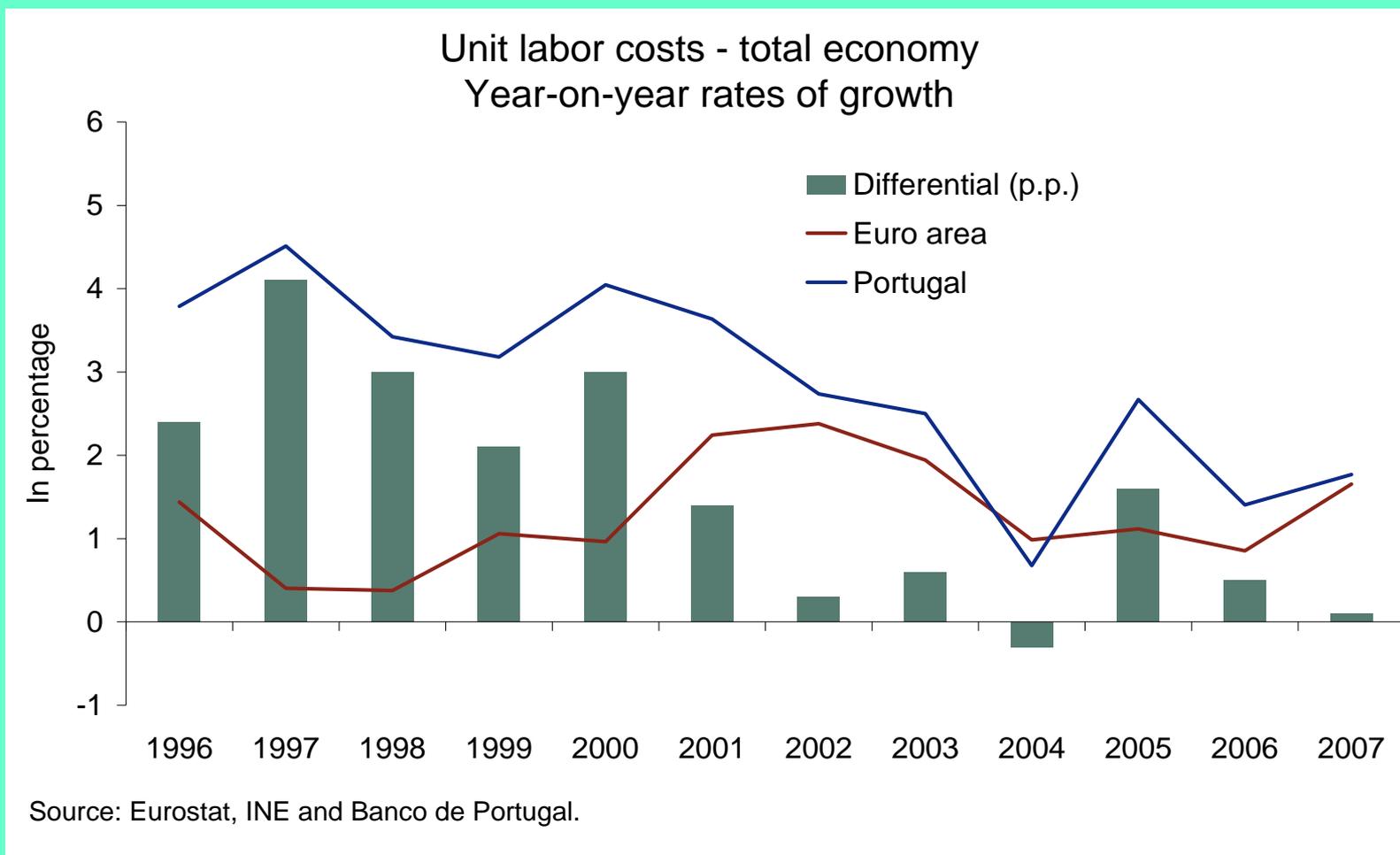
- Convergência da inflação. Desde Setembro de 2007 a inflação é mais baixa em Portugal do que na média da área do euro.



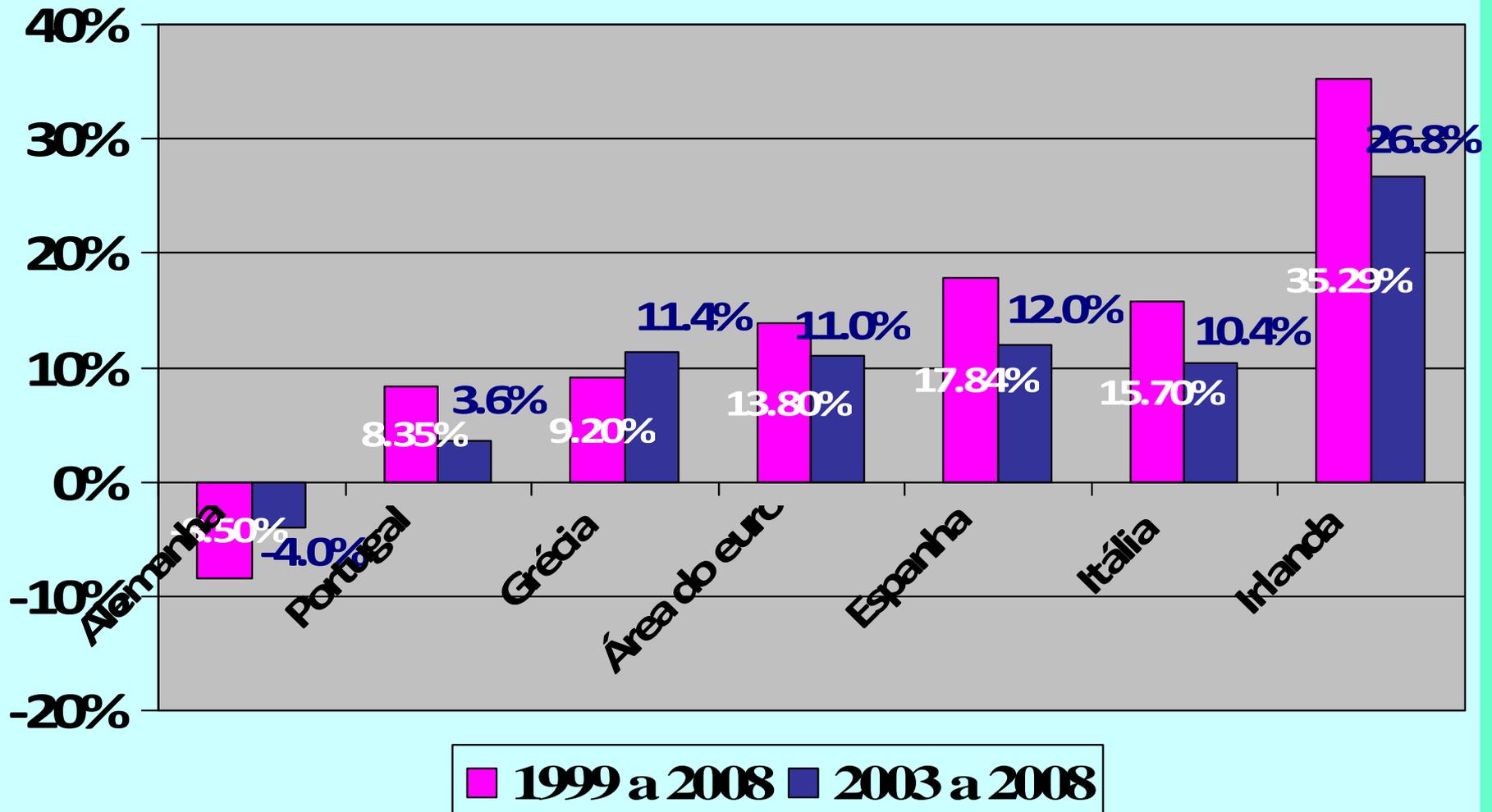
Source: Eurostat.

COMPETITIVIDADE

- O crescimento dos custos unitários do trabalho aproximou-se mais da evolução na área do euro desde 2002



Crescimento da taxa de câmbio efectiva real (custos unitários de trabalho relativos)

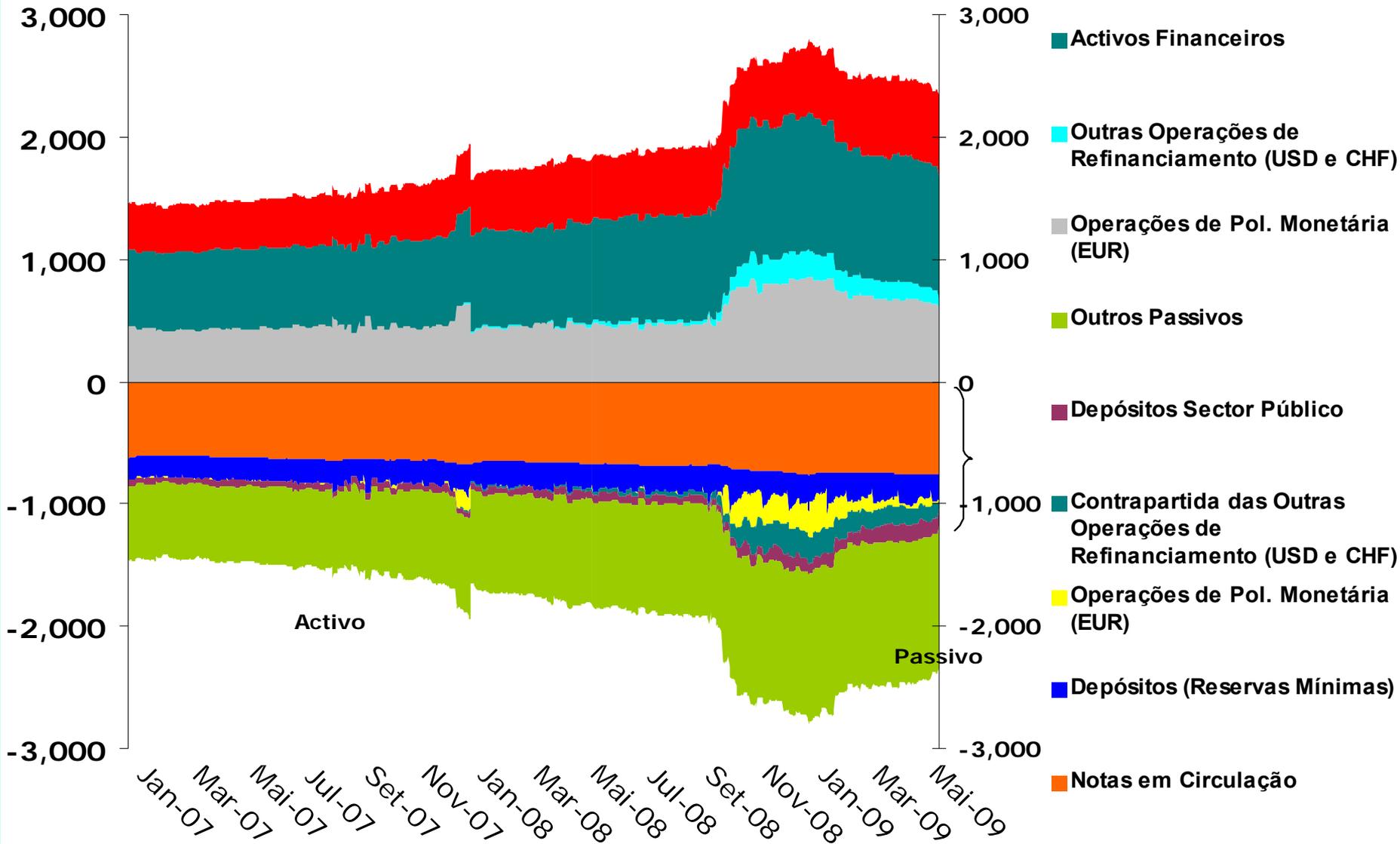


A apreciação acumulada da taxa de câmbio efectiva em termos reais foi inferior à da área do euro de 1999 a 2008, nomeadamente devido à moderação do respectivo aumento a partir de 2002 (3,6% contra 11%).

Fonte: BCE e B. de P.

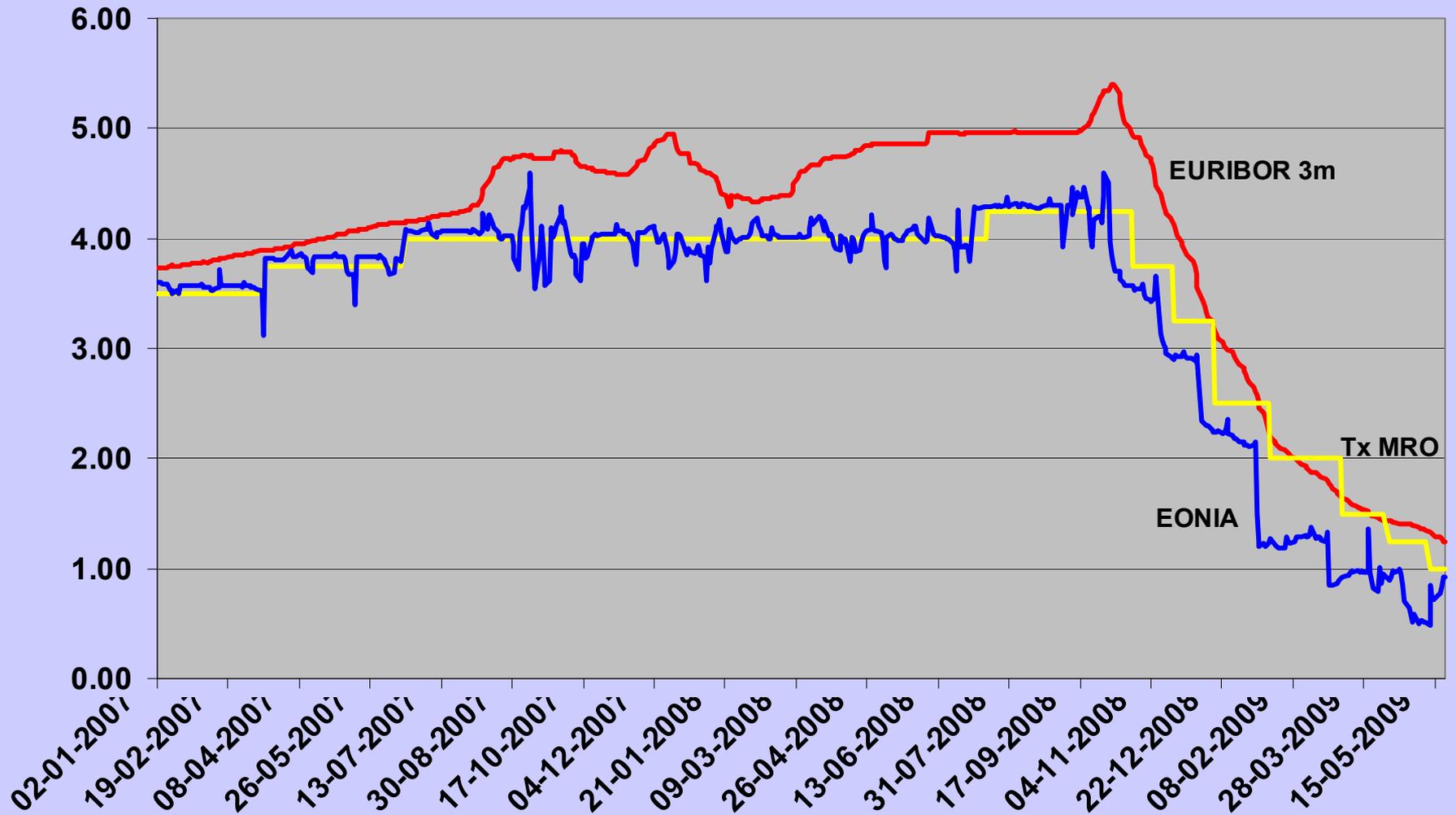
Balanço do Eurosistema

(Mil milhões de euros)



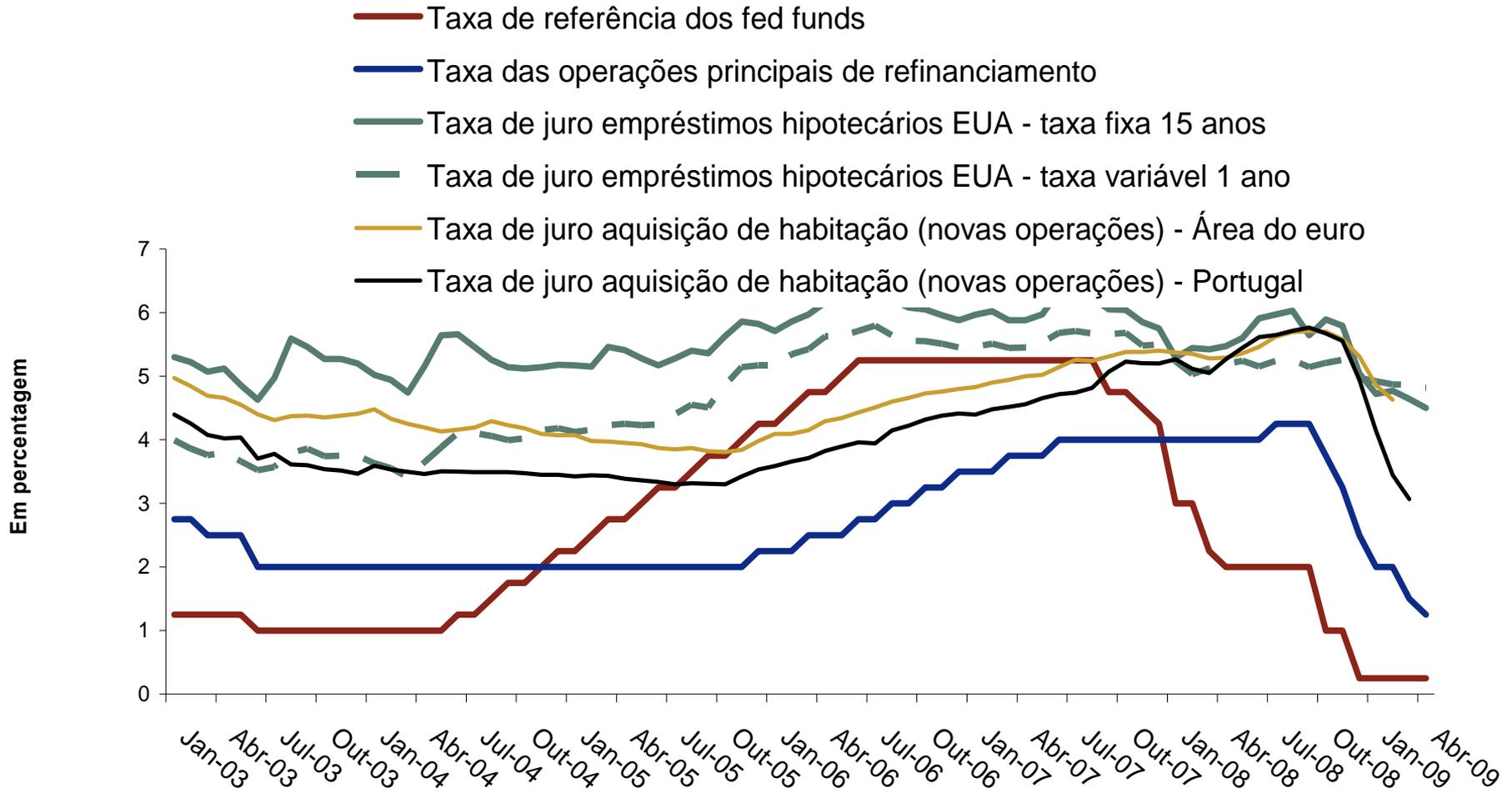
Medidas de Política Monetária

Euribor, EONIA e Taxa de política monetária



Medidas de Política Monetária

Taxas de juro nos EUA e na área do euro

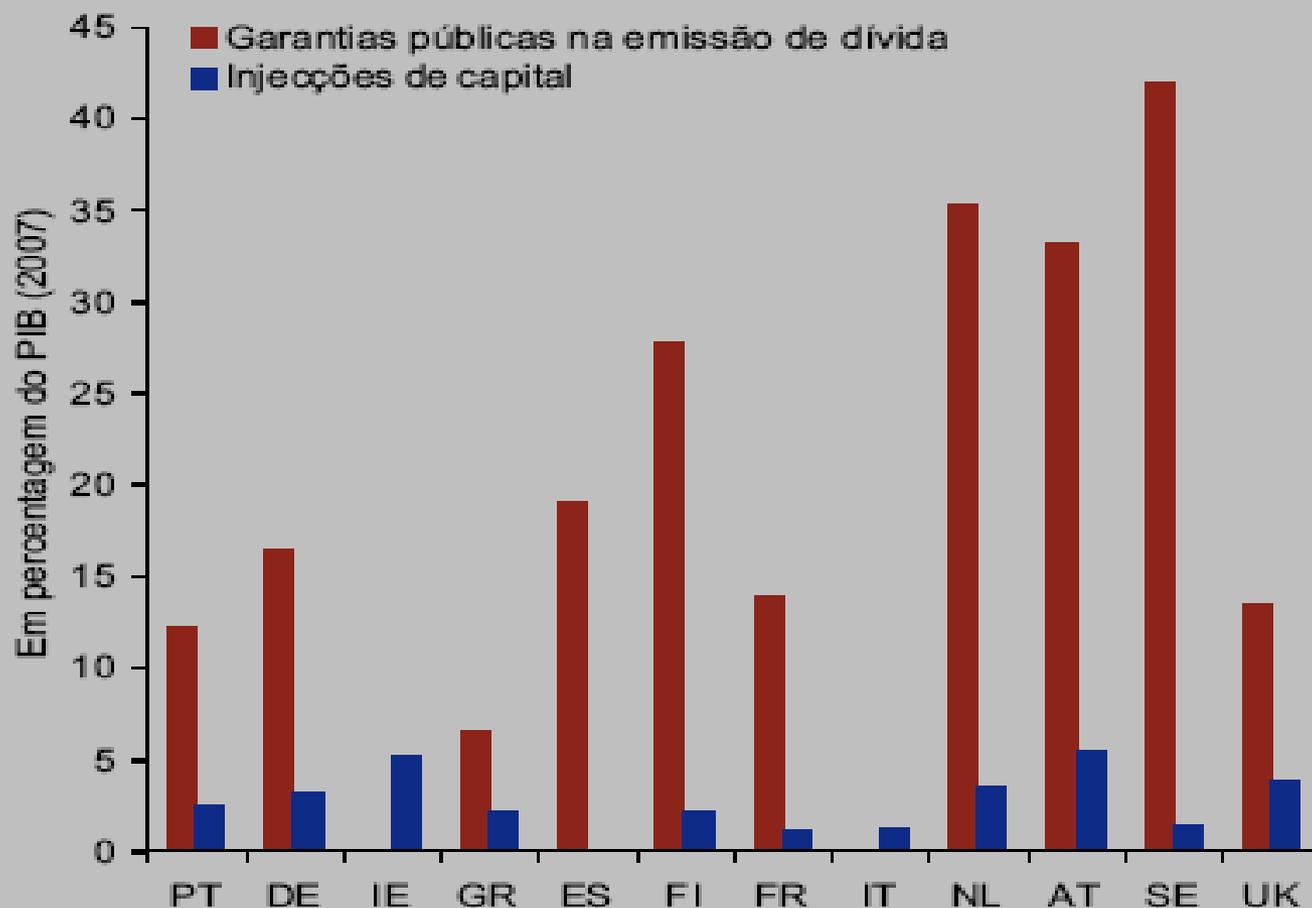


Medidas de Política Monetária

Programas de intervenção pública para o sector bancário

	Participação no capital	Garantias do Estado	Outros	Total	Em % do PIB
EUA	252	1000	252	1509	15.2%
Reino Unido	52.5	262.5		315	21.4%
Alemanha	80	400	(bad bank)	480	20.0%
Áustria	15	85		100	37.0%
Bélgica	17.4			17.4	5.2%
Espanha		200	50	250	23.8%
Portugal	4	20		24	14.7%
Grécia	5	15	8	28	12.3%
Itália	12		40	52	3.4%
Irlanda	10	400		410	215%
França	24	320		344	18.0%

MEDIDAS ANUNCIADAS POR ALGUNS PAÍSES EUROPEUS



Fontes: BCE, Bloomberg, CEBS, Comissão Europeia, Eurostat, FMI, Ministérios das Finanças nacionais e Thomson Reuters.

Notas: A informação obtida tem por base as fontes referidas, podendo não ser exaustiva. No caso da Irlanda, foram garantidos todos os passivos do sistema bancário.

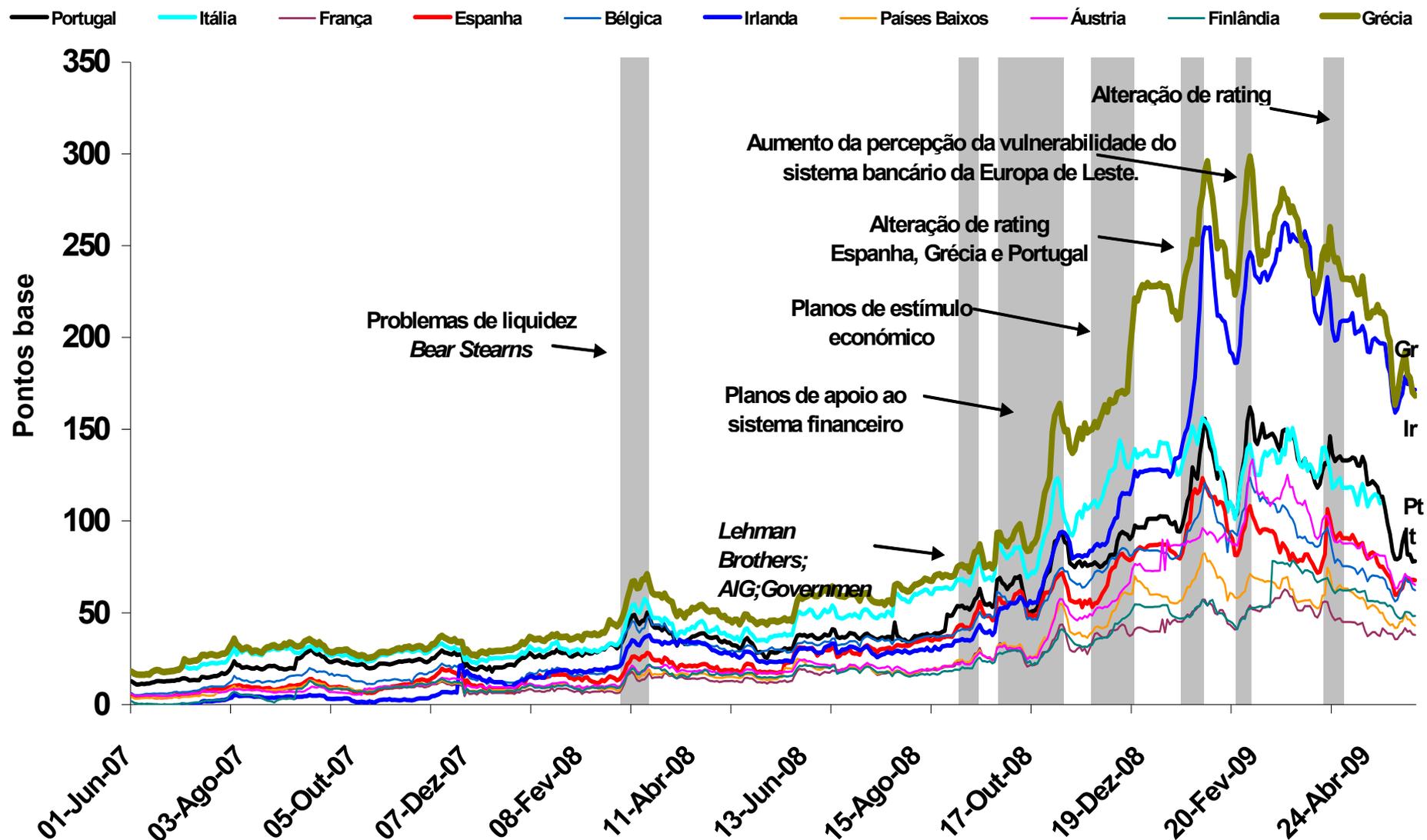
Portugal não é dos países que mais utilizaram medidas públicas para intervenção no sector bancário.

O gráfico não inclui as medidas mais recentes aprovadas pela Alemanha e pela Irlanda, nomeadamente com a compra de activos tóxicos dos bancos (no caso irlandês, cerca de 50 mil milhões de euros que acrescem à dívida pública)

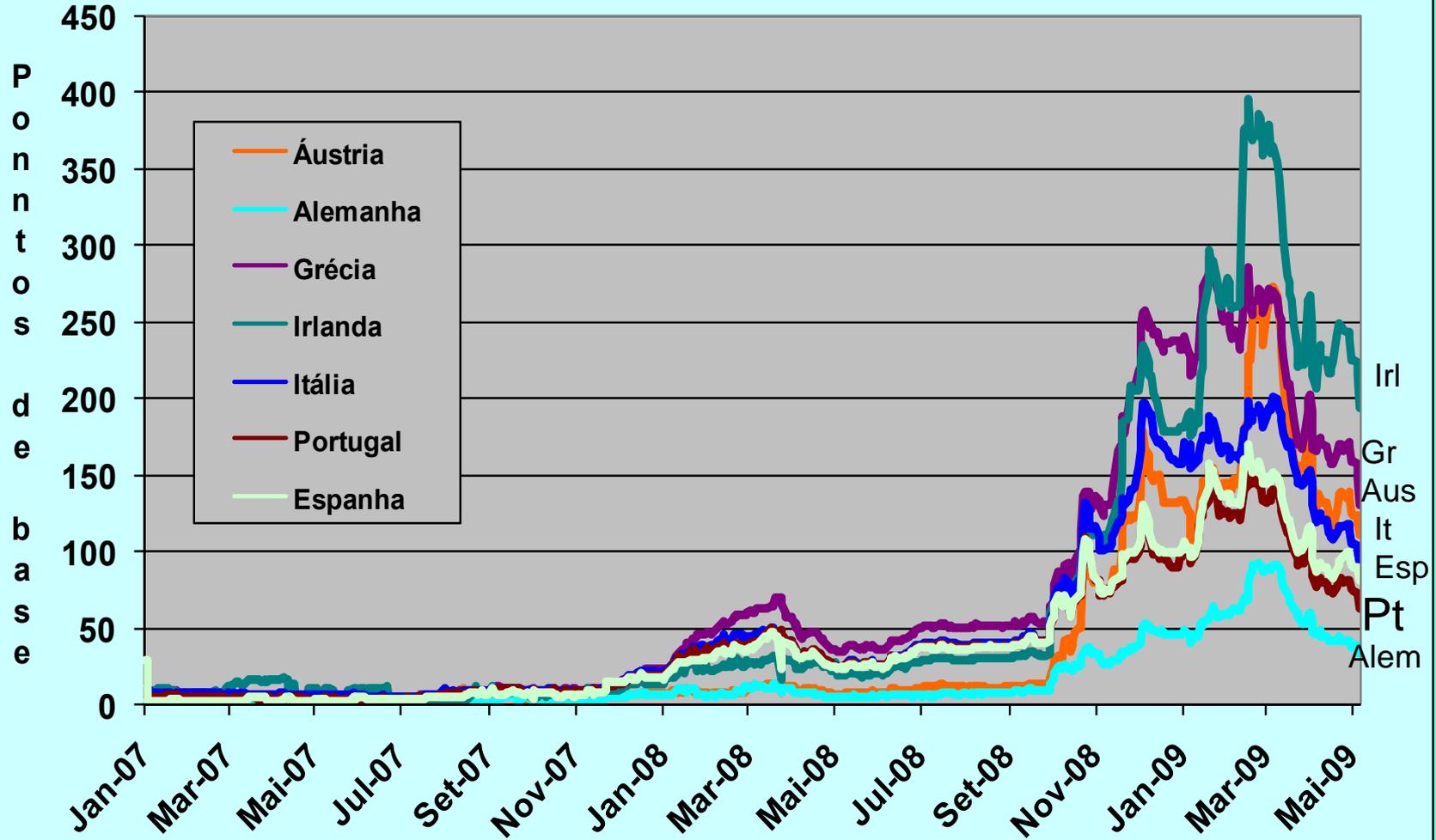
Dívida Pública e taxas de rentabilidade de OT a 10 anos

	Rácio da Dívida em Dez- 08	Nível em Dez-07	Diferencial em pontos de base em relação à Alemanha	Nível em 1-6-2009 (18:00)	Diferencial em pontos de base em relação à Alemanha
Alemanha	64.3	4.32	0	3.67	0
França	65.4	4.42	10	4.05	38
Holanda	48.2	4.41	9	4.08	41
Áustria	57.4	4.42	10	4.42	75
Bélgica	86.5	4.47	15	27	60
Espanha	37.5	4.4	8	4.47	80
Portugal	66.3	4.52	20	4.44	77
Grécia	93.4	4.63	31	5.48	181
Itália	104.1	4.63	31	4.63	96
Irlanda	31.6	4.5	18	5.60	193

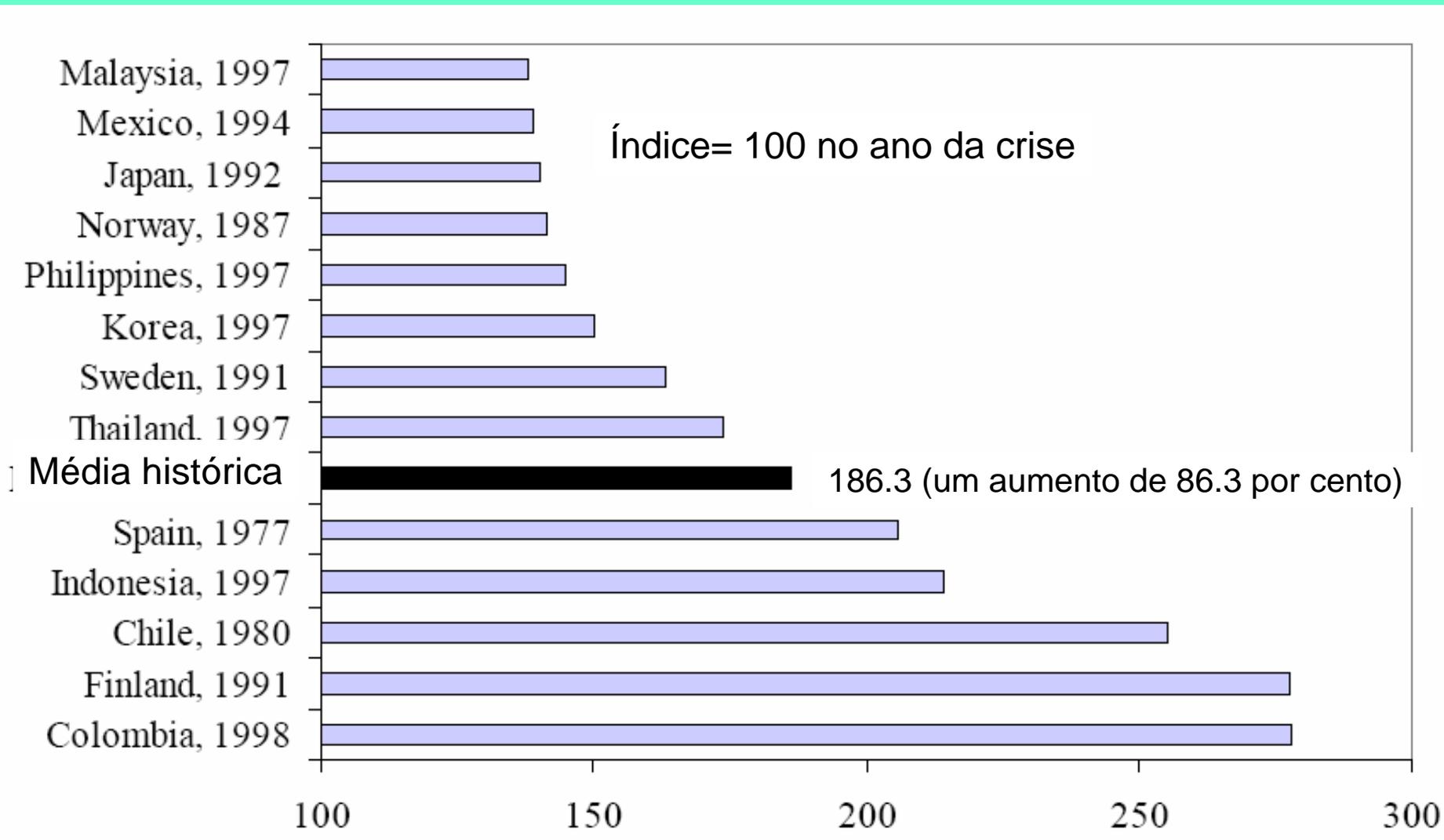
Diferenciais face à Alemanha das taxas de juro de dívida pública a 10 anos



Prémio de CDS soberanos (5 anos senior)



Aumento cumulativo da dívida pública em termos reais nos 3 anos subsequentes a uma crise bancária



Variação da despesa pública em % do PIB	Com PENSÕES Δ em % de 2007 a 2060	TOTAL Δ em % de 2007 a 2060 (a)
Grécia	12.4	15.9
Espanha	6.7	9
Irlanda	6.1	8.9
Bélgica	4.8	6.9
Países Baixos	4	9.4
Finlândia	3.3	6.3
Média área do euro	2.8	5.2
Reino Unido	2.7	5.1
Média EU-27	2.4	4.7
Alemanha	2.3	4.8
Portugal	2.1	3.4
França	1	2.7
Áustria	0.9	3.1
Dinamarca	0.1	2.6
Suécia	-0.1	2.6
Itália	-0.4	1.6

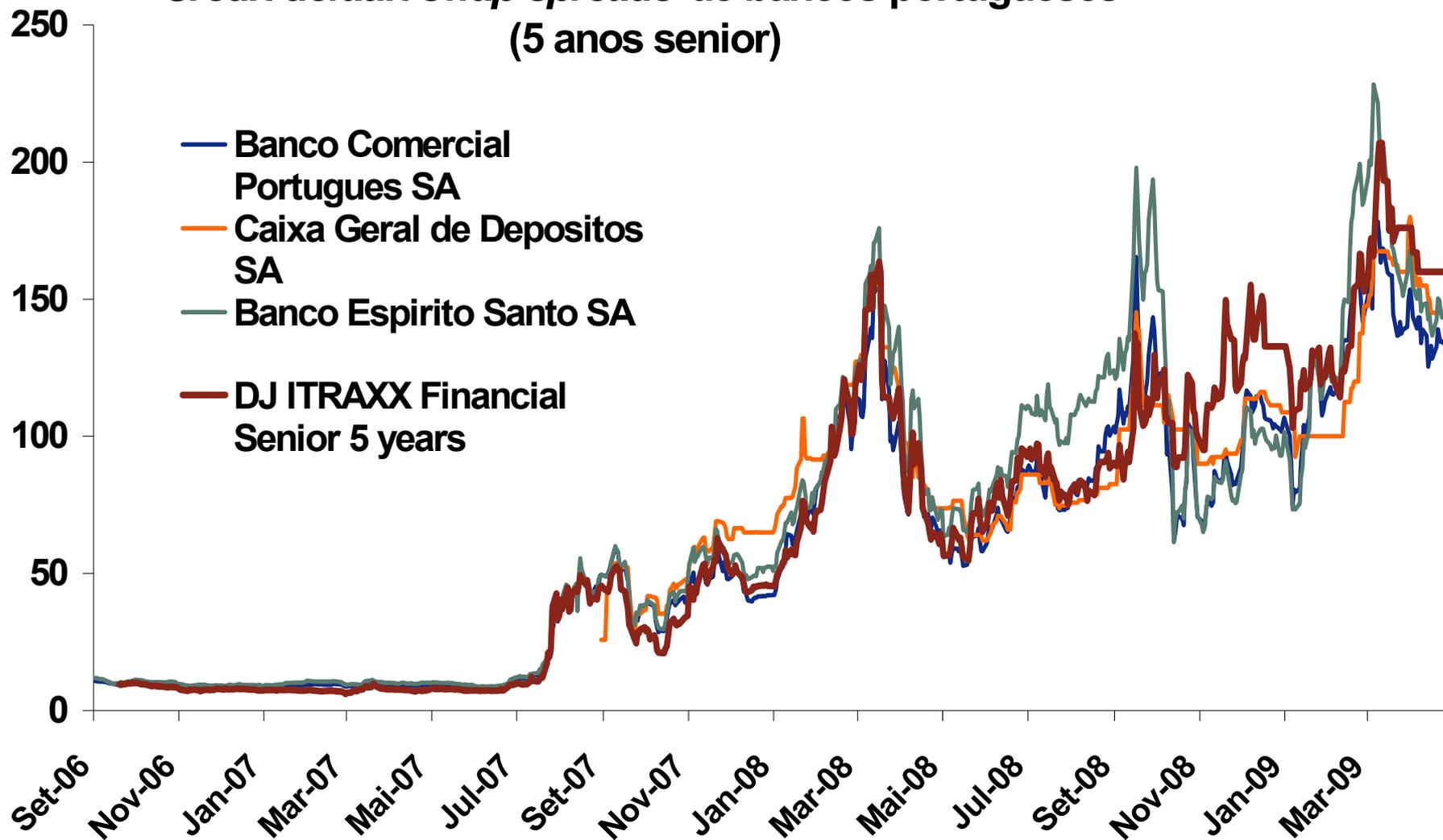
Risco Macro:

A reforma significativa da Segurança Social contribuiu para colocar Portugal no grupo de países com condições de sustentabilidade a prazo das Finanças Públicas

Fonte: Comissão Europeia : «2009 Report on Ageing» (a) Além das pensões, inclui despesas com saúde, subsídios de desemprego e educação

- **Risco Macroeconómico.**
- **I- Vantagens relativas:**
 - Participação na área do euro
 - Nível da dívida pública abaixo da área do euro
 - Reforma da segurança social e a sustentabilidade a longo prazo das finanças públicas
 - Sistema bancário sem activos tóxicos
 - Ausência de uma bolha dos preços do imobiliário
 - Fraca exposição ao risco dos países do Centro e Leste da Europa e dos países emergentes em geral.
- **II- Vulnerabilidades:**
 - Pequena economia aberta, periférica e mais volátil
 - Forte endividamento dos agentes económicos
 - Estrutura produtiva com fraca intensidade tecnológica (embora em progressão)
 - Insuficiente qualificação dos factores, incluindo a iniciativa empresarial

Credit default swap spreads de bancos portugueses (5 anos senior)



FITCH's Banking Systemic Risk Report (Oct 2008)

	Indicador Macro-prudencial			
Categorias de Risco Bancário	1	2	3	Nº de Países
A				0
B	Austria, Germany, Hong Kong Japan....	UK US Hol Spain Swiss. <u>Portugal</u> , France, Finland, Greece, Sweden, Denmark Norway ...(in a total of 19 countries)	Australia Canada Korea, Ireland, S. Africa	33
C	Israel Malasia ...	Brasil, Latvia Malta Cyprus Slovenia. Poland...		12
D	China Hungary Philippines	Belgium ,Bulgaria India Venezuela Ukrane Latvia Lithuania Luxembourg ...	Russia Turkey Romania	29
E	Argentina Bolívia ...	Bielarus	Iceland	12
Nº de Países	29	40	17	86

Source: FITCH « Bank Systemic Risk Report», October 2008

Nota: A vermelho, os países que baixaram de categoria desde 2007

- **«C. Regulatory Environment: The Bank Of Portugal Exercises Adequate Regulation And Prudential Supervision**
- **Standard & Poor's view of the Portuguese regulatory body has improved over time. As a member of the EU, Portugal has brought its basic regulatory framework broadly into line with those of other member states ...**
- **Also enhanced in recent years is banking supervision, which covers the whole financial system (página 13)**
- **Crisis management (página 14)**
- **A framework, which empowers the Bank of Portugal with approval of the treasury ministry to tackle a crisis situation before default occurs, facilitates the resolution of banking crises. ...**
- **During 2008, two small banks--Banco Português de Negócios (BPN) and Banco Privado Portugues (BPP), both not rated--encountered difficulties and the state acted to safeguard retail deposits. BPN, with a domestic market share of 2% and deposits of about €4.5 billion, suffered a liquidity crisis apparently caused by allegedly illegal actions of previous management, and, in the absence of a buyer, was finally nationalized and is now under the management of CGD. BPP, a wealth management bank, suffered a liquidity shortage and was rescued through a liquidity facility provided by a consortium of the major domestic banks backed by government funds.**
- **Unlike in other European countries such as Spain and France, in Portugal no leading player has been under financial stress in recent history.»**
- **Standard & Poor's «Bank Industry Risk Analysis: Banks In Portugal Face Weak Economic Prospects», February 2009**

Índice

Financiamento da Economia, e o sistema bancário: desempenho e regulação

- 1. Crise internacional e implicações para o sistema financeiro**
- 2. Desempenho do sistema bancário nacional e o financiamento da economia**
- 3. Respostas da regulação**

MEDIDAS ADOPTADAS EM 2007-2008

PROJECTOS ESTRUTURANTES

- ❑ Desenvolvimento e implementação de uma nova metodologia de supervisão - **Modelo de Avaliação de Riscos (MAR)** - destinada a facilitar a avaliação comparativa do perfil de risco de cada instituição e grupo financeiro e a permitir uma maior eficiência na alocação dos recursos de supervisão às instituições e áreas de maior risco.
- ❑ Reforço das exigências no domínio dos **sistemas de controlo interno** que as instituições devem implementar, incluindo a atribuição explícita de responsabilidades acrescidas aos órgãos de administração quanto à aprovação, implementação e adequação de tais sistemas.

MEDIDAS ADOPTADAS EM 2007-2008

PROJECTOS ESTRUTURANTES

- ❑ Atribuição (Janeiro de 2008) ao Banco de Portugal de funções no domínio da **supervisão comportamental**, tendo em vista a protecção eficaz dos interesses dos clientes de serviços bancários (de retalho), fundamento último das regras de conduta que regem a actividade das instituições de crédito e sociedades financeiras.
- ❑ Desenvolvimento de **mecanismos de gestão de crises**, destinados a conter os efeitos de uma eventual situação de perturbação e a minimizar os seus impactos ao nível da estabilidade financeira e da actividade económica. Criação do Conselho Nacional de Estabilidade Financeira (CNEF)

MEDIDAS ADOPTADAS EM 2007-2008

INTERVENÇÃO NO CONTEXTO DA ACTUAL CRISE

Medidas de reforço da actividade de supervisão

- ❑ **Reforço dos procedimentos de acompanhamento da liquidez das instituições**, através da realização de reuniões periódicas com as principais instituições e a implementação de um novo reporte, com uma frequência de envio mensal ou, nalguns casos, quinzenal e diária, com informação mais detalhada sobre a situação de liquidez e explicitando as fontes e necessidades de financiamento previstas para os próximos 12 meses.

- ❑ **Acompanhamento dos níveis de solvabilidade das instituições**, através da emissão de uma recomendação no sentido de as instituições, em função do respectivo perfil de risco ou da qualidade do capital regulamentar, reforçarem os seus rácios Tier 1, para um valor não inferior a 8%, até 30 de Setembro de 2009, e **passagem de trimestral para mensal da periodicidade do reporte sobre o rácio de solvabilidade**.

- ❑ **Reforço da transparência para o mercado**, determinando a adopção das recomendações do FSB (anterior FSF) e do CEBS no que se refere à divulgação da informação sobre os impactos da crise e a valorização de activos.

INTERVENÇÃO NO CONTEXTO DA ACTUAL CRISE

- O Banco de Portugal adoptou as seguintes medidas, de natureza anti-cíclica:
 - 1) **Neutralização dos ganhos e perdas não realizados (com excepção das perdas por imparidade) em instrumentos de dívida classificados em activos disponíveis para venda, para efeitos do cálculo de fundos próprios.** Esta medida foi concretizada através da publicação do Aviso n.º 6/2008, de 17 de Outubro.
 - 2) **Dilatação por mais três anos do prazo previsto para diferimento do reconhecimento em fundos próprios dos impactos de transição associados a benefícios pós-emprego.** Esta medida foi concretizada através da publicação do Aviso n.º 7/2008, de 17 de Outubro.
 - 3) **Eliminação do filtro prudencial associado aos impostos diferidos activos, permitindo a sua inclusão integral no cálculo dos fundos próprios.** Esta medida foi concretizada através da publicação do Aviso n.º 9/2008, de 3 de Novembro, que veio alterar o Aviso n.º 12/92.
 - 4) **Diferimento do reconhecimento prudencial das perdas actuariais relativas ao exercício de 2008.** Esta medida, concretizada através da publicação do Aviso n.º 11/2008, de 14 de Janeiro de 2009, que veio alterar o Aviso n.º 12/92, veio permitir que a dedução daquelas perdas aos fundos próprios de base possa ser diferida por um prazo de quatro anos, até ao final de 2012.
 - 5) **Revisão do limite aceite para reconhecimento de acções preferenciais com vencimento indeterminado e sem incentivos à remição, de 20 para 35%.**

Lições da crise e as novas iniciativas de regulação: uma visão geral

- Redefinição do perímetro regulado das instituições financeiras passando a incluir o chamado «sistema bancário sombra».**
- Redução do carácter pró-cíclico da regulação contabilística e de capital. Introdução de uma medida de limitação do leverage absoluto.**
- Novas regras, indicadores e orientações sobre gestão da liquidez pelos bancos.**
- Reorganização do mercado de derivados, em particular de CDS's que deveriam ser limitados a uma verdadeira função de cobertura de risco de incumprimento.**
- Proibição (ou aprovação prévia) de estruturas mais complexas de titularização e obrigação dos originadores guardarem nos seus balanços um parte dos títulos de securitização.**
- Monitorização das agências de rating, impondo a resolução de conflitos de interesse e eliminando o seu papel no sistema oficial de regulação do capital.**
- Melhorar as instituições europeias de regulação e supervisão e resolver os problemas de gestão de eventuais crises de instituições transnacionais.**
- Melhorar a regulação sobre a gestão interna do risco nas instituições e a realização regular de stress tests**
- Regras gerais sobre incentivos e remuneração de quadros nas instituições financeiras.**

ILAÇÕES EXTRAÍDAS DA CRISE

AO NÍVEL DO ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL DA ACTIVIDADE DE SUPERVISÃO

Recomendações formuladas pelo relatório de Larosière

- ❑ Criação do **European Systemic Risk Council**, responsável pela supervisão macro-prudencial a nível europeu. Constituído em torno do Sistema Europeu de Bancos Centrais
- ❑ Criação de um “**European System of Financial Supervision**”, sobretudo com competências de regulamentação micro-prudencial e de coordenação dos colégios de supervisores. Passagem dos Comitês de nível 2 (CEBS, CESR e CEIOPS) a Autoridades Europeias nos respectivos domínios

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES À CRD

APROVADAS PELO PARLAMENTO EUROPEU EM 06-MAI-09 (CRD1)

- Harmonização a nível europeu da possibilidade de inclusão de **instrumentos de capital híbridos** como elemento positivo dos fundos próprios de base das instituições de crédito, embora dentro de determinados limites. Devem verificar as seguintes condições: (i) permanência: perpétuos ou maturidade > 30 anos, só podendo ser reembolsados por iniciativa do emitente e após autorização da autoridade de supervisão; (ii) capacidade de absorção de prejuízos; (iii) cancelamento do pagamento de juros (não podem ser cumulativos); e (iv) subordinação.
- Revisão dos limites e isenções para os **grandes riscos**: definição de um único limite de 25% dos fundos próprios para os grandes riscos; sujeição das exposições interbancárias a um limite de 25% dos fundos próprios ou a um limiar alternativo de 150 milhões de euros; redução das possibilidades de isenção aos limites.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES À CRD

APROVADAS PELO PARLAMENTO EUROPEU EM 06-MAI-09 (CRD1)

- ❑ **Intercâmbio de informação e cooperação:** reforçados os direitos de informação das autoridades de supervisão dos países de acolhimento sobre sucursais relevantes e reforçado o quadro legal que rege a transmissão de informação aos ministros das finanças e bancos centrais.
- ❑ Reforçado o papel dos **colégios de supervisores** para facilitar as tarefas de supervisão de grupos bancários transfronteiriços, da autoridade de supervisão consolidante e dos supervisores dos países de acolhimento (filiais e sucursais significativas). Os aspectos centrais da supervisão passam a estar sujeitos a uma decisão conjunta.
- ❑ **Titularização:** Imposta a retenção, pelas entidades cedentes e os patrocinadores, de uma parte substancial do risco (não inferior a 5%), de modo a reduzir os conflitos de interesses do modelo “originar para distribuir”.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES À CRD

APROVADAS PELO PARLAMENTO EUROPEU EM 06-MAI-09 (CRD1)

- ❑ **Risco de liquidez:** Definidos princípios mínimos de **gestão de liquidez** que as instituições devem respeitar.
- ❑ **Convergência:** imposta a aplicação de um **reporte uniforme de informação prudencial** (abrangendo, não só a estrutura e conteúdo da informação, mas também os respectivos prazos e períodos de reporte) pelas autoridades de supervisão até 31 de Dezembro de 2012.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES À CRD

Esperadas antes do final do ano: pontos em apreciação.(CRD2)

- ❑ Reforço dos requisitos de fundos próprios exigidos para a **carteira de negociação**, bem como das exigências de divulgação de informação sobre esta carteira, em linha com as propostas do Comité de Basileia.
- ❑ Reforço dos requisitos de fundos próprios para posições de **titularização**, bem como as exigências sobre as práticas de gestão de risco e de divulgação de informação sobre este tipo de posições.
- ❑ Definição de princípios mínimos sobre políticas adequadas de **compensação remuneratória** e possibilidade das autoridades de supervisão imporem requisitos de capital adicionais em caso de incumprimento dos princípios.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES À CRD

Esperadas antes do final do ano: pontos em apreciação.(CRD2)

- ❑ **Definição de medidas complementares (supplementary measures) aos requisitos de fundos próprios previstos na CRD, baseadas em métricas simples, visando evitar a existência de níveis excessivos de **alavancagem**.**
- ❑ **Formação de “**buffers**” de **capital** durante conjunturas favoráveis para utilizar em períodos adversos, através da constituição de reservas ou de provisões dinâmicas, de modo a **reduzir a pró-ciclicidade** inerente a Basileia 2.**
- ❑ **Liquidez:** imposição de “**buffers**” de liquidez para sobrevivência em cenários de stress (“**survival period**”).
- ❑ **Remoção das discricionariedades nacionais cuja necessidade não seja demonstrada, com vista a aumentar a **convergência da regulamentação prudencial a nível europeu**. (single rule-book)**

OUTRAS MEDIDAS A ADOPTAR EM 2009-2010

- ❑ Revisão (já em consulta ao sector) do **reporte de liquidez** instituído pela Instrução n.º 1/2000, com vista a assegurar a existência de informação detalhada e actualizada sobre a situação de liquidez dos bancos e sobre a sua capacidade de financiamento no curto e médio prazos.
- ❑ Alteração do **provisionamento do risco-país** (já foi consultado o sector)
- ❑ Regulamentação das obrigações das instituições supervisionadas pelo Banco de Portugal em matéria de **prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo**, actualizando as disposições do Aviso n.º 11/2005 e a Instrução n.º 26/2005, na sequência da publicação da Lei n.º 25/2008.

OUTRAS MEDIDAS A ADOPTAR EM 2009-2010

- ❑ Alteração da Instrução do Banco de Portugal n.º 18/2007, sobre testes de esforço, com o objectivo de acomodar as recomendações emitidas pelo Comité de Basileia, sobre a matéria, bem como de adequar a realização de análises ao nível do sistema bancário e de facilitar a segmentação das instituições abrangidas.
- ❑ Transposição da Directiva 2007/64, relativa **aos serviços de pagamento no mercado interno**.
- ❑ Transposição da Directiva 2007/44/CE, relativa à avaliação prudencial das aquisições e dos aumentos de participações em entidades do sector financeiro (“**Directiva das Fusões e Aquisições**”).
- ❑ Alteração de vários Avisos e Instruções sobre matérias de **supervisão comportamental**: crédito à habitação, crédito ao consumo e taxas de juro máximas, contas de depósito, divulgação de preçários etc.. Projectos já sujeitos a consulta pública.

CONCLUSÕES

- Num contexto de forte crise financeira internacional e recessão económica, o sector bancário nacional revelou capacidade de resistência e adaptação.
- O acompanhamento pelo Banco de Portugal, os incentivos e as alterações regulamentares contribuíram para a resolução pelas Instituições de Crédito dos seus problemas de liquidez e solvabilidade. Os programas públicos de garantias e apoio a recapitalização constituem uma importante rede de segurança para a estabilidade financeira.
- A crise financeira revelou a necessidade de reforçar a regulação do sector financeiro em geral, abrangendo todas as instituições e limitando os seus excessos. A crise mostrou que a solidez da moeda, a integridade do sistema de pagamentos e a estabilidade financeira são bens públicos que os mercados financeiros não resolvem sozinhos com eficiência.
- A natureza da crise está a provocar profundas alterações de paradigma, com alterações na globalização financeira, ajustamento a uma trajectória de crescimento inferior, alterações na fronteiras entre o Estado e o mercado e alterações geopolíticas (G20, G2 ...).
- Continuam por resolver problemas de recuperação de bancos em vários países, a reorganização dos mercados de derivados de crédito e da titularização, bem como a importante questão dos desequilíbrios económicos globais (balanças de pagamentos).